Boletim do Trabalho e Emprego

4

1.ª SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho

Preço 20$00

BOL. TRAB. EMP.	LISBOA	VOL. 47	N.º 4	p. 219 - 296	29 - JAN - 1980

INDICE

Organizações do trabalho:

Pág.

Comissões de trabalhadores — Estatutos:

— Instituto de José de Figueiredo — CTIJF 220
— Impormol — Ind. Portuguesa de Molas, S. A. R. L. 226
— Pereira, Meireles & C.ª, L.da 233
— Companhia Internacional de Cerâmica 234
— Unalbor — União Industrial de Borracha, S. A. R. L. 242
— Pan American World Airways, Inc., em Portugal 253
— Laboratórios Pfizer, S. A. R. L. 259
— A Seguradora Industrial — Companhia Nacional de Seguros 260
— Nunes dos Santos & C.ª 264
— Fábrica de Loiça de Sacavém, S. A. R. L. 274
— Fábrica Lusitana de Tintas e Vernizes, L.da — Albarraque 287

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito

ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

COMISSÕES DE TRABALHADORES — ESTATUTOS

COMISSÃO DE TRABALHADORES DO INSTITUTO DE JOSÉ DE FIGUEIREDO — CTIJF

Estatutos elaborados conforme a Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro

ÍNDICE

Capítulo I — Comissão de trabalhadores.

Secção I — Disposições gerais.

Artigo 1.º — Natureza.
Artigo 2.º — Fins.

Secção II — Atribuições, competência e deveres.

Artigo 3.º — Competência.
Artigo 4.º — Deveres.

Secção III — Direitos instrumentais.

Artigo 5.º — Exercício das atribuições e competência.
Artigo 6.º — Reuniões com a direcção.
Artigo 7.º — Direito à informação.
Artigo 8.º — Obrigatoriedade de parecer prévio.
Artigo 9.º — *Contrôle* de gestão.
Artigo 10.º — Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores.
Artigo 11.º — Administração dos serviços e benefícios sociais.
Artigo 12.º — Participação na discussão dos assuntos referentes à legislação do trabalho.

Secção IV — Garantias e condições para o exercício da competência e direitos da CTIJF.

Artigo 13.º — Tempo para o exercício de voto.
Artigo 14.º — Reuniões no Instituto de José de Figueiredo.
Artigo 15.º — Convocação do plenário.
Artigo 16.º — Prazos para a convocatória.
Artigo 17.º — Plenário de emergência.
Artigo 18.º — Acção da CTIJF no interior do Instituto de José de Figueiredo.
Artigo 19.º — Direito de afixação e de distribuição de documentos.
Artigo 20.º — Direito a instalações adequadas.
Artigo 21.º — Direito a meios materiais e técnicos.
Artigo 22.º — Crédito de horas.
Artigo 23.º — Faltas dos membros da CTIJF.
Artigo 24.º — Autonomia e independência.
Artigo 25.º — Financiamento das actividades da CTIJF.
Artigo 26.º — Protecção legal.
Artigo 27.º — Capacidade judiciária.

Secção V — Orgânica, composição, eleição e funcionamento da CTIJF.

Artigo 28.º — Sede da CTIJF.
Artigo 29.º — Composição.
Artigo 30.º — Duração do mandato.
Artigo 31.º — Destituição, renúncia ou perda do mandato.
Artigo 32.º — Eleição.
Artigo 33.º — Data da eleição.
Artigo 34.º — Candidaturas.
Artigo 35.º — Caderno eleitoral.
Artigo 36.º — Boletim de voto.
Artigo 37.º — Local e horário da votação.
Artigo 38.º — Voto por correspondência.
Artigo 39.º — Mesa de voto.
Artigo 40.º — Comissão eleitoral.
Artigo 41.º — Acto de votação.
Artigo 42.º — Escrutínio, apuramento e proclamação.
Artigo 43.º — Publicidade do resultado das eleições.
Artigo 44.º — Impugnação.
Artigo 45.º — Entrada em exercício.
Artigo 46.º — Reuniões da CTIJF.
Artigo 47.º — Deliberações da CTIJF.
Artigo 48.º — Delegação de poderes entre membros da CTIJF.
Artigo 49.º — Poderes para obrigar a CTIJF.
Artigo 50.º — Coordenação da CTIJF.
Artigo 51.º — Colaboração prestada à CTIJF.
Artigo 52.º — Perda de mandato.

Capítulo II — Comissão coordenadora.

Artigo 53.º — Adesão.

Capítulo III — Alteração dos estatutos.

Artigo 54.º — Iniciativa.
Artigo 55.º — Votação.
Artigo 56.º — Novo texto.

Capítulo IV — Disposições finais.

Artigo 57.º — Casos omissos.
Artigo 58.º — Entrada em vigor.

CAPÍTULO I

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

(Natureza)

1 — A CTIJF é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores representativo de todos os trabalhadores permanentes do Instituto de José de Figueiredo.

2 — São trabalhadores permanentes os que estão vinculados ao Instituto por meio de contrato ou mediante autorização anual dada pelo Secretário de Estado da Cultura.

ARTIGO 2.°

(Fins)

Como forma de organização democrática do colectivo dos trabalhadores (RGT), a CTIJF exerce em nome próprio as atribuições, competência e direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei e outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

SECÇÃO II

Atribuições, competênica e deveres

ARTIGO 3.°

(Competência)

1 — Compete à CTIJF exercer, nomeadamente, funções nos seguintes domínios:

a) Intervir directamente na reorganização dos serviços;
b) Intervir, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na defesa dos direitos consignados na Constituição e na Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro;
c) Defender os interesses profissionais e direitos dos trabalhadores;
d) Administrar os serviços e benefícios sociais referidos nos n.°s 1 e 2 do artigo 11.°;
e) Participar na discussão dos assuntos relacionados com a legislação do trabalho;
f) Em geral, exercer todas as atribuições e competências que, por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos, lhe sejam reconhecidas.

2 — A CTIJF pode submeter à deliberação da RGT qualquer matéria relativa às sus atribuições, devendo fazê-lo obrigatoriamente quando se trate:

a) De alterações nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou parte dos trabalhadores;
b) De aprovação da Lei Orgânica do Instituto de José de Figueiredo ou suas alterações;
c) Do estabelecimento ou reestruturação de carreiras e normas de provimento;
d) Da fixação das remunerações e regalias sociais;
e) De participar na discussão dos assuntos relacionados com a elaboração da legislação do trabalho.

3 — O disposto neste artigo e em especial na alínea *c*) do n.° 1 entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização sindical dos trabalhadores do Instituto de José de Figueiredo.

4 — A competência da CTIJF não deve ser utilizada para enfraquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores do Instituto de José de Figueiredo e dos respectivos delegados sindicais, ou vice-versa, e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

ARTIGO 4.°

(Deveres)

No exercício das suas atribuições e direitos a CTIJF tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe, de mobilização dos trabalhadores e de reforço da sua unidade;
b) Garantir e desenvolver a participação democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;
c) Promover ou contribuir para o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;
d) Exigir da direcção, dos órgãos hierárquicos tutelares e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
e) Estabelecer laços de solidariedade com todas as comissões de trabalhadores e comissões coordenadoras, designadamente na função pública, visando o estabelecimento de estratégias comuns face aos problemas e interesses da classe trabalhadora;
f) Cooperar, na base do reconhecimento da sua independência recíproca, com a organização sindical dos trabalhadores do Instituto de José de Figueiredo na valorização dos objectivos comuns a todos os trabalhadores;
g) Assumir, no seu nível de actuação, todas as responsabilidades que, para as organizações dos trabalhadores, visem o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo de construção do poder democrático dos trabalhadores.

SECÇÃO III

Direitos instrumentais

ARTIGO 5.°

(Exercício das atribuições e competência)

Para o exercício das suas atribuições e competência a CTIJF goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 6.°

(Reuniões com a direcção)

1 — A CTIJF tem o direito de reunir com a direcção para discussão e análise de assuntos relacionados com o exercício das suas funções.

2 — As reuniões deverão ter lugar sempre que necessário para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo será lavrada acta, assinada por todos os presentes.

ARTIGO 7.°

(Direito à informação)

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CTIJF tem o direito de receber todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem legalmente deveres de informação, vinculando não só a direcção, os serviços administrativos e os responsáveis de outras secções do Instituto de José de Figueiredo, mas ainda todas as entidades públicas competentes para as decisões relativamente às quais a CTIJF tem o direito de intervir.

3 — O dever de informação que recai sobre a direcção ou os serviços administrativos abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Plano geral de actividades dos serviços e orçamentos;
b) Organização interna dos serviços, condições do seu funcionamento e respectivo regulamento;
c) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos;
d) Distribuição das receitas próprias, de harmonia com o disposto nos artigos 75.° e 76.° do Decreto-Lei n.° 46 758, de 18 de Dezembro de 1965;
e) Nomeações para provimento de lugares, requisição ou destacamento de funcionários;
f) Realização de estudos ou tarefas e a fixação dos termos e remuneração dos serviços prestados a qualquer título.

4 — O disposto no número anterior não prejudica nem substitui as reuniões previstas no artigo 6.°, nas quais a CTIJF tem direito a que lhe sejam fornecidas as informações necessárias à realização das finalidades que as justificam.

5 — As informações previstas neste artigo serão requeridas, por escrito, pela CTIJF ou algum dos seus membros à direcção, aos serviços administrativos ou ao responsável de qualquer secção do Instituto de José de Figueiredo, conforme o caso.

6 — Nos termos da lei, as informações serão prestadas por escrito, no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias, se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 8.°

(Obrigatoriedade de parecer prévio)

1 — Terão de ser obrigatoriamente submetidos a parecer prévio da CTIJF os seguintes actos e decisões:

a) Quaisquer medidas de que resultem diminuição sensível dos efectivos humanos do Instituto de José de Figueiredo ou agravamento substancial das suas condições de trabalho;
b) Alteração nos horários de trabalho aplicável a todos ou parte dos trabalhadores;
c) Modificação dos critérios de base de classificação profissional e de promoções;
d) Mudança de local de actividade;
e) Aprovação da Lei Orgânica do Instituto de José de Figueiredo e respectivas alterações.

2 — O parecer será pedido à CTIJF, por escrito, pela direcção e, no caso da alínea *e*), por órgão hierárquico superior ou outra entidade competente.

3 — A prática de qualquer dos actos referidos no n.° 1 sem que previamente tenha sido solicitado, de forma regular, o parecer da CTIJF, determina a respectiva nulidade nos termos gerais de direito.

4 — O parecer da CTIJF é emitido por escrito e enviado à entidade que o tiver solicitado, dentro do prazo de quinze dias a contar da data da recepção do respectivo pedido, se não for concedido ou acordado prazo maior em atenção à extensão e complexidade da matéria.

5 — A inobservância do prazo aplicável nos termos do número anterior tem como consequência a legitimação da entidade competente para e prática do acto com dispensa do parecer prévio da CTIJF.

ARTIGO 9.°

(«Contrôle» de gestão)

Em especial, para a realização do *contrôle* de gestão a CTIJF exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

a) Apreciar e emitir parecer sobre o plano geral de actividades dos serviços do Instituto de José de Figueiredo, projecto de orçamento e respectivas alterações;
b) Zelar pela adequada utilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros;
c) Promover, junto da direcção e dos trabalhadores, medidas que contribuam para a melhoria qualitativa e quantitativa do trabalho produzido, designadamente nos domínios da racionalização, da actuação técnica e da simplificação administrativa;
d) Zelar pelo cumprimento das normas legais, designadamente as estabelecidas na Lei Orgânica do Instituto de José de Figueiredo;
e) Apresentar à direcção recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
f) Participar, por escrito, à direcção a ocorrência de actos ou factos contrários à lei;
g) Defender junto da direcção e das entidades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores do Instituto de José de Figueiredo e dos trabalhadores em geral.

ARTIGO 10.°

(Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores)

Em especial, para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores, a CTIJF goza dos seguinte direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar, através do conhecimento do processo desde o início e do *contrôle* da respectiva regularidade;
b) Emitir os pareceres prévios previstos no artigo 8.°;
c) Exercer os direitos previstos nas alíneas *e*) e *g*) do artigo anterior.

ARTIGO 11.°

(Administração dos serviços e benefícios sociais)

1 — A CTIJF tem a seu cargo a administração do refeitório do Instituto de José de Figueiredo, conforme o acordado com o organismo dos serviços sociais de que depende o IJF.

2 — A CTIJF tem a seu cargo a administração do bar do IJF.

3 — A CTIJF pode empreender e assegurar a realização de outras iniciativas de natureza social e cultural, com carácter permanente ou provisório, cuja efectivação lhe seja viável.

ARTIGO 12.°

(Participação na discussão dos assuntos referentes à legislação do trabalho)

A participação da CTIJF na discussão dos assuntos relacionados com a legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável.

SECÇÃO IV

Garantias e condições para o exercício da competência e direitos da CTIJF

ARTIGO 13.°

(Tempo para o exercício de voto)

1 — Nas deliberações, os trabalhadores — sempre que em conformidade com a lei e com estes estatutos o requeiram — têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz do Instituto de José de Figueiredo.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 14.°

(Reuniões no Instituto de José de Figueiredo)

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do horário normal e sem prejuízo da normalidade de funcionamento, no caso de trabalho por turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas por ano, desde que se assegure o funcionamento dos serviços de natureza urgente e essencial.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para efeitos dos n.°s 2 e 3 a CTIJF comunicará à direcção a realização das reuniões com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

ARTIGO 15.°

(Convocação do plenário)

O plenário pode ser convocado:

a) Pela CTIJF;
b) Pelo mínimo de 10 % dos trabalhadores, mediante requerimento apresentado à CTIJF, com indicação da ordem de trabalhos.

ARTIGO 16.°

(Prazos para a convocatória)

1 — O plenário será convocado, com a antecedência mínima de cinco dias, por meio de avisos colocados nos locais destinados à afixação de documentos de interesse para os trabalhadores e no refeitório.

2 — Na hipótese prevista na alínea *b*) do artigo anterior a CTIJF deve fixar a data da reunião do plenário no prazo máximo de dez dias contados da recepção do requerimento.

ARTIGO 17.°

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente dos trabalhadores.

2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível face à emergência de molde a garantir a presença do maior número de trabalhadores.

3 — A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectiva convocatória e a marcação da ordem de trabalhos, são da competência exclusiva da CTIJF.

ARTIGO 18.°

(Acção da CTIJF no interior do Instituto de José de Figueiredo)

1 — A CTIJF tem o direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz do Instituto de José de Figueiredo.

ARTIGO 19.°

(Direito de afixação e de distribuição de documentos)

1 — A CTIJF tem o direito de afixar todos os documentos relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado para o efeito posto à sua disposição pela direcção.

2 — A CTIJF tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços do Instituto de José de Figueiredo.

ARTIGO 20.°

(Direito a instalações adequadas)

1 — A CTIJF tem direito, para o exercício das suas funções, a instalações adequadas no interior do Instituto de José de Figueiredo.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CTIJF pela direcção.

ARTIGO 21.°

(Direito a meios materiais e técnicos)

A CTIJF tem o direito a obter dos serviços administrativos e da direcção os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 22.°

(Crédito de horas)

1 — Cada um dos membros da CTIJF dispõe, para o exercício das respectivas atribuições, de um crédito de quarenta horas por mês.

2 — O crédito de horas permite ao trabalhador que dele beneficiar desenvolver, dentro ou fora do local de trabalho, a sua actividade de representante dos trabalhadores com diminuição correspondente do período normal de trabalho que lhe seja aplicável, contando-se esse tempo, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

3 — A utilização do crédito de horas é comunicada pela CTIJC, por escrito, à direcção.

ARTIGO 23.°

(Faltas de membros da CTIJF)

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas no exercício das suas atribuições e actividades pelos membros da CTIJF.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda da retribuição correspondente ao período de ausência, mas não podem prejudicar quaisquer outros direitos, regalias e garantias do trabalhador.

ARTIGO 24.°

(Autonomia e independência)

A CTIJF é independente do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

ARTIGO 25.°

(Financiamento das actividades da CTIJF)

As actividades da CTIJF serão financiadas por quotizações voluntárias dos trabalhadores ou por saldos resultantes de iniciativas próprias.

ARTIGO 26.°

(Protecção legal)

Os membros da CTIJF gozam da protecção legal reconhecida pela Lei n.° 68/79, de 9 de Outubro.

ARTIGO 27.°

(Capacidade judiciária)

1 — A CTIJF tem capacidade judiciária, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A CTIJF goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a CTIJF em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 49.°

SECÇÃO V

Orgânica, composição, eleição e funcionamento da CTIJF

ARTIGO 28.°

(Sede da CTIJF)

1 — A CTIJF tem a sua sede em Lisboa, no edifício do Instituto de José de Figueiredo.

2 — As reuniões da CTIJF poderão decorrer noutro local quando assim o imponham as necessidades do seu funcionamento.

ARTIGO 29.°

(Composição)

A CTIJF é composta por três elementos.

ARTIGO 30.°

(Duração do mandato)

O mandato da CTIJF é de um ano, a começar na data da sua entrada em funções.

ARTIGO 31.°

(Destituição, renúncia ou perda do mandato)

1 — Em caso de renúncia, destituição ou perda do mandato de um dos membros, a sua substituição faz-se pelo elemento mais votado na lista a que pertencia o membro a substituir.

2 — Se a substituição for global, o plenário elegerá uma comissão de trabalhadores provisória, a quem incumbe a organização do novo acto eleitoral, não podendo o seu mandato ultrapassar sessenta dias.

3 — A nova CTIJF completará o mandato da anterior, mas se for eleita dentro do prazo de dois meses antes desse termo perfará também o mandato seguinte.

4 — Sempre que ocorrer qualquer substituição será dado cumprimento ao estabelecido no n.° 2 do artigo 43.°

ARTIGO 32.°

(Eleição)

A CTIJF é eleita de entre listas apresentadas pelos trabalhadores permanentes do Instituto de José de Figueiredo, por voto directo e secreto e segundo o método da média mais alta de Hondt.

ARTIGO 33.°

(Data da eleição)

1 — A CTIJF é eleita até dez dias antes do termo do mandato da antecessora ou nos trinta dias posteriores à sua destituição ou renúncia.

2 — Compete à CTIJF marcar o dia da eleição até ao 15.° dia anterior ao acto eleitoral, sem prejuízo do direito reconhecido ao mínimo de 10 % dos trabalhadores, nos termos do n.° 3 do artigo 2.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, de efectuarem a convocatória, caso a comissão de trabalhadores o não fizer dentro dos prazos estatutários.

3 — Em simultâneo com uma ampla publicidade da convocação, a CTIJF enviará cópia da convocatória para a direcção.

ARTIGO 34.°

(Candidaturas)

1 — As listas serão apresentadas à CTIJF até ao 20.° dia anterior à data do acto eleitoral, subscritas por um número mínimo de 10 % dos trabalhadores permanentes do Instituto de José de Figueiredo.

2 — A apresentação das listas consiste na sua entrega à CTIJF, acompanhada de uma declaração subscrita por todos os proponentes devidamente identificados pelo nome, categoria profissional e local de trabalho.

3 — As listas são acompanhadas por declaração de aceitação da candidatura por parte dos seus elementos.

4 — Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.

5 — As listas integrarão membros efectivos e suplentes, não podendo o número destes ser superior a três.

6 — A CTIJF, ao receber um processo de candidatura, entrega aos representantes um recibo com a data e hora em que a apresentação teve lugar, regista essa mesma data e hora no original recebido e atribui nesse mesmo momento uma letra à respectiva lista, que poderá funcionar como sigla.

7 — A atribuição de letra é feita por ordem cronológica de apresentação, com início na letra A.

8 — Cada grupo de proponentes tem o direito de fiscalizar no acto da apresentação toda a documentação recebida pela CTIJF.

9 — A apresentação da lista deve ser rejeitada em declaração escrita e assinada pela CTIJF e imediatamente entregue por ela aos representantes, quando se verificar algum dos seguintes fundamentos:

a) Inobservância do disposto no n.° 1 deste artigo, no que respeita ao número de subscritores;

b) Falta ou irregularidade insuprível da declaração prevista no n.° 2.

10 — As irregularidades que os processos apresentem podem ser corrigidas até ao 18.° dia anterior ao acto eleitoral.

11 — Findo o prazo estabelecido no número anterior, a CTIJF decidirá até ao 16.° dia anterior ao acto eleitoral pela aceitação ou rejeição definitiva das candidaturas.

12 — As listas validamente apresentadas são afixadas, antes da data marcada para a votação, nos locais usuais de afixação de documentos de interesse para os trabalhadores.

13 — É encargo de cada grupo de proponentes assegurar a divulgação da respectiva lista pelos trabalhadores.

ARTIGO 35.°

(Caderno eleitoral)

A CTIJF, assistida, para o efeito, por um delegado de cada grupo de proponentes, elaborará um caderno com a lista, por ordem alfabética, dos trabalhadores com direito a voto.

ARTIGO 36.°

(Boletim de voto)

1 — O voto é expresso em boletins de voto de forma rectangular, com as dimensões de 16 cm×20 cm, impressos em papel liso, sem marca, não transparente e sem sinais exteriores

2 — Em cada boletim são impressas as listas apresentadas a sufrágio e as respectivas divisas e símbolos, se os houver.

3 — Na linha correspondente a cada lista figura um quadrado em branco destinado a ser assinalado com a escolha do votante.

4 — A impressão fica a cargo da CTIJF, que assegura o seu fornecimento à mesa de voto na quantidade necessária e suficiente, de modo que a votação possa iniciar-se dentro do horário previsto.

5 — A CTIJF enviará, com a antecedência necessária, boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência nos termos do artigo 38.°

6 — Para o exercício da competência prevista nos n.°s 4 e 5 a CTIJF é assistida por um delegado de cada grupo proponente.

ARTIGO 37.°

(Local e horário da votação)

1 — A votação realiza-se no edifício do Instituto de José de Figueiredo, em local a designar pela CTIJF.

2 — A votação tem início meia hora antes e é encerrada uma hora depois do período normal de serviço, decorrendo durante todo o horário de trabalho.

3 — O encerramento da votação pode ter lugar antes do prazo referido no número anterior, se todos os trabalhadores constantes do caderno eleitoral já tiverem votado.

ARTIGO 38.°

(Voto por correspondência)

1 — É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho, nomeadamente por motivo de serviço, de doença ou de maternidade, e dos que estejam em gozo de férias.

2 — Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral referida no artigo 40.° até três horas antes do fecho da votação, a qual verificará de imediato a autenticidade das assinaturas constantes do sobrescrito interior.

3 — A remessa é feita pelo correio, por carta com a indicação do nome do remetente, dirigida à comissão de trabalhadores com a menção «comissão eleitoral», e só por esta pode ser aberta.

4 — O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim em quatro, introduzindo-o num sobrescrito, que fechará e assinará no exterior, assinalando-o com os dizeres «voto por correspondência», introduzindo-o, por sua vez, no sobrescrito que enviará à comissão de trabalhadores.

5 — Seguidamente a comissão eleitoral assinalará no registo de presenças o nome do trabalhador com a menção «voto por correspondência» e, finalmente, abrindo-o, fará a introdução do voto na urna.

ARTIGO 39.°

(Mesa de voto)

1 — A mesa de voto é constituída pelo presidente e vogais da mesa da RGT.

2 — Cada grupo de proponentes de uma lista tem o direito de designar um representante, que, como delegado, acompanha e fiscaliza todas as operações do acto de votação.

ARTIGO 40.°

(Comissão eleitoral)

1 — Os elementos referidos no n.° 2 do artigo anterior e dois membros da CTIJF constituem a comissão eleitoral, a quem compete o apuramento do acto eleitoral.

2 — O presidente da mesa de voto é também o presidente da comissão eleitoral e terá, nessas circunstâncias, voto de qualidade.

ARTIGO 41.°

(Acto de votação)

1 — Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto de votação.

2 — Antes do início da votação, o presidente da mesa mostra aos presentes a urna aberta, de modo a certificar que ela não está viciada, findo o que a fecha, procedendo à respectiva selagem com lacre.

3 — Em local afastado da mesa o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente à lista em que vota, dobra o boletim de voto em quatro e entrega-o ao presidente da mesa, que o introduz na urna.

4 — As presenças no acto de votação devem ser registadas em documento próprio, mediante a assinatura do votante.

5 — O registo de presenças conterá um termo de abertura e um termo de encerramento, com indicação do número total de páginas, e será assinado e rubricado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a constituir parte integrante da respectiva acta.

6 — Os elementos da mesa votam em primeiro lugar.

ARTIGO 42.°

(Escrutínio, apuramento e proclamação)

1 — A abertura da urna e o apuramento têm lugar em seguida.

2 — Considera-se voto em branco o do boletim de voto que não tenha sido objecto de qualquer tipo de marca.

3 — Considera-se voto nulo o do boletim de voto:

a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido da votação ou não tenha sido admitida;

c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

4 — Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do votante.

5 — Considera-se ainda como voto em branco o voto por correspondência quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas no artigo 38.° ou seja recebido em sobrescritos que não estejam devidamente fechados.

6 — De tudo o que se passar na mesa de voto é lavrada acta, que, depois de lida em voz alta e aprovada pela comissão eleitoral, é assinada no final e rubricada em todas as páginas.

7 — Uma cópia da acta referida no número anterior é afixada junto do local da votação.

8 — A proclamação dos trabalhadores eleitos é feita pela comissão eleitoral, com base na acta da mesa de voto.

ARTIGO 43.°

(Publicidade do resultado das eleições)

1 — Durante o prazo de quinze dias, a contar do apuramento e proclamação, manter-se-ão afixados os elementos de identificação da CTIJF eleita e uma cópia da acta de apuramento no local em que a votação se realizou.

2 — A comissão eleitoral providenciará para que, dentro do mesmo prazo, sejam enviados, por carta registada com aviso de recepção ou com protocolo, ao Ministério do Trabalho, à Secretaria de Estado da Administração Pública, à Direcção-Geral do Património Cultural e à direcção do Instituto de José de Figueiredo os elementos de identificação dos membros da comissão de trabalhadores eleita, bem como uma cópia da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 44.°

(Impugnação)

O direito de impugnação da votação poderá ser exercido por qualquer trabalhador nos termos previstos no artigo 8.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

ARTIGO 45.°

(Entrada em exercício)

A CTIJF entra em exercício nos cinco dias posteriores à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 46.°

(Reuniões da CTIJF)

1 — A CTIJF reúne ordinariamente uma vez por semana.

2 — Pode haver reuniões extraordinárias sempre que:

a) Ocorram motivos ponderosos que as justifiquem;

b) A pedido de dois dos seus membros, mediante prévia indicação da ordem de trabalhos.

3 — A CTIJF pode reunir de emergência sempre que ocorram factos que, pela sua natureza, imponham uma tomada de posição em tempo útil.

4 — Das reuniões da CTIJF será lavrada acta, que será assinada por todos os membros presentes.

ARTIGO 47.°

(Deliberações da CTIJF)

As deliberações da CTIJF são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidas desde que nelas participe a maioria absoluta dos seus membros.

ARTIGO 48.°

(Delegação de poderes entre membros da CTIJF)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, é lícito a qualquer membro da CTIJF delegar noutro a sua competência, mas essa delegação só produz efeitos numa única reunião.

2 — Em caso de gozo de férias ou impedimento de duração não superior a um mês, a delegação produz efeitos durante o período indicado.

3 — A delegação de poderes está sujeita à forma escrita, devendo indicar-se expressamente os fundamentos, prazo e identificação do mandatário.

ARTIGO 49.°

(Poderes para obrigar a CTIJF)

Para obrigar a CTIJF são necessárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros.

ARTIGO 50.°

(Coordenação da CTIJF)

A actividade da CTIJF é coordenada por um dos seus membros, eleito para essa função na primeira reunião que tiver lugar após a entrada em exercício.

ARTIGO 51.°

(Colaboração prestada à CTIJF)

A CTIJF pode solicitar ou aceitar a colaboração de trabalhadores do Instituto de José de Figueiredo para a concretização de tarefas específicas.

ARTIGO 52.°

(Perda do mandato)

1 — Perde o mandato o elemento da CTIJF que faltar injustificadamente a quatro reuniões seguidas ou cinco interpoladas.
2 — A sua substituição faz-se por iniciativa da CTIJF nos termos do n.° 1 do artigo 31.°

CAPÍTULO II

Comissão coordenadora

ARTIGO 53.°

(Adesão)

A CTIJF adere à Comissão Coordenadora da Função Pública, cujos estatutos serão aprovados nos termos da lei pelas comissões de trabalhadores interessadas.

CAPÍTULO III

Alteração dos estatutos

ARTIGO 54.°

(Iniciativa)

1 — A iniciativa da alteração dos estatutos compete:
a) A um número mínimo de 10 % dos trabalhadores;
b) À CTIJF, acompanhada pelo número mínimo de trabalhadores previsto na alínea anterior.

2 — Apresentado um projecto de alteração dos estatutos, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de quinze dias e por um número igual de subscritores.

ARTIGO 55.°

(Votação)

A votação da alteração dos estatutos realizar-se-á nos termos e de acordo com os requisitos estabelecidos nos artigos 32.° a 43.°, com as devidas adaptações.

ARTIGO 56.°

(Novo texto)

As alterações aos estatutos serão inseridas no lugar próprio, mediante as substituições, as supressões e os aditamentos necessários.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 57.°

(Casos omissos)

Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos em plenário convocado expressamente para o efeito.

ARTIGO 58.°

(Entrada em vigor)

Estes estatutos entram em vigor no dia imediato à sua aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA IMPORMOL — INDÚSTRIA PORTUGUESA DE MOLAS, S. A. R. L.

ESTATUTOS

Preâmbulo

A Constituição da República Portuguesa consagra no seu artigo 55.° o direito de os trabalhadores elegerem os seus órgãos representativos para através deles assegurarem a efectiva defesa dos seus interesses, intervindo democraticamente na vida da empresa, reforçando a sua unidade de classe e a sua mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores.

CAPÍTULO I

ARTIGO 1.°

Definição e âmbito

1 — Os presentes estatutos destinam-se a regular a constituição, eleição, funcionamento e actividade da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.
2 — O colectivo dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., é constituído por todos os trabalhadores que prestem a sua actividade por força de um contrato de trabalho celebrado com a empresa.

ARTIGO 2.°

Princípios fundamentais

A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., orienta a sua actividade pelos princípios constitucionais, na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores da empresa em particular e da intervenção democrática na vida da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para a dinâmica da construção do poder democrático dos trabalhadores.

ARTIGO 3.°

Órgãos do colectivo e sua composição

1 — *Plenário.* — O plenário é constituído pelo colectivo dos trabalhadores que prestam a sua actividade por força de um contrato de trabalho celebrado com a empresa.

2 — *Comissão de trabalhadores.* — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., é constituída por três elementos.

ARTIGO 4.°

Competência do plenário

1 — Promover a aprovação ou alteração dos estatutos da comissão de trabalhadores.

2 — Eleger a comissão de trabalhadores e em qualquer altura destituí-la, aprovando simultaneamente um programa de acção.

3 — Controlar a actividade das comissões de trabalhadores pelas formas e modos previstos nestes estatutos.

4 — Pronunciar-se sobre todos os assuntos de interesse relevante para o colectivo dos trabalhadores, que lhe sejam submetidos pela comissão de trabalhadores ou por qualquer trabalhador.

5 — Deliberar sobre a declaração da empresa em situação económica difícil.

ARTIGO 5.°

Convocação do plenário

O plenário pode ser convocado:

1) Pela comissão de trabalhadores;

2) Pelo mínimo de cem ou 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa, mediante requerimento apresentado à comissão de trabalhadores, com indicação da ordem de trabalhos.

ARTIGO 6.°

Prazos da convocatória

1 — O plenário será convocado com a antecedência mínima de quinze dias por meio de anúncios colocados nos locais habituais, destinados à afixação de propaganda das organizações dos trabalhadores existentes no interior da empresa.

2 — No caso de se verificar a convocatória prevista no ponto 2 do artigo 5.°, a comissão de trabalhadores deve fixar a data da reunião do plenário no prazo de vinte dias contados da recepção do referido requerimento.

ARTIGO 7.°

Formas de reunião dos plenários

1 — Reuniões ordinárias. — Anualmente o plenário reúne para apreciação da actividade da comissão de trabalhadores, apreciação e votação sobre as despesas e receitas do colectivo dos trabalhadores e da comissão de trabalhadores.

2 — Reuniões extraordinárias. — Sempre que para tal sejam convocados nos termos e com os requisitos previstos no artigo 5.°

3 — Plenário de emergência:

a) O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente dos trabalhadores;

b) As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência mínima possível face à emergência da situação existente de molde a garantir a presença do maior número de trabalhadores;

c) A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectiva convocatória são da competência da comissão de trabalhadores ou nos termos do ponto 2 do artigo 5.°, quando convocada pelos trabalhadores;

d) Dado o carácter da convocação de emergência relativamente à alínea *b*) do artigo em questão, fica submetida ao consenso do plenário a aceitação da matéria convocatória do mesmo e da necessidade da sua realização.

ARTIGO 8.°

Funcionamento do plenário e sistema de votação

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participem 40 % dos trabalhadores da empresa. Se na hora marcada não comparecer aquele número, o mesmo efectuar-se-á meia hora depois com 20 % dos trabalhadores. Para efeitos da destituição da comissão de trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores da empresa a participação mínima deve corresponder a 50 % dos trabalhadores da Impormal — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

2 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.

3 — O voto é sempre directo.

4 — A votação faz-se por braços levantados exprimindo o voto a favor, o voto contra e a abstenção.

5 — O voto é secreto nas votações referentes à eleição da comissão de trabalhadores e à aprovação da generalidade dos estatutos.

6 — Matérias como a destituição da comissão de trabalhadores ou seus membros, aprovação ou alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral são obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário convocado expressamente para o assunto.

7 — A comissão de trabalhadores ou o plenário podem submeter a discussão prévia qualquer deliberação.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

ARTIGO 9.°

Natureza da comissão de trabalhadores

1 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores para o exercício das atribuições, competência e direitos reconhecidos na Constituição da República e outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — Como forma de organização democrática do colectivo dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., exerce em nome próprio a competência e direitos referidos no número anterior.

ARTIGO 10.°

Atribuições, competência e deveres da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

1 — Compete à comissão de trabalhadores:

a) Defender interesses profissionais e direitos dos trabalhadores;

b) Exercer o *contrôle* de gestão na empresa;

c) Intervir, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na reorganização de unidades produtivas dos correspondentes sectores de actividade económica;

d) Fiscalizar a actividade dos serviços sociais da empresa;

e) Participar, directamente ou por intermédio das comissões coordenadoras às quais aderir, na elaboração e *contrôle* da execução dos planos económico-sociais que contemplem o sector de componentes da indústria automóvel;

f) Participar na elaboração da legislação do trabalho;
g) Participar no exercício do poder local;
h) Participar na definição e execução da política nacional de alfabetização de base de adultos;
i) Em geral, exercer todas as atribuições e competências que por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos lhes sejam reconhecidas.

2 — A comissão de trabalhadores pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

3 — O disposto neste artigo e em especial na alínea *f*) do n.º 1 entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização sindical dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

4 — A competência da comissão de trabalhadores não deve ser utilizada para enfraquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., e dos respectivos delegados sindicais, ou vice-versa, e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

5 — No exercício das suas atribuições e direitos a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R .L., tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organismo de classe de mobilização dos trabalhadores e de reforço da sua unidade;
b) Garantir e desenvolver a participação democrática dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., no funcionamento, direcção e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;
c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência enquanto produtores e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;
d) Exigir da entidade patronal e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com as comissões de trabalhadores de outras empresas e comissões coordenadoras;
f) Cooperar na base do reconhecimento da sua independência recíproca, com a organização sindical dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., na valorização dos objectivos comuns a todos os trabalhadores;
g) Assumir, no seu nível de actuação todas as responsabilidades que, para as organizações dos trabalhadores, decorram da luta geral pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade sem classes.

CAPÍTULO III

«Contrôle» de gestão

Artigo 11.º

«Contrôle» de gestão

1 — O *contrôle* de gestão visa proporcionar e promover, com base na respectiva unidade e mobilização, a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral, para realização do objectivo constitucional de construção do poder democrático dos trabalhadores.

2 — O *contrôle* de gestão consiste no *contrôle* dos trabalhadores sobre as decisões económicas e sociais da entidade patronal e sobre toda a actividade da empresa, para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores e garantia das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesas previstas na Constituição da República.

3 — O *contrôle* de gestão é exercido pela comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., nos termos e segundo as formas previstas na Constituição da República, na lei, ou outras normas aplicáveis, e nestes estatutos.

4 — A competência da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., para o exercício do *contrôle* de gestão não pode ser delegada noutras entidades.

5 — A entidade patronal está proibida por lei de impedir ou dificultar o exercício do *contrôle* de gestão nos termos legais aplicáveis.

6 — Tendo as suas atribuições e direitos por finalidade o *contrôle* das decisões da entidade patronal e de toda a actividade da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., a comissão de trabalhadores, em conformidade com o n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, conserva a sua autonomia perante a entidade patronal; não assume poderes de gestão; não se substitui aos órgãos e hierarquia administrativa, técnica e funcional da empresa com os quais não se confunde; nem com eles se co-responsabiliza.

CAPÍTULO IV

Direitos instrumentais

Artigo 12.º

Direitos instrumentais

Para o exercício das suas atribuições e competência a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

Artigo 13.º

Reuniões com a administração

1 — A comissão de trabalhadores tem o direito de reunir periodicamente com a administração da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., para discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.

2 — As reuniões realizam-se, pelo menos, uma vez por mês, mas deverão ter lugar sempre que necessário para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta assinada por todos os presentes.

Artigo 14.º

Direito à informação

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem legalmente deveres de informação vinculando não só a entidade patronal e o órgão de gestão da empresa mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as decisões relativamente às quais a comissão de trabalhadores tem o direito de intervir.

3 — O dever de informação que recai sobre a entidade patronal abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Planos gerais de actividade e orçamento;
b) Regulamentos internos;
c) Organização da produção e suas implicações no grau da utilização da mão-de-obra e do equipamento;
d) Situação de aprovisionamento;
e) Previsão, volume e administração de vendas;
f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e sua distribuição pelos diferentes escalões profissionais, regalias sociais, mínimos de produtividade e grau de abstencionismo;
g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e balancetes trimestrais;

h) Modalidades de financiamento;
i) Encargos fiscais e parafiscais;
j) Projectos de alteração do objecto e do capital social e projectos de reconversão da actividade produtiva da empresa.

4 — O disposto no número anterior não prejudica nem substitui as reuniões previstas no artigo 13.°, nas quais a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., tem direito a que lhe sejam fornecidas as informações necessárias à realização das finalidades que as justificam.

5 — As informações previstas neste artigo são requeridas por escrito, pela comissão de trabalhadores ou pelos seus membros, à administração da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

6 — Nos termos da lei, a administração da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., deve responder por escrito, prestando as informações requeridas, no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 15.°

Obrigatoriedade do parecer prévio

1 — Nos termos da lei, são obrigatoriamente submetidos a parecer prévio da comissão de trabalhadores os seguintes actos e decisões:

a) Celebração de contratos de viabilização ou contratos-programa;
b) Encerramento de estabelecimentos ou de linhas de produção;
c) Quaisquer medidas de que resultte uma diminuição sensível dos efectivos humanos da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., ou agravamento substancial das suas condições de trabalho;
d) Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da empresa;
e) Alteração dos horários de trabalho aplicáveis a todos ou parte dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.;
f) Modificação dos critérios de base de classificação profissional e de promoções;
g) Mudança de local de actividade da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.;
h) Despedimento individual de trabalhadores;
i) Despedimento colectivo;
j) Mudança a título individual ou colectivo de local de trabalho de quaisquer trabalhadores.

2 — O parecer é solicitado à comissão de trabalhadores, por escrito, pela administração da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

3 — A prática de qualquer dos actos referidos no n.° 1 sem que previamente tenha sido solicitado, de forma regular, o parecer da comissão de trabalhadores, determina a respectiva nulidade nos termos gerais de direito.

4 — O parecer da comissão de trabalhadores é emitido por escrito e enviado à entidade que o tiver solicitado, dentro do prazo de quinze dias a contar da data de recepção do respectivo pedido, se não for concedido ou acordado prazo maior em atenção à extensão e complexidade da matéria.

5 — A inobservância do prazo aplicável nos termos do número anterior tem como consequência a legitimidade da entidade competente para a prática do acto com dispensa do parecer prévio da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

ARTIGO 16.°

«Contrôle» de gestão

Em especial, para a realização do *contrôle* de gestão a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

a) Apreciar e emitir parecer sobre os orçamentos e planos económicos da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., em particular os de produção, e respectivas alterações, bem como acompanhar e fiscalizar a sua correcta execução;
b) Zelar pela adequada utilização, pela empresa, dos recursos técnicos humanos e financeiros;
c) Promover, junto da administração e dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., medidas que contribuam para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos domínios da racionalização do sistema produtivo, da actuação técnica e da simplificação burocrática;
d) Zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e do Plano na parte relativa à Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., e no sector de componentes da indústria automóvel;
e) Apresentar aos órgãos competentes da empresa sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores e, em geral, a melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
f) Participar, por escrito, aos órgãos de fiscalização da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., ou às autoridades competentes, na falta de adequada actuação daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos estatutos da empresa ou às disposições imperativas do Plano;
g) Defender junto da administração e fiscalização da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., e dos trabalhadores em geral.

ARTIGO 17.°

Reorganização de unidades produtivas

1 — Em especial, para intervenção na reorganização de unidades produtivas a comissão de trabalhadores goza dos seguintes direitos;

a) O direito de ser previamente ouvida e de sobre ela emitir parecer, nos termos e prazos previstos no artigo 11.°, sobre os planos ou projectos de reorganização referidos no artigo anterior;
b) O direito de ser informada sobre a evolução dos actos subsequentes;
c) O direito de ter acesso à formulação final dos instrumentos de reorganização e de sobre eles se pronunciar antes de oficializados;
d) O direito de reunir com os órgãos ou técnicos encarregados dos trabalhos preparatórios de reorganização;
e) O direito de emitir juízos críticos, de formular sugestões e de deduzir reclamações junto dos órgãos sociais da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., ou das entidades competentes.

2 — A intervenção na reorganização de unidades produtivas a nível sectorial é normalmente feita por intermédio das comissões coordenadoras às quais a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., aderir, se estas integram comissões de trabalhadores da maioria das empresas do sector.

ARTIGO 18.°

Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores

Em especial, para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual; ter conhecimento do processo desde o seu início; controlar a respectiva regularidade, bem como a existência de justa causa, através da emissão de parecer prévio, tudo nos termos da legislação aplicável;
b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo, através de parecer prévio a dirigir ao órgão governamental competente nos termos da legislação aplicável;

c) Ser ouvida pela entidade patronal sobre a elaboração do mapa de férias, na falta de acordo com os trabalhadores sobre a respectiva marcação (artigo 8.°, n.° 2 do Decreto-Lei n.° 874/76, de 28 de Dezembro);

d) Emitir os pareceres prévios previstos nas alíneas dos artigos 15.° a 17.°;

e) Exercer os direitos previstos nas alíneas e) e g) do artigo 16.°;

f) Visar as folhas de ordenados e salários a enviar às instituições de previdência;

g) Fiscalizar o efectivo pagamento das contribuições para a Previdência, quer as devidas pela Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., quer as descontadas na retribuição dos trabalhadores;

h) Visar os mapas de quadros de pessoal.

ARTIGO 19.°

Gestão de serviços sociais

1 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., toma a seu cargo a fiscalização dos serviços sociais da cantina e bar destinados aos trabalhadores da empresa.

ARTIGO 20.°

Participação na planificação económica

1 — Em especial, para intervenção na planificação económica a nível sectorial e regional, a comissão de trabalhadores tem direito a que lhe sejam fornecidos todos os elementos e informações relativas aos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região plano e de, sobre eles, emitir pareceres.

2 — Para os efeitos do número anterior, a comissão de trabalhadores credencia junto do Ministério competente três representantes por sector e igual número por região plano.

3 — Compete aos representantes credenciados receber os elementos e informações referidos no n.° 1 e sobre eles emitir parecer, segundo deliberação da comissão de trabalhadores, no prazo para o efeito não inferior a trinta dias, fixado pelo Ministério competente.

4 — Os pareceres devem ser tidos em conta na elaboração dos planos económico-sociais e constar obrigatoriamente do preâmbulo dos diplomas que os aprovarem.

5 — Os direitos previstos neste artigo entendem-se sem prejuízo do direito que assiste às comissões coordenadoras sectoriais ou regionais às quais a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., aderir de terem assento, nos termos da legislação aplicável, nos órgãos de planificação sectorial ou regional.

ARTIGO 21.°

Participação na elaboração da legislação do trabalho

A participação da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., na elaboração da legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável, neste momento, a Lei n.° 16/79, de 26 de Maio.

ARTIGO 22.°

Outros direitos

1 — No âmbito do exercício do poder local, a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., participa na designação de representantes das comissões de trabalhadores para os conselhos municipais e conselhos regionais da respectiva área, segundo as normas aplicáveis.

2 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., em conjunto com as restantes comissões de trabalhadores do País, e por intermédio das comissões coordenadoras, participa na designação de um membro do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

CAPÍTULO V

Garantias e condições para o exercício da competência e direitos da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

ARTIGO 23.°

Tempo para o exercício de voto

1 — Os trabalhadores, nas deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, o requeiram, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 24.°

Reuniões na empresa

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho, e sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades que, simultaneamente com a realização das reuniões, sejam assegurados por outros trabalhadores, em regime de turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas por ano.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para efeitos dos n.os 2 e 3, a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., comunicará a realização das reuniões à administração com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

ARTIGO 25.°

Acção da comissão de trabalhadores no interior da empresa

1 — A comissão de trabalhadores tem direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.

ARTIGO 26.°

Direito de afixação e de distribuição de documentos

1 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., tem o direito de afixar todos os documentos relativos aos interesses dos trabalhadores, em local adequado para o efeito posto à sua disposição pela entidade patronal.

2 — A comissão de trabalhadores tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.

ARTIGO 27.°

Direito a instalações adequadas

1 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., tem direito a instalações adequadas no interior da empresa para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da comissão de trabalhadores pela administração da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L.

ARTIGO 28.°

Direito a meios materiais e técnicos

A comissão de trabalhadores tem direito a obter da administração da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 29.°

Crédito de horas

1 — Os trabalhadores da empresa que sejam membros da comissão de trabalhadores ou de comissões coordenadoras dispõem, para o exercício das respectivas atribuições, de quarenta ou cinquenta horas por mês, respectivamente.

2 — A comissão de trabalhadores pode optar por um crédito de horas global, que distribuirá entre os seus membros segundo critérios por si definidos, apurado de acordo com a fórmula seguinte:

$$C=n\times 40$$

em que C representa o crédito global e n o número de membros da comissão de trabalhadores.

3 — A deliberação da comissão de trabalhadores prevista no número anterior é tomada por unanimidade e a cada um dos seus membros não pode ser atribuído, em consequência dela, um crédito superior a oitenta horas por mês.

4 — O crédito de horas permite ao trabalhador que dele beneficiar desenvolver, dentro ou fora do local de trabalho, a sua actividade de representante dos trabalhadores, com diminuição correspondente do período normal de trabalho que lhe seja contratualmente aplicável, contando-se esse tempo, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 30.°

Autonomia e independência da comissão de trabalhadores

1 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., é independente do patronato, Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações patronais promover a constituição, manutenção e actuação da comissão de trabalhadores, ingerirem-se no seu funcionamento e actividade ou de qualquer modo, influírem sobre a comissão de trabalhadores, designadamente através de pressões económicas ou da corrupção dos seus membros.

ARTIGO 31.°

Solidariedade de classes

Sem prejuízo da sua independência legal e estatutária, a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., pratica, e tem direito a beneficiar na sua acção, da solidariedade de classe que une nos mesmos objectivos fundamentais todas as organizações dos trabalhadores.

ARTIGO 32.°

Proibição de actos de discriminação contra trabalhadores

É proibido e considerado nulo e de nenhum efeito, todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego de qualquer trabalhador à condição de este participar ou não nas actividades e órgãos, ou de se demitir dos cargos previstos nestes estatutos;

b) Despedir, transferir ou por qualquer modo, prejudicar um trabalhador por motivo das suas actividades e posições relacionadas com as formas de organização e intervenção dos trabalhadores previstas nestes estatutos.

ARTIGO 33.°

Protecção dos trabalhadores contra sanções abusivas

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de um trabalhador exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar qualquer dos direitos que lhe assistem em conformidade com os artigos 55.° e 56.° da Constituição, com a lei e outras normas aplicáveis sobre as comissões de trabalhadores e com estes estatutos.

2 — As sanções abusivas determinam as consequências previstas nos artigos 33.° e 34.° da Lei do Contrato de Trabalho (Decreto-Lei n.° 49 408, de 24 de Novembro de 1969), e, se a sanção consistiu no despedimento, a indemnização não será inferior ao dobro da prevista na Lei dos Despedimentos (artigo 20.° do Decreto-Lei n.° 372-A/75, de 16 de Julho).

ARTIGO 34.°

Transferência de local de trabalho de representantes dos trabalhadores

Os membros da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., e de comissões coordenadoras não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo e sem o prévio conhecimento da comissão de trabalhadores ou da comissão coordenadora respectiva.

ARTIGO 35.°

Protecção legal

Os membros da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., gozam de protecção legal reconhecida aos delegados sindicais.

ARTIGO 36.°

Despedimentos de representantes dos trabalhadores

1 — O despedimento de trabalhadores que sejam membros da comissão de trabalhadores ou de comissões coordenadoras, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu termo, está sujeito ao disposto nos números seguintes.

2 — Elaborado o processo disciplinar nos termos da lei aplicável, o despedimento só pode ter lugar por meio de acção judicial, se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador interessado e a respectiva comissão de trabalhadores.

3 — A inobservância do disposto nos números anteriores determina a nulidade do despedimento.

4 — No caso referido no número anterior, o trabalhador tem direito às prestações pecuniárias que deveria ter normalmente auferido desde a data do despedimento até à data da sentença, bem como à reintegração na empresa no respectivo cargo ou posto de trabalho e com a antiguidade correspondente.

5 — Em substituição da reintegração, o trabalhador pode optar pela indemnização correspondente ao dobro daquela que lhe caberia nos termos da lei e nunca inferior à retribuição correspondente a doze meses de serviço.

ARTIGO 37.°

Suspensão preventiva de representantes dos trabalhadores

1 — A suspensão preventiva de algum dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada, por escrito, ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção do trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a entidade patronal não pode, em nenhum caso, impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa.

ARTIGO 38.°

Exercício da acção disciplinar contra representantes dos trabalhadores

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a alguns dos representantes referidos no artigo 33.° de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até cinco anos após o seu termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra algum dos representantes referidos no número anterior, por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por violação do dever de sigilo, está sujeito a *contrôle* judicial nos termos do artigo 36.°

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e a tramitação do processo judicial, o representante visado mantem-se em actividade, não podendo ser prejudicado quer nas suas funções no órgão a que pertença quer na sua actividade profissional.

ARTIGO 39.°

Capacidade judiciária

1 — A comissão de trabalhadores tem capacidade judiciária, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A comissão de trabalhadores goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a comissão de trabalhadores em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 47.°

ARTIGO 40.°

Sede da comissão de trabalhadores

A sede da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., localiza-se na fábrica em Vale do Cardal, Aveiras de Baixo, Azambuja.

ARTIGO 41.°

Composição

1 — A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., é composta por três elementos.

2 — Em caso de renúncia, destituição ou perda do mandato de um dos membros, a sua substituição faz-se pelo elemento mais votado da lista a que pertencia o membro a substituir.

3 — Se a substituição for global, o plenário elege uma comissão provisória a quem incumbe a organização do novo acto eleitoral, não podendo o seu mandato ultrapassar sessenta dias.

ARTIGO 42.°

Duração do mandato

O mandato da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., é de dois anos.

ARTIGO 43.°

Reuniões da comissão de trabalhadores

A comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., reúne ordinariamente uma vez por semana.

ARTIGO 44.°

Reuniões extraordinárias

Pode haver reuniões extraordinárias sempre que ocorram motivos poderosos que as justifiquem.

ARTIGO 45.°

Reuniões de emergência

A comissão de trabalhadores pode reunir sempre que ocorram factos que, pela sua natureza urgente, imponham uma tomada de posição em tempo útil.

ARTIGO 46.°

Deliberações da CT

As deliberações da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., são tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidos desde que nelas participe a maioria absoluta dos seus membros.

ARTIGO 47.°

Poderes para obrigar a CT

Para obrigar a comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., são necessárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros.

ARTIGO 48.°

Coordenação da CT

1 — A actividade da comissão de trabalhadores da Impormol — Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., poderá ser coordenada por um executivo, cuja composição quantitativa ela própria determinará, com o objectivo de poder executar as deliberações da comissão.

2 — Este executivo-coordenador é eleito na primeira reunião que tiver lugar após a tomada de posse.

ARTIGO 49.°

Perda de mandato

1 — Perde o mandato o elemento da comissão que faltar injustificadamente a duas reuniões seguidas ou três interpoladas.

2 — A sua substituição faz-se por iniciativa da comissão de trabalhadores e deve recair no elemento mais votado da lista a que pertencia o membro a substituir.

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA EMPRESA PEREIRA, MEIRELES & C.ª, L.DA

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Composição e fins

ARTIGO 1.º

A comissão de trabalhadores da Empresa de Camionagem Pereira, Meireles & C.ª, L.da, passa a reger-se pelos presentes estatutos.

ARTIGO 2.º

São órgãos da comissão de trabalhadores:

1) A mesa do plenário;
2) A comissão de trabalhadores;
3) A comissão coordenadora.

§ único. A comissão coordenadora só será criada e entrará em funções quando deliberado e aprovado por maioria em reunião do plenário.

ARTIGO 3.º

A mesa do plenário é a reunião dos trabalhadores permanentes da empresa e nela reside o poder supremo da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 4.º

A comissão de trabalhadores representa para todos os efeitos legais inerentes e perante a entidade patronal todos os trabalhadores da empresa.

ARTIGO 5.º

A comissão de trabalhadores ter por fim a defesa dos interesses de todos os trabalhadores da Empresa e intervenção democrática na vida da Empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhdoras.

§ 1.º Colaborar de uma maneira efectiva e positiva com a entidade patronal para engrandecimento da Empresa quando para o efeito for solicitado por aquela.

§ 2.º A colaboração referida no parágrafo anterior em nada altera o espírito do preceituado neste artigo.

CAPÍTULO II

Deveres e direitos dos trabalhadores

ARTIGO 6.º

Os trabalhadores têm direito:

1) A tomar parte nos plenários ou quaisquer reuniões que para o efeito sejam convocados e até discutir todos os assuntos de interesse para os trabalhadores da Empresa e da entidade patronal;
2) A votar e ser votado para qualquer cargo dos órgãos da comissão de trabalhadores;
3) A requerer a convocação de um plenário nos termos do artigo 10.º;
4.º A requerer directamente e por escrito à comissão de trabalhadores uma audiência ou formular qualquer pedido de informação para seu interesse nos dias da reunião da dita comissão de trabalhadores, desde que nesta se verifique justificação para o efeito;
5) Usar e proceder, em quaisquer circunstâncias, do seu pleno direito de trabalhador e de conformidade com o determinado pelo contrato colectivo de trabalho, quer directamente ou por intermédio da comissão de trabalhadores, junto da entidade patronal ou qualquer entidade oficial.

ARTIGO 7.º

São deveres dos trabalhadores:

1) Cumprir integralmente o determinado pelo contrato colectivo de trabalho;
2) Tomar parte nos plenários e em todas as reuniões para que forem convocados, propondo tudo o que considerem vantajoso para os colegas e da Empresa;
3) Desempenhar com zelo e assiduidade os cargos para que forem eleitos;
4) Colaborar com a comissão de trabalhadores dentro das suas possibilidades e sempre que entendam ser oportuno;
5) Respeitar e aceitar com sensatez as determinações da comissão de trabalhadores;
6) Não prejudicar o normal exercício das competências e funções inerentes à hierarquia administrativa da funcionalidade da Empresa.

CAPÍTULO III

Dos órgãos da comissão de trabalhadores

ARTIGO 8.º

A mesa do plenário funciona ordinariamente e extraordinariamente.

ARTIGO 9.º

A mesa do plenário funciona, ordinariamente, no mês de Abril de cada ano, para se proceder à eleição dos órgãos da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 10.º

A mesa do plenário funciona, extraordinariamente, em qualquer época, a requerimento da própria mesa do plenário, da comissão de trabalhadores ou da comissão coordenadora, se esta estiver em função, ou de, pelo menos, dez trabalhadores.

ARTIGO 11.º

As reuniões da mesa do plenário serão convocadas com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, por meio de aviso afixado nos locais de trabalho, nas quais serão tratados todos e quaisquer assuntos de interesse para os trabalhadores.

§ 1.º Estas reuniões só são realizáveis e produzirão efeito legal quando a presença dos trabalhadores for em maioria de 51 % do total dos trabalhadores da Empresa na primeira convocatória.

§ 2.º Em segunda convocatória e a realizar dentro de oito dias subsequentes à primeira convocatória, com qualquer número de presenças dos trabalhadores, sendo, no entanto, obrigatório estarem presentes todos os componentes dos órgãos da comissão de trabalhadores existentes, ou sejam mesa do plenário, comissão de trabalhadores e comissão coordenadora, e ainda todos os delegados sindicais.

ARTIGO 12.º

As resoluções serão tomadas por maioria, de conformidade com o estipulado no artigo 11.º e seus parágrafos.

§ 1.º A votação sobre qualquer assunto será escolhida pela aprovação, pelo menos, por um terço dos trabalhadores presentes.

§ 2.º A mesa do plenário terá voto de qualidade em caso de empate.

ARTIGO 13.º

A mesa do plenário será composta por um presidente e dois secretários, eleitos anualmente.

ARTIGO 14.º

Compete à mesa do plenário:

1) Convocar todas as reuniões, conforme preceituado nos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º e seus parágrafos;
2) Presidir e orientar os trabalhos das reuniões;
3) Assinar o livro de actas ou qualquer documentação;
4) Investir os trabalhadores eleitos na posse da comissão de trabalhadores e da comissão coordenadora.

ARTIGO 15.°

Na falta de qualquer elemento da mesa do plenário serão designados entre os trabalhadores presentes os que forem necessários para completar ou constituir a mesa, tendo estes as mesmas atribuições da mesa eleita.

ARTIGO 16.°

A comissão de trabalhadores será composta por três elementos efectivos, sem distinção de lugares ou funções, e por três elementos suplentes.

§ 1.° A comissão de trabalhadores só poderá funcionar com a presença de todos os elementos efectivos ou na falta de um deles ser substituído por um dos elementos suplentes.

§ 2.° A comissão de trabalhadores não poderá funcionar se não estiver presente, pelo menos, um elemento dos efectivos.

ARTIGO 17.°

O número de componentes da comissão de trabalhadores poderá ser alterado de conformidade com a lei em vigor.

§ 1.° A comissão de trabalhadores reunirá, além da reunião mensal, tantas vezes quantas julgar necessário.

§ 2.° As reuniões referidas neste artigo serão sempre efectuadas fora da hora de trabalho e, em casos excepcionais, poderão ser efectuadas durante as horas de trabalho com a devida permissão da entidade patronal.

§ 3.° As reuniões da CT serão efectuadas pelos elementos efectivos e suplentes.

§ 4.° As decisões da CT só serão tomadas pelos elementos efectivos da mesma comissão e pelos elementos suplentes presentes, tendo em consideração o teor do § 2.° do artigo 16.°

ARTIGO 19.°

Compete à comissão de trabalhadores:

1) Cumprir integralmente o preceituado pela lei que rege a comissão de trabalhadores;
2) Cumprir e fazer cumprir o contrato ou contratos colectivos de trabalho que regem os trabalhadores da Empresa;
3) Expor por escrito ou verbalmente todos os assuntos de interesse para os trabalhadores ou da própria Empresa à entidade patronal;
4) Comunicar a todos os colegas, por intermédio de aviso geral ou em reunião do plenário, todos os assuntos considerados de relevância;
5) Propor, com justificação devidamente fundamentada, à entidade patronal castigos ou louvores de qualquer trabalhador da Empresa;
6) Promover, por todos os meios legais e ao seu alcance, boa vivência entre todos os trabalhadores.

Disposições gerais

ARTIGO 20.°

São proibidas manifestações ou movimentos de carácter político-partidário ou religioso.

ARTIGO 21.°

As despesas existentes ou a processar-se com o funcionamento de qualquer órgão da comissão de trabalhadores, tais como viagens, estadas, representação, consultas judiciais ou outras despesas inerentes serão proporcionalmente de inteira responsabilidade de todos os trabalhadores da Empresa.

§ 1.° Para o efeito deste artigo, criar-se-á uma quota mensal de 10$ por cada trabalhador da Empresa.

§ 2.° Os fundos existentes poderão ser aplicados também em festas ou passeios ou outros fins para bem do pessoal.

ARTIGO 22.°

Os presentes estatutos só poderão ser alterados em reunião do plenário expressamente convocada para o efeito.

Lixa, 21 de Novembro de 1979.

(Registados ao abrigo do artigo 12.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.)

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA COMPANHIA INTERNACIONAL DE CERÂMICA

Preâmbulo

Os trabalhadores da Companhia Internacional de Cerâmica, no exercício dos seus direitos, que são seus por força da Constituição e da lei, na perspectiva da criação de condições para o advento de uma economia e de uma sociedade socialistas, aprovaram no dia 29 de Novembro de 1979 os seguintes estatutos.

TÍTULO I

Organização, competência e direitos

CAPÍTULO I

Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

SECÇÃO I

Colectivo dos trabalhadores

ARTIGO 1.°

(Colectivo dos trabalhadores)

1 — O colectivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores desta empresa.

2 — Não fazem parte do colectivo para o efeito destes estatutos, ainda que prestem trabalho no mesmo local, os trabalhadores abrangidos por contratos a prazo.

3 — O colectivo dos trabalhadores organiza-se e actua pelas formas previstas nestes estatutos e nele reside a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da empresa a todos os níveis.

ARTIGO 2.°

(Direitos e deveres dos trabalhadores enquanto membros do colectivo)

1 — Enquanto membros do colectivo, os trabalhadores exercem todos os direitos reconhecidos na Constituição, na lei, em outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores:

a) Subscrever a convocatória da votação para alteração dos estatutos;
b) Subscrever, como proponente, propostas de alteração dos estatutos;
c) Votar nas votações para alteração dos estatutos;
d) Exercer os direitos previstos nas alíneas anteriores relativamente às deliberações de adesão ou revogação da adesão da CT a comissões coordenadoras;
e) Subscrever a convocatória do acto eleitoral;
f) Subscrever, como proponente, propostas de candidaturas às eleições;

g) Eleger e ser eleito membro da comissão de trabalhadores;
h) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegado de candidatura, membro da mesa de voto ou membro da comissão eleitoral;
i) Subscrever a convocatória da votação para destituição da comissão de trabalhadores, ou membros desta, e subscrever como proponente as correspondente propostas de destituição;
j) Votar nas votações previstas na alínea anterior;
k) Eleger e ser eleito representante dos trabalhadores no órgão de gestão.

3 — É garantida a igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores, com a proibição de qualquer discriminação baseada no sexo, raça, idade, função, posto de trabalho, categoria profissional, convicções políticas, sindicais e religiosas.
4 — Os trabalhadores têm, em especial, o dever de contribuir activamente para a solidariedade dos trabalhadores e para o reforço do carácter democrático e de massas da sua intervenção na vida da empresa e a todos os níveis.

ARTIGO 3.°

(Órgãos do colectivo dos trabalhadores)

1 — São órgãos do colectivo dos trabalhadores:

a) O plenário;
b) A comissão de trabalhadores (CT).

SECÇÃO II

Plenário — Natureza e competência

ARTIGO 4.°

(Plenário)

O plenário, no qual participam todos os trabalhadores da empresa, é a forma democrática de reunião e deliberação do colectivo dos trabalhadores definido no artigo 1.°

ARTIGO 5.°

(Competência do plenário)

Compete ao plenário:

a) Definir as bases programáticas e orgânicas do colectivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração dos estatutos da CT;
b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respectivo programa de acção;
c) Controlar a actividade da CT pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
d) Eleger, e destituir a todo o tempo, os representantes dos trabalhadores no órgão de gestão da empresa;
e) Controlar a actividade dos representantes referidos na alínea anterior, pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
f) Deliberar sobre a declaração da empresa em situação económica difícil.

SECÇÃO III

Plenário — Funcionamento

ARTIGO 6.°

(Competência para a convocatória)

1 — O plenário pode ser convocado pela comissão de trabalhadores, por iniciativa própria, ou a requerimento de um mínimo de 10 % dos trabalhadores da empresa, de acordo com o artigo 1.° destes estatutos.
2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.
3 — A CT deve fixar a data da reunião do plenário e proceder à sua convocatória no prazo máximo de vinte dias contados a partir da recepção do requerimento.

ARTIGO 7.°

(Prazo e formalidades da convocatória)

O plenário é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data da sua realização, por meio de anúncios colocados no local destinado à afixação de propaganda ou, no caso de este não existir, em dois dos locais mais frequentados pelos trabalhadores.

ARTIGO 8.°

(Reuniões do plenário)

1 — O plenário reúne ordinariamente uma vez por ano, dentro do prazo de trinta dias após a assembleia geral ordinária da empresa, para:

a) Apreciação da actividade desenvolvida pela CT;
b) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas do colectivo de trabalhadores e da CT.

2 — O plenário reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocado nos termos e com os requisitos previstos no artigo 6.° destes estatutos.

ARTIGO 9.°

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente do colectivo dos trabalhadores.
2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível, face à emergência, de modo a garantir o conhecimento a todos os trabalhadores e a presença do maior número possível.
3 — A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectiva convocatória são da competência exclusiva da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 10.°

(Funcionamento do plenário)

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participem 20 % dos trabalhadores da empresa, definidos no artigo 1.°
2 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.
3 — Exige-se a maioria qualificada de dois terços dos votantes para a seguinte deliberação:

a) Destituição da comissão de trabalhadores.

4 — O plenário é presidido pela CT e no mesmo podem existir mesas do plenário, as quais poderão ser constituídas por elementos representativos dos trabalhadores que convocaram o plenário.

ARTIGO 11.°

(Sistemas de votação em plenário)

1 — O voto é sempre directo.
2 — A votação faz-se por braços levantados exprimindo o voto a favor, o voto contra e a abstenção.
3 — O voto é secreto nas votações referentes às matérias constantes dos artigos 60.°, n.° 1, 66.°, n.° 8, e 67.°, n.° 1, decorrendo essas votações nos termos da Lei n.° 46/79, de 12 do Setembro, e pela forma indicada nos artigos 57.° a 64.° destes estatutos.
4 — O plenário ou a CT podem submeter outras matérias ao sistema de votação previsto no número anterior.

ARTIGO 12.°

(Discussão em plenário)

1 — São obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário as deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Destituição da CT ou dos seus membros;
b) Aprovação e alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral.

2 — A CT ou o plenário podem submeter à discussão qualquer deliberação que deva ser tomada por voto secreto.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Natureza da CT

ARTIGO 13.°

(Natureza da comissão de trabalhadores)

1 — A comissão de trabalhadores é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo de trabalhadores para o exercício das atribuições, competência e direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei, ou outras normas aplicáveis, e nestes estatutos.

2 — Como forma de organização, expressão e actuação democrática do colectivo dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores exerce em nome próprio a competência e direitos referidos no número anterior.

ARTIGO 14.°

(Competência da CT)

1 — Compete à CT:

a) Exercer o *contrôle* da gestão na empresa;
b) Intervir directamente na reorganização da empresa;
c) Intervir, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na reorganização de unidades produtivas dos correspondentes sectores da actividade económica;
d) Defender interesses profissionais e interesses dos trabalhadores;
e) Gerir ou participar na gestão dos serviços sociais da empresa;
f) Participar directamente, ou por intermédio das comissões coordenadoras às quais aderir, na elaboração e *contrôle* da execução dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região Plano;
g) Participar na elaboração da legislação de trabalho;
h) Participar no exercício do poder local;
i) Participar, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na definição e execução da política nacional de alfabetização e educação de base de adultos;
j) Em geral, exercer todas as atribuições e competências que, por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos, lhe sejam reconhecidas.

2 — A CT pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

ARTIGO 15.°

(Relações com a organização sindical)

1 — O disposto no artigo anterior, em especial na alínea *d*) do n.° 1, entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização sindical dos trabalhadores da empresa.

2 — A competência da CT não deve ser utilizada para enfraquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa e dos respectivos delegados sindicais e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

ARTIGO 16.°

(Deveres da CT)

1 — No exercício das suas atribuições e direitos, a CT tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe, de mobilização dos trabalhadores e de reforço da sua unidade;
b) Garantir e desenvolver a participação activa e democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção, *contrôle* e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;
c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência enquanto produtores e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;
d) Exigir da entidade patronal, do órgão de gestão da empresa e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e a aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com comissões de trabalhadores de outras empresas e comissões coordenadoras;
f) Cooperar, na base do reconhecimento da sua independência recíproca, com a organização sindical dos trabalhadores da empresa na prossecução dos objectivos comuns a todos os trabalhadores;
g) Assumir, ao seu nível de actuação, todas as responsabilidades que para as organizações dos trabalhadores decorrem da luta geral pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade sem classes.

SECÇÃO II

«Contrôle» de gestão

ARTIGO 17.°

(Natureza e conteúdo do «contrôle» de gestão)

1 — O *contrôle* de gestão visa proporcionar e promover, através da respectiva unidade e mobilização, a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral, para realização do objectivo constitucional de construção do poder democrático dos trabalhadores.

2 — O *contrôle* de gestão consiste no *contrôle* do colectivo dos trabalhadores sobre as decisões económicas e sociais da entidade patronal e sobre toda a actividade da empresa, para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores e garantia das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesa previstas na Constituição da República.

3 — O *contrôle* de gestão é exercido pela CT nos termos e segundo as formas previstas na Constituição da República, na lei, ou outras normas aplicáveis, e nestes estatutos.

4 — A entidade patronal e os órgãos de gestão da empresa estão proibidos por lei de impedir ou dificultar o exercício do *contrôle* de gestão nos termos legais aplicáveis.

5 — Tendo as suas atribuições e direitos por finalidade o *contrôle* das decisões económicas e sociais da entidade patronal e de toda a actividade da empresa, a CT, em conformidade com o n.° 3 do artigo 18.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, conserva a sua autonomia perante a entidade patronal, não assume poderes de gestão e, por isso, não se substitui aos órgãos e hierarquia administrativa, técnica e funcional da empresa nem com eles se co-responsabiliza.

SECÇÃO III

Direitos instrumentais

ARTIGO 18.°

(Reuniões com o órgão de gestão da empresa)

1 — A CT tem o direito de reunir periodicamente com a administração da empresa ou seus representantes designados para o efeito para discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.

2 — As reuniões realizam-se pelo menos uma vez por mês, mas deverão ter lugar sempre que necessário para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta assinada por todos os presentes, sendo a cópia da mesma fixada nos locais habituais.

ARTIGO 19.°

(Direito à informação)

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem, legalmente, deveres de informação, vinculando não só a entidade patronal e o órgão de gestão da empresa, mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as decisões relativamente às quais a CT tem o direito de intervir.

3 — O dever de informação que recai sobre a entidade patronal ou órgão de gestão da empresa abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Planos gerais de actividade e orçamentos;
b) Regulamentos internos;
c) Organização da produção e suas implicações no grau da utilização da mão-de-obra e do equipamento;
d) Situação de aprovisionamento;
e) Previsão, volume e administração de vendas;
f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e a sua distribuição pelos diferentes escalões profissionais, regalias sociais, mínimos de produtividade e grau de abstencismo;
g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e balancetes trimestrais;
h) Modalidades de finaciamento;
i) Encargos fiscais e parafiscais;
j) Projectos de alteração do objecto e do capital social e projectos de reconversão da actividade produtiva da empresa.

4 — O disposto no número anterior não prejudica nem substitui as reuniões previstas no artigo 18.° destes estatutos, nas quais a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas as informações necessárias à realização dos fins que as justificam.

5 — As informações previstas neste artigo são requeridas, por escrito, pela comissão de trabalhadores ou pelos seus membros à administração da empresa ou aos seus representantes nomeados para o efeito.

6 — Nos termos da lei, a administração da empresa ou os seus representantes devem responder por escrito, prestando as informações requeridas, no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 20.°

(Obrigatoriedade de parecer prévio)

1 — Nos termos da lei, são obrigatoriamente submetidos a parecer prévio escrito da CT os seguintes actos e decisões:

a) Celebração de contratos de viabilização ou contratos-programa;
b) Dissolução da empresa ou pedido de declaração da sua falência;
c) Encerramento de linhas de produção;
d) Quaisquer medidas de que resulte uma diminuição sensível dos efectivos humanos da empresa ou agravamento substancial das suas condições de trabalho;
e) Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da empresa;
f) Alteração nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da empresa;
g) Modificação dos critérios de base de classificação profissional e de promoções;
h) Mudança de local de actividade da empresa;
i) Despedimento individual de trabalhadores;
j) Despedimento colectivo.

2 — O parecer é solicitado à comissão de trabalhadores, por escrito, pela entidade patronal ou administração da empresa.

3 — A prática de qualquer dos actos referidos no n.° 1 sem que previamente tenha sido solicitado, de forma regular, o parecer da CT determina a respectiva nulidade nos termos gerais de direito.

4 — O parecer da CT é emitido por escrito e enviado à entidade que o tiver solicitado dentro do prazo de quinze dias a contar da data da recepção do respectivo pedido, se não for concedido ou acordado prazo maior em atenção à extensão e complexidade da matéria.

5 — A inobservância do prazo aplicável nos termos do número anterior tem como consequência a legitimação da entidade competente para a prática do acto com dispensa do parecer prévio escrito da CT.

ARTIGO 21.°

(«Contrôle» de gestão)

1 — Em especial, para a realização do *contrôle* de gestão a CT exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

a) Apreciar e emitir parecer sobre os orçamentos e planos económicos da empresa, em particular os de produção, e respectivas alterações, bem como acompanhar e fiscalizar a sua correcta execução;
b) Zelar pela adequada utilização, pela empresa, dos recursos técnicos, humanos e financeiros;
c) Promover, junto dos órgãos de gestão e dos trabalhadores, medidas que contribuam para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos domínios da racionalização do sistema produtivo, da actuação técnica e da simplificação burocrática;
d) Zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e do plano na parte relativa à empresa e ao sector respectivo;
e) Apresentar aos órgãos competentes da empresa sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
f) Participar, por escrito, aos órgãos de fiscalização da empresa ou às autoridades competentes, na falta de adequada actuação daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos estatutos da empresa ou às disposições imperativas do plano;
g) Defender junto dos órgãos de gestão e fiscalização da empresa e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores.

2 — A competência da CT para o exercício do *contrôle* de gestão não pode ser delegada noutras entidades.

ARTIGO 22.°

(Reorganização de unidades produtivas)

1 — Em especial, para intervenção na reorganização de unidades produtivas, a CT goza dos seguintes direitos:

a) O direito de ser previamente ouvida e de emitir parecer, nos termos e prazos previstos no artigo 20.° destes estatutos, sobre os planos ou projectos de reorganização referidos no número anterior;
b) O direito de ser informada sobre a evolução dos actos subsequentes;
c) O direito de ter acesso à formulação final dos instrumentos de reorganização e de sobre eles se pronunciar antes de oficializados;
d) O direito de reunir com os órgãos ou técnicos encarregados dos trabalhos preparatórios de reorganização;
e) O direito de emitir juízos críticos, de formular sugestões e de deduzir reclamações junto dos órgãos sociais da empresa ou das entidades legalmente competentes.

2 — A intervenção na reorganização de unidades produtivas a nível sectorial é feita por intermédio das comissões coordenadoras às quais a CT aderir, se estas integrarem comissões de trabalhadores da maioria das empresas do sector.

ARTIGO 23.°

(Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores)

1 — Em especial, para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores, a CT goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual; ter conhecimento do processo desde o seu início; controlar a respectiva regularidade, nomeadamente recolher informações e pareceres, bem como a existência de justa causa, através da emissão de parecer prévio, tudo nos termos da legislação aplicável;

b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo através de parecer prévio a dirigir ao órgão governamental competente nos termos da legislação aplicável;

c) Ser ouvida pela entidade patronal sobre a elaboração do mapa de férias na falta de acordo com os trabalhadores sobre a respectiva marcação;

d) Emitir os pareceres prévios escritos previstos nas alíneas *a*), *b*), *c*), *d*), *e*), *f*), *g*) e *h*) do artigo 20.° destes estatutos;

e) Exercer os direitos previstos nas alíneas *e*) e *g*) do artigo 21.° destes estatutos;

f) Visar as folhas de ordenados e salários a enviar às instituições de previdência;

g) Fiscalizar o efectivo pagamento das contribuições para a Previdência, quer as devidas pela empresa, quer as descontadas na retribuição dos trabalhadores;

h) Visar os mapas de quadros de pessoal.

ARTIGO 24.°

(Gestão de serviços sociais)

1 — A CT tem o direito de gerir ou participar na gestão de todos os serviços sociais destinados aos trabalhadores da empresa.

ARTIGO 25.°

(Participação na planificação económica)

1 — Em especial, para intervenção na planificação económica a nível sectorial e regional, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidos pelas competentes entidades todos os elementos e informações relativos aos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região Plano e de sobre eles emitir pareceres.

2 — Para efeitos do número anterior, a CT credencia junto do Ministério competente três representantes por sector e igual número por região Plano.

3 — Compete aos representantes credenciados receber os elementos e informações referidos no n.° 1 e sobre eles emitir parecer, segundo deliberação da CT, no prazo não inferior a trinta dias para o efeito fixado pelo Ministério competente.

4 — Os pareceres devem ser tidos em conta na elaboração dos planos económico-sociais, e o seu conteúdo deve constar obrigatoriamente do preâmbulo dos diplomas que os aprovarem.

5 — Os direitos previstos neste artigo entendem-se sem prejuízo do direito que assiste às comissões coordenadoras sectoriais ou regionais às quais a CT aderir de terem assento, nos termos da legislação aplicável, nos órgãos de planificação sectorial ou regional.

ARTIGO 26.°

(Participação na elaboração da legislação do trabalho)

A participação da CT na elaboração da legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável, designadamente a Lei n.° 16/79, de 26 de Maio.

ARTIGO 27.°

(Condições e garantias da actuação da CT)

As condições e garantias do exercício das atribuições e direitos da CT são definidas nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO 28.°

(Tempo para o exercício de voto)

1 — Os trabalhadores, com vista às deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, devam ser tomadas por voto secreto, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador, e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 29.°

(Reuniões na empresa)

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho e sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades que, simultaneamente com a realização das reuniões, sejam assegurados por outros trabalhadores em regime de turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas por ano, desde que seja assegurado o funcionamento dos serviços de natureza urgente e essencial.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para efeitos dos n.°s 1, 2 e 3, a CT comunicará a realização das reuniões ao órgão de gestão (administração) da empresa com antecedência mínima de quarenta e oito horas, exceptuando os casos previstos no artigo 9.° destes estatutos.

ARTIGO 30.°

(Acção da CT no interior da empresa)

1 — A CT tem o direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa e baseado no artigo 16.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

ARTIGO 31.°

(Direito de afixação e de distribuição de documentos)

1 — A CT tem o direito de afixar todos os documentos e propaganda relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado para o efeito posto à sua disposição pela entidade patronal.

2 — A CT tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa e baseado no artigo 16.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

ARTIGO 32.°

(Direito a instalações adequadas)

1 — A CT tem direito a instalações adequadas, no interior da empresa, para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CT pelo órgão de gestão (administração) da empresa.

ARTIGO 33.°

(Direitos a meios materiais e técnicos)

A CT tem direito a obter do órgão de gestão (administração) da empresa os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 34.°

(Crédito de horas)

1 — Os trabalhadores da empresa que sejam membros das entidades a seguir indicadas dispõem, para o exercício das respectivas atribuições, do seguinte crédito de horas, de entre o horário normal de trabalho:

Subcomissões de trabalhadores — oito horas por mês;
Comissões de trabalhadores — quarenta horas por mês;
Comissões coordenadoras — cinquenta horas por mês.

2 — Se um trabalhador for, simultaneamente, membro de mais do que uma das entidades previstas no n.° 1, tem direito ao crédito de horas mais elevado que lhes corresponda, em conformidade com este artigo, mas não pode acumular os créditos correspondentes aos vários órgãos.

3 — O crédito de horas permite ao trabalhador que dele beneficiar desenvolver, dentro ou fora do local de trabalho, a sua actividade de representante dos trabalhadores com diminuição correspondente do período normal de trabalho que lhe seja contratualmente aplicável, contando-se esse tempo, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo e como tal remunerado.

4 — A utilização do crédito de horas é comunicada pela CT, por escrito, ao órgão de gestão (administração) da empresa com antecedência mínima de um dia, salvo os casos de emergência fundamentada.

ARTIGO 35.°

(Faltas dos representantes dos trabalhadores)

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas, devidamente comprovadas, no exercício das suas atribuições e actividades, pelos trabalhadores da empresa que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda de retribuição correspondente ao período de ausência, salvo o previsto no n.° 3 do artigo anterior, mas não pode prejudicar quaisquer outros direitos, regalias e garantias do trabalhador.

3 — Falta é a ausência do trabalhador durante todo ou parte do período normal de trabalho que lhe é contratualmente aplicável, sem prejuízo das tolerâncias permitidas na empresa.

ARTIGO 36.°

(Autonomia e independência da CT)

1 — A CT é independentemente do patronato, do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações patronais promover a constituição, manutenção e actuação da CT, ingerirem-se no seu funcionamento e actividade ou, de qualquer modo, influírem sobre a CT, designadamente através de pressões económicas ou de corrupção dos seus membros.

ARTIGO 37.°

(Solidariedade de classe)

Sem prejuízo da sua independência legal e estatutária, a CT pratica e tem direito a beneficiar, na sua acção, da solidariedade de classe que une nos mesmos objectivos fundamentais todas as organizações dos trabalhadores.

ARTIGO 38.°

(Proibição de actos de discriminação contra trabalhadores)

1 — É proibido e considerado nulo e de nenhum efeito todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego de qualquer trabalhador à condição de este participar ou não nas actividades e órgãos, ou de se demitir dos cargos, previstos nestes estatutos;

b) Despedir, transferir ou, por qualquer modo, prejudicar um trabalhador por motivo das suas actividades e posições relacionadas com as formas de organização e intervenção dos trabalhadores previstas nestes estutos.

ARTIGO 39.°

(Protecção dos trabalhadores contra sanções abusivas)

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de um trabalhador exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar qualquer dos direitos que lhe assistem em conformidade com os artigos 55.° e 56.° da Constituição, com a lei e outras normas aplicáveis sobre as comissões de trabalhadores e com estes estatutos.

2 — As sanções abusivas determinam as consequências previstas no regime jurídico do contrato individual de trabalho (artigos 33.° e 34.° da Lei do Contrato de Trabalho — Decreto-Lei n.° 49 408, de 24 de Novembro de 1969) e, se a sanção consistiu no depedimento, a indemnização não será inferior ao dobro da prevista na lei dos despedimentos (artigo 20.° do Decreto-Lei n.° 372-A/75, de 16 de Julho).

ARTIGO 40.°

(Protecção legal)

Os membros da CT, das subcomissões de trabalhadores e das comissões coordenadoras gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais em conformidade com a Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

ARTIGO 41.°

(Transferência do local de trabalho de representantes dos trabalhadores)

Os membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo e sem o prévio conhecimento da CT ou da comissão coordenadora respectiva.

ARTIGO 42.°

(Despedimento de representantes dos trabalhadores)

1 — O despedimento de trabalhadores que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores ou de comissões coordenadoras, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu termo, está sujeito ao disposto nos números seguintes.

2 — Elaborado o processo disciplinar nos termos da lei aplicável, o despedimento só pode ter lugar por meio de acção judicial, se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador interessado e ou a respectiva CT.

3 — A inobservância do disposto nos números anteriores determina a nulidade do despedimento.

4 — No caso referido no número anterior, o trabalhador tem direito às prestações pecuniárias que deveria ter normalmente auferido desde a data do despedimento até à data da sentença, bem como a reintegração na empresa no respectivo cargo ou posto de trabalho e com a antiguidade correspondente.

5 — Em substituição da reintegração, o trabalhador pode optar pela indemnização correspondente ao dobro daquela que lhe caberia nos termos da lei e nunca inferior à retribuição correspondente a doze meses de serviço.

ARTIGO 43.°

(Suspensão preventiva de representantes dos trabalhadores)

1 — A suspensão preventiva de algum dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada por escrito ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção de trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a entidade patronal não pode, em nenhum caso, impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa, nomeadamente a entrada nas instalações da empresa.

ARTIGO 44.°

(Responsabilidade da entidade patronal)

1 — Por força do artigo 4.° da Lei n.° 68/69, de 9 de Outubro, a violação dos n.os 1 e 2 do artigo 42.° e do artigo 43.° destes estatutos é punida com multa de 10 000$ a 1 000 000$.

2 — Por força da mesma disposição legal, os administradores, directores ou gerentes, e os titulares de lugares de chefia responsáveis pelos actos referidos no número anterior são punidos com pena de prisão de três dias a dois anos.

ARTIGO 45.°

(Exercício da acção disciplinar contra representantes dos trabalhadores)

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a alguns dos representantes referidos no artigo 42.° destes estatutos de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até cinco anos após o seu termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra alguns dos representantes referidos no número anterior, por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por vialoção do dever de sigilo, está sujeito ao *contrôle* judicial, nos termos do artigo 42.° destes estatutos.

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e tramitação do processo judicial, o representante visado mantém-se em actividade, não podendo ser prejudicado, quer na sua actividade profissional, quer nas suas funções no órgão a que pertença.

SECÇÃO IV

Enquadramento geral da competência e direitos

ARTIGO 46.°

(Capacidade judiciária)

A CT goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

SECÇÃO V

Composição, organização e funcionamento da CT

ARTIGO 47.°

(Sede)

A sede da CT localiza-se na sede da empresa, em Travasso, Mealhada.

ARTIGO 48.°

(Composição)

A CT é composta por cinco elementos.

ARTIGO 49.°

(Duração do mandato)

1 — O mandato da CT é de três anos.

2 — A CT entra em exercício nos cinco dias posteriores à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 50.°

(Perda do mandato)

1 — Perde o mandato o membro da CT que faltar injustificadamente a duas reuniões seguidas ou três interpoladas.

2 — A substituição faz-se por iniciativa da CT, nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO 51.°

(Regras a observar em caso de destituição da CT ou da vacatura de cargos)

1 — Em caso de renúncia, destituição ou perda de mandato de membros da CT, a substituição faz-se pelo elemento mais votado da lista a que pertencia o membro a substituir, sucessivamente, incluindo os suplentes, se os houver.

2 — Se a destituição for global ou se, por efeito de renúncias, destituições ou perdas de mandato, o número de membros da CT ficar reduzido a menos de metade, o plenário elege uma comissão provisória, a quem incumbe a promoção de novas eleições no prazo máximo de sessenta dias.

3 — A comissão provisória deve remeter para a CT a eleger todas as questões que, segundo a lei, exijam uma tomada de posição em nome da CT.

4 — Tratando-se da emissão de parecer sujeito a prazo que expire antes da entrada em funções da nova CT, a comissão provisória submete a questão ao plenário, que se pronunciará.

ARTIGO 52.°

(Delegação de poderes entre membros da CT)

1 — É lícito a qualquer membro da CT delegar noutro a sua competência, mas essa delegação só produz efeitos numa única reunião.

2 — Em caso de gozo de férias ou impedimento de duração não superior a um mês, a delegação de poderes produz efeitos durante o período indicado.

3 — A delegação de poderes está sujeita a forma escrita, devendo indicar-se expressamente os fundamentos, prazo e identificação do mandatário.

ARTIGO 53.°

(Deliberação da CT)

As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidas desde que nelas participe a maioria absoluta dos membros da CT.

ARTIGO 54.°

(Reuniões da CT)

1 — A CT reúne ordinariamente de quinze em quinze dias.

2 — Pode haver reuniões extraordinárias sempre que:

a) Ocorra motivos justificativos;
b) A requerimento de, pelo menos, um terço dos membros, com prévia indicação da ordem de trabalhos.

3 — Pode haver reuniões de emergência sempre que se verifiquem factos que exijam tomada de posição urgente.

ARTIGO 55.°

(Prazos de convocatória)

1 — As reuniões ordinárias têm lugar em dias, hora e locais pré-fixados na primeira reunião da CT.

2 — As reuniões extraordinárias são convocadas com antecedência mínima de cinco dias.

3 — A convocatória das reuniões de emergência não está sujeita a prazo.

ARTIGO 56.°

(Financiamento da CT)

1 — Constituem receitas da CT:

a) As contribuições voluntárias dos trabalhadores;
b) O produto da iniciativa da recolha de fundos;
c) O produto da venda de documentos e outros materiais editados pela CT.

2 — A CT submete anualmente à apreciação do plenário as receitas e despesas da sua actividade.

TÍTULO II

Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto

CAPÍTULO I

Eleição da CT

ARTIGO 57.°

(Capacidade eleitoral)

São eleitores e elegíveis os trabalhadores efectivos da empresa, definidos no artigo 1.° destes estatutos.

ARTIGO 58.°

(Princípios gerais sobre o voto)

1 — O voto é directo e secreto.

2 — É permitido o voto por correspondência, em carta registada com aviso de recepção, dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho, por motivo de serviço ou doença e dos que estejam em gozo de férias.

ARTIGO 59.°

(Caderno eleitoral)

1 — A CT elabora e mantém permanentemente actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando os trabalhadores pelo nome, categoria profissional, posto de trabalho e data de admissão na empresa.

2 — O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto secreto e está aberto à consulta de todos os interessados.

ARTIGO 60.°

(Eleição)

1 — As comissões de trabalhadores são eleitas de entre as listas apresentadas, com o mínimo de cinco candidatos efectivos e dois suplentes, pelos trabalhadores da empresa, por voto directo e secreto e segundo o princípio de representação proporcional.

2 — Só podem concorrer as listas compostas no mínimo por cinco candidatos efectivos e dois suplentes que se apresentem subscritas, no mínimo, por 10 % dos trabalhadores efectivos da empresa, não podendo nenhum trabalhador subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.

3 — O acto eleitoral será convocado com a antecedência mínima de quinze dias por, pelo menos, 10 % dos trabalhadores efectivos da empresa, com ampla publicidade e menção expressa do dia, local, horário e objecto, devendo ser remetida simultaneamente cópia da convocatória aos órgãos de gestão da empresa (administração).

4 — A eleição será efectuada no local e durante as horas de trabalho.

5 — Nenhum trabalhador efectivo da empresa pode ser prejudicado nos seus direitos de eleger e ser eleito, nomeadamente por motivo de idade ou função.

6 — Simultaneamente com a convocação do acto eleitoral, a CT publicará o respectivo regulamento eleitoral, de acordo com a Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, sem prejuízo de futuras alterações orgânicas após a posterior aprovação destes estatutos.

ARTIGO 61.°

(Votação)

1 — As urnas de voto serão colocadas nos locais de trabalho, por forma a permitir que todos os trabalhadores possam votar de modo a não prejudicar a laboração normal da empresa.

2 — A votação iniciar-se-á trinta minutos antes do começo e terminará uma hora depois do encerramento do período normal de trabalho.

3 — Os trabalhadores poderão votar durante o seu período normal de trabalho, para o que cada um disporá do tempo para tanto indispensável.

ARTIGO 62.°

(Mesa de voto e apuramento geral)

1 — Cada mesa de voto é constituída por um presidente e dois vogais, que dirigirão a respectiva votação, estes serão escolhidos de entre os trabalhadores com direito a voto.

2 — Cada lista concorrente pode designar um representante como delegado de lista para acompanhar a respectiva mesa nas diversas operações do acto eleitoral.

3 — As presenças devem ser registadas em documento próprio, com termo de abertura e encerramento, assinado e rubricado em todas as folhas pela respectiva mesa, o qual constituirá parte integrante da respectiva acta.

4 — De tudo o que se passar no acto eleitoral será lavrada acta, que, depois de lida e aprovada pelo membros da mesa de voto, será igualmente assinada e rubricada.

5 — O apuramento global do acto eleitoral é feito por uma comissão, da qual tem o direito de fazer parte um delegado designado para este efeito por cada uma das listas concorrentes.

6 — A cada mesa de voto não podem corresponder mais de quinhentos eleitores.

ARTIGO 63.°

(Publicidade do resultado das eleições)

1 — Os elementos de identificação dos membros da CT eleitos, bem como uma cópia da acta ou actas da respectiva eleição, serão patenteados durante quinze dias, a partir do conhecimento da acta de apuramento, no local ou locais em que a eleição tiver tido lugar e remetidos dentro do mesmo prazo, pelo seguro do correio, ao Ministério do Trabalho, para registo, e ao Ministério da tutela, bem como aos órgãos de gestão (administração) da empresa.

ARTIGO 64.°

(Recursos para a impugnação das eleições)

1 — No prazo de quinze dias, a contar da publicação dos resultados da eleição prevista no artigo antecedente, qualquer trabalhador com direito a voto tem direito a impugnar a eleição com fundamento em violação da lei ou destes estatutos.

2 — O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido por escrito ao plenário, que o aprecia e delibera.

3 — O disposto no número anterior não prejudica o direito de qualquer trabalhador com direito a voto impugnar a eleição com os fundamentos indicados no n.° 1, perante o representante do Ministério Público da área da sede da empresa.

4 — O requerimento previsto no n.° 3 é escrito, devidamente fundamentado, acompanhado das provas disponíveis e pode ser apresentado no prazo máximo de quinze dias, a contar da publicidade dos resultados da eleição.

5 — O processo segue os trâmites previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 8.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

6 — O trabalhador impugnante pode intentar directamente a acção em tribunal, se o representante do Ministério Público o não fizer no prazo de sessenta dias, a contar da recepção do requerimento referido no n.° 4.

7 — Só a propositura da acção pelo representante do Ministério Público suspende a eficácia do acto impugnado.

ARTIGO 65.°

(Publicidade dos estatutos)

Os estatutos da CT serão patenteados no lugar e durante o prazo referidos no artigo 63.° destes estatutos e remetidos às entidades pela forma aí mencionada.

ARTIGO 66.°

(Destituição da CT)

1 — A CT pode ser destituída, a todo o tempo, por deliberação dos trabalhadores efectivos da empresa.
2 — Para a deliberação de destituição exige-se a maioria de dois terços dos votantes.
3 — A votação é convocada pela CT a requerimento de, pelo menos, 20 % dos trabalhadores efectivos da empresa.
4 — Os requerentes podem convocar directamente a votação, com a antecedência mínima de quinze dias, com ampla publicidade e menção expressa do dia, local, horário e objecto da votação, devendo ser remetida simultaneamente cópia da convocatória aos órgãos de gestão (administração) da empresa.
5 — O requerimento previsto no n.° 3 e a convocatória devem conter a indicação sucinta dos fundamentos invocados.
6 — A proposta de destituição é subscrita, no mínimo, por 20 % dos trabalhadores efectivos e deve ser fundamentada.
7 — A deliberação é precedida de discussão em plenário, nos termos do artigo 12.° destes estatutos.
8 — No mais, aplicam-se à deliberação, com as adaptações necessárias, as regras referentes à eleição da CT.

CAPÍTULO II

Outras deliberações por voto secreto

ARTIGO 67.°

(Alteração dos estatutos)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.°, às deliberações para alteração destes estatutos aplicam-se, com as necessárias adaptações, segundo o artigo 10.°, n.° 1, da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, as regras do capítulo I do título II.
2 — Para a deliberação prevista no número anterior exige-se a maioria de dois terços dos votantes.

ARTIGO 68.°

(Adesão ou revogação da adesão a comissões coordenadoras)

As deliberações para adesão ou revogação da adesão da CT a comissões coordenadoras são tomadas segundo as regras do capítulo I do título II, com as necessárias adaptações.

ARTIGO 69.°

(Outras deliberações por voto secreto)

As regras constantes do capítulo I do título II aplicam-se, com as necessárias adaptações, a quaisquer outras deliberações que devam ser tomadas por voto secreto.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 70.°

(Entrada em vigor dos estatutos)

1 — Estes estatutos entram em vigor a partir do prazo consignado no artigo 7.°, n.° 1, da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.
2 — A eleição da nova CT rege-se pelo disposto nestes estatutos.

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA UNALBOR — UNIÃO INDUSTRIAL DE BORRACHA, S. A. R. L.

Estatutos aprovados em 11 de Dezembro de 1979

Sumário

Preâmbulo.
Título I — Organização, competência e direitos.
Capítulo I — Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização.
Secção I — Colectivo dos trabalhadores.
Secção II — Plenário — Natureza e competência.
Secção III — Plenário — Funcionamento.
Capítulo II — Comissão de trabalhadores.
Secção I — Natureza da CT.
Secção II — Atribuições, competência e deveres da CT.
Secção III — *Contrôle* de gestão.
Secção IV — Direitos instrumentais.
Secção V — Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT.
Secção VI — Enquadramento geral da competência e direitos.
Secção VII — Composição, organização e funcionamento da CT.
Secção VIII — Subcomissão(ões) de trabalhadores.
Secção IX — Comissões coordenadoras.
Capítulo III — Representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa.
Título II — Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto.
Capítulo I — Eleição e destituição da CT e da(s) subcomissão(ões) de trabalhadores.
Capítulo II — Outras deliberações por voto secreto.
Capítulo III — Disposições finais.

Preâmbulo

Os trabalhadores da empresa Unalbor — União Industrial de Borracha, S. A. R. L., no exercício dos direitos que são seus por força da Constituição e da lei;

Dispostos a reforçar a sua unidade e organização para defesa e promoção dos seus direitos e interesses de classe;

Conscientes de que a sua intervenção democrática na vida da empresa e a todos os níveis previstos é parte integrante do movimento organizado dos trabalhadores portugueses para levar à prática, defender e consolidar as grandes transformações democráticas resultantes da Revolução de 25 de Abril, e inscritas na Constituição da República;

Na perspectiva da criação de condições para o advento de uma economia e de uma sociedade socialista:

Aprovaram, no dia 11 de Dezembro de 1979, os seguintes estatutos da comissão de trabalhadores:

TÍTULO I

Organização, competência e direitos

CAPÍTULO I

Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

SECÇÃO I

Colectivo dos trabalhadores

ARTIGO 1.°

1 — O colectivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores permanentes da empresa.

2 — O colectivo dos trabalhadores organiza-se e actua pelas formas previstas nestes estatutos e nele reside a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da empresa a todos os níveis.

ARTIGO 2.°

(Direitos e deveres dos trabalhadores enquanto membros do colectivo)

1 — Enquanto membros do colectivo, os trabalhadores exercem todos os direitos reconhecidos na Constituição, na lei, em outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores:

a) Subscrever a convocatória da votação para alteração dos estatutos, nos termos do artigo 96.°;
b) Subscrever, como proponentes, propostas de alteração dos estatutos, nos termos do artigo 96.°;
c) Votar nas votações para alteração dos estatutos;
d) Exercer os direitos previstos nas alíneas anteriores relativamente às deliberações de adesão ou revogação de adesão da CT a comissões coordenadoras;
e) Subscrever a convocatória do acto eleitoral, nos termos do artigo 78.°;
f) Subscrever, como proponentes, propostas de candidaturas às eleições, nos termos do artigo 79.°;
e) Eleger e ser eleitos membros da CT ou de subcomissões de trabalhadores;
h) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegados de candidatura, membros das mesas de voto ou membros da comissão eleitoral;
i) Subscrever a convocatória da votação para destituição da CT ou de subcomissões de trabalhadores, ou de membros destas, e subscrever, como proponentes, as correspondentes propostas de destituição, nos termos do artigo 94.°;
j) Votar nas votações previstas na alínea anterior;
l) Subscrever o requerimento para convocação do plenário, nos termos do artigo 7.°;
m) Participar, votar, usar da palavra, subscrever propostas, requerimentos, pontos de ordem e outras formas de intervenção individual no plenário;
n) Exercer quaisquer cargos, funções ou actividades em conformidade com as deliberações do colectivo;
o) Impugnar as votações realizadas por voto secreto e quaisquer outras deliberações do plenário, nos termos do artigo 93.°

3 — É garantida a igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores, com a proibição de qualquer discriminação baseada no sexo, raça, idade, função, posto de trabalho, categoria profissional, convicções políticas, sindicais e religiosas, etc.

4 — Os trabalhadores têm, em especial, o dever de contribuir activamente para a solidariedade dos trabalhadores e para o reforço do carácter democrático e de massas da sua intervenção na vida da empresa e a todos os níveis.

ARTIGO 3.°

(Órgãos do colectivo dos trabalhadores)

São órgãos do colectivo dos trabalhadores:

a) O plenário;
b) A comissão de trabalhadores (CT).

SECÇÃO II

Plenário — Natureza e competência

ARTIGO 4.°

(Plenário)

O plenário, no qual participam todos os trabalhadores permanentes da empresa, é a forma democrática de reunião e deliberação do colectivo dos trabalhadores.

ARTIGO 5.°

(Competência do plenário)

Compete ao plenário:

a) Definir as bases programáticas e orgânicas do colectivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração dos estatutos da CT;
b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respectivo programa de acção;
c) Controlar a actividade da CT pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
d) Deliberar sobre a declaração da empresa em situação económica difícil.

ARTIGO 6.°

(Plenário descentralizado)

O plenário reúne no mesmo dia e com a mesma ordem de trabalhos em todos os estabelecimentos da empresa, sendo a maioria necessária para as deliberações aferida relativamente à totalidade dos votos expressos no conjunto dessas reuniões.

SECÇÃO III

Plenário — Funcionamento

ARTIGO 7.°

(Competência para a convocatória)

1 — O plenário pode ser convocado pela comissão de trabalhadores, por iniciativa própria, ou a requerimento de um mínimo de cem ou 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.

3 — A CT deve fixar a data da reunião do plenário e proceder à sua convocação no prazo máximo de vinte dias contados a partir da recepção do requerimento.

ARTIGO 8.°

(Prazo e formalidades da convocatória)

O plenário é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data da sua realização, por meio de anúncios colocados no local destinado à afixação da propaganda ou, no caso de este não existir, em dois dos locais mais frequentados pelos trabalhadores.

ARTIGO 9.°

(Reunião do plenário)

1 — O plenário reúne ordinariamente, uma vez por ano, para:

a) Apreciação da actividade desenvolvida pela CT;
b) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas do colectivo dos trabalhadores e da CT.

2 — O plenário reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocado nos termos e com os requisitos previstos no artigo 7.°

ARTIGO 10.°

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente do colectivo dos trabalhadores.

2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível face à emergência, de modo a garantir o conhecimento a todos os trabalhadores e a presença do maior número possível.

3 — A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectiva convocatória, é da competência exclusiva da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 11.°

(Plenários de âmbito limitado)

Poder-se-ão realizar plenários de divisão, que deliberarão sobre:

a) Assuntos do interesse específico para o respectivo âmbito;
b) Questões atinentes à competência delegada da subcomissão de trabalhadores do âmbito considerado.

ARTIGO 12.°

(Funcionamento do plenário)

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participem 10 % ou cem trabalhadores da empresa.

2 — Para a destituição da comissão de trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa, a participação mínima no plenário deve corresponder a 20 % dos trabalhadores da empresa.

3 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.

4 — Exige-se maioria qualificada de dois terços dos votantes para as seguintes deliberações:

Destituição da CT ou dos seus membros, e das subcomissões ou dos seus membros.

5 — O plenário é presidido pela CT e pelas subcomissões de trabalhadores no respectivo âmbito.

ARTIGO 13.°

(Sistemas de votação em plenário)

1 — O voto é sempre directo.

2 — A votação faz-se por braços levantados, exprimindo o voto a favor, o voto contra e a abstenção.

3 — O voto é secreto nas votações referentes à matéria constante da alínea *d*) do artigo 5.° e dos artigos 73.°, 94.°, 95.°, 96.° e 97.°, decorrendo essas votações nos termos da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, e pela forma indicada nestes estatutos.

4 — O plenário ou a CT podem submeter outras matérias ao sistema de votação previsto no número anterior.

ARTIGO 14.°

(Discussão em plenário)

1 — São obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário as deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Destituição da CT ou dos seus membros, e das subcomissões de trabalhadores ou dos seus membros;
b) Aprovação e alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral.

2 — A CT ou o plenário podem submeter à discussão qualquer deliberação que deva ser tomada por voto secreto.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Natureza da CT

ARTIGO 15.°

(Natureza da comissão de trabalhadores)

1 — A comissão de trabalhadores é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores para o exercício das atribuições, competência e direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei, em outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — Como forma de organização, expressão e actuação democrática do colectivo dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores exerce, em nome próprio, a competência e direitos referidos no número anterior.

SECÇÃO II

Atribuições, competência e deveres da CT

ARTIGO 16.°

(Competência da CT)

1 — Compete à CT:

a) Exercer o *contrôle* de gestão na empresa;
b) Intervir directamente na reorganização da empresa ou das suas divisões ou outras unidades produtivas;
c) Intervir, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na reorganização de unidades produtivas dos correspondentes sectores de actividade económica;
d) Defender interesses profissionais e interesses dos trabalhadores;
e) Participar na gestão dos serviços sociais da empresa;
f) Participar directamente, ou por intermédio das comissões coordenadoras às quais aderir, na elaboração e *contrôle* da execução dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região Plano;
g) Participar na elaboração da legislação de trabalho;
h) Participar no exercício do Poder Local;
i) Participar, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na definição e execução da política nacional de alfabetização de base de adultos;
j) Em geral exercer todas as atribuições e competências que, por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos, lhe sejam reconhecidas.

2 — A CT pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

ARTIGO 17.°

(Relações com a organização sindical)

1 — O disposto no artigo anterior, em especial na alínea *d*) do n.° 1, entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização sindical dos trabalhadores da empresa.

2 — A competência da CT não deve ser utilizada para enfraquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa e dos respectivos delegados sindicais, comissões sindicais ou intersindicais, ou vice-versa, e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

ARTIGO 18.°

(Deveres da CT)

No exercício das suas atribuições e direitos, a CT tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe, de mobilização dos trabalhadores e de reforço da sua unidade;

b) Garantir e desenvolver a participação activa e democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção, *contrôle* e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;

c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência enquanto produtores e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;

d) Exigir da entidade patronal, do órgão de gestão da empresa e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e a aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;

e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com as CTs de outras empresas e comissões coordenadoras;

f) Cooperar, na base do reconhecimento da sua independência recíproca, com a organização sindical dos trabalhadores da empresa na prossecução dos objectivos comuns a todos os trabalhadores;

g) Assumir, ao seu nível de actuação, todas as responsabilidades que para as organizações dos trabalhadores decorrem na luta geral pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade sem classes.

SECÇÃO III

«Contrôle» de gestão

ARTIGO 19.°

(Natureza e conteúdo do «contrôle» de gestão)

1 — O *contrôle* de gestão visa proporcionar e promover, através da respectiva unidade e mobilização, a integração democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral, para a realização do objectivo constitucional da construção do poder democrático dos trabalhadores.

2 — O *contrôle* de gestão consiste no *contrôle* do colectivo dos trabalhadores sobre as decisões económicas e sociais da entidade patronal e sobre toda a actividade da empresa para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores e garantia das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesa previstas na Constituição da República.

3 — O *contrôle* de gestão é exercido pela CT nos termos e segundo as formas previstas na Constituição de República, na lei, em outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

4 — A entidade patronal e os órgãos de gestão da empresa estão proibidos por lei de impedir ou dificultar o exercício do *contrôle* de gestão nos termos legais aplicáveis.

5 — Tendo as suas atribuições e direitos por finalidade o *contrôle* das decisões económicas e sociais da entidade patronal e de toda a actividade da empresa, a CT, em conformidade com o n.° 3 do artigo 18.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, conserva a sua autonomia perante a entidade patronal, não assume poderes de gestão e, por isso, não se substitui aos órgãos e hierarquia administrativa, técnica e funcional da empresa nem com eles se co-responsabiliza.

SECÇÃO IV

Direitos instrumentais

ARTIGO 20.°

(Direitos instrumentais)

Para o exercício das suas atribuições e competência a CT goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 21.°

(Reuniões com o órgão de gestão da empresa)

1 — A CT tem o direito de reunir periodicamente com a administração da empresa para a discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.

2 — As reuniões realizam-se, pelo menos, uma vez por mês, mas deverão ter lugar sempre que necessárias para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta assinada por todos os presentes.

ARTIGO 22.°

(Direito à informação)

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem legalmente deveres da informação, vinculando não só a entidade patronal e o órgão de gestão da empresa, mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as decisões relativamente às quais a CT tem o direito de intervir.

3 — O dever de informação que recai sobre a entidade patronal ou órgão de gestão da empresa abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Planos gerais de actividade e orçamento;
b) Regulamento interno;
c) Organização da produção e suas implicações no grau de utilização da mão-de-obra e do equipamento;
d) Situação de aprovisionamento;
e) Previsão, volume e administração de vendas;
f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e sua distribuição pelos diferentes escalões profissionais, regalias sociais, mínimos de produtividade e grau de absteneionismo;
g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e balancetes trimestrais;
h) Modalidades de financiamento;
i) Encargos fiscais e parafiscais;
j) Projectos de alteração do objecto e do capital social e projectos de reconversão da actividade produtiva da empresa.

4 — O disposto no número anterior não prejudica nem substitui as reuniões previstas no artigo 21.°, nas quais a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas as informações necessárias à realização dos fins que as justificam.

5 — As informações previstas neste artigo são requeridas, por escrito, pela comissão de trabalhadores ou pelos seus membros à administração.

6 — Nos termos da lei, a administração da empresa deve responder, por escrito, prestando as informações requeridas no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias, se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 23.°

(Obrigatoriedade de parecer prévio)

1 — Nos termos da lei, são obrigatoriamente submetidos a parecer prévio da CT os seguintes actos e decisões:

a) Celebração de contratos de viabilização ou contratos-programa;
b) Celebração de acordos de saneamento económico-financeiro;
c) Dissolução da empresa ou pedido de declaração da sua falência;
d) Encerramento de estabelecimentos ou de linhas de produção;
e) Quaisquer medidas de que resulte uma diminuição sensível dos efectivos humanos da empresa ou agravamento substancial das suas condições de trabalho;
f) Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da empresa;

g) Alteração nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da empresa;
h) Modificação dos critérios de base de classificação profissional e de promoções;
i) Mudança de local de actividade da empresa ou do estabelecimento;
j) Despedimento individual de trabalhadores;
k) Despedimento colectivo.

2 — O parecer é solicitado à CT, por escrito, pela administração.

3 — A prática de qualquer dos actos referidos no n.º 1 sem que previamente tenha sido solicitado, de forma regular, o parecer da CT determina a respectiva nulidade, nos termos gerais de direito.

4 — O parecer da CT é emitido por escrito e enviado à entidade que o tiver solicitado, dentro do prazo de quinze dias, a contar da data da recepção do respectivo pedido, se não for concedido ou acordado prazo maior em atenção à extensão e complexidade da matéria.

5 — A inobservância do prazo aplicável nos termos do número anterior tem como consequência a legitimação da entidade competente para a prática do acto com dispensa do parecer prévio da CT.

ARTIGO 24.º

(«Contrôle» de gestão)

1 — Em especial para a realização do *contrôle* de gestão, a CT exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

a) Apreciar e emitir parecer sobre os orçamentos e planos económicos da empresa, em particular os da produção, e respectivas alterações, bem como acompanhar e fiscalizar a sua correcta execução;
b) Zelar pela adequada utilização pela empresa dos recursos técnicos, humanos e financeiros;
c) Promover junto dos órgãos de gestão e dos trabalhadores medidas que contribuam para a melhoria qualitativa da produção, designadamente nos domíniso da racionalização do sistema produtivo, da actuação técnica e da simplificação burocrática;
d) Zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e do Plano, na parte relativa à empresa e ao sector respectivo;
e) Apresentar aos órgãos competentes da empresa sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
f) Participar por escrito aos órgãos de fiscalização da empresa ou às autoridades competentes, na falta de adequada actuação daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos estatutos da empresa ou às disposições imperativas do Plano;
g) Defender junto dos órgãos de fiscalização da empresa e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores da respectiva empresa e dos trabalhadores em geral;
h) Pronunciar-se sobre a intervenção ou desintervenção do Estado na empresa.

2 — A competência da CT para o exercício do *contrôle* de gestão não pode ser delegado noutras entidades.

ARTIGO 25.º

(Reorganização de unidades produtivas)

1 — Em especial para intervenção na reorganização de unidades produtivas, a CT goza dos seguintes direitos:

a) O direito de ser previamente ouvida e de emitir parecer nos termos e prazos previstos no artigo 23.º sobre os planos ou projectos de reorganização referidos no número anterior;
b) O direito de ser informada sobre a evolução dos actos subsequentes;
c) O direito de ter acesso à formulação final dos instrumentos de reorganização e de sobre eles se pronunciar antes de oficializados;
d) O direito de reunir com os órgãos ou técnicos encarregados dos trabalhos preparatórios de reorganização;
e) O direito de emitir juízos críticos, de formular sugestões e de deduzir reclamações junto dos órgãos sociais da empresa ou das entidades legalmente competentes.

2 — A intervenção na reorganização de unidades produtivas a nível sectorial é feita por intermédio das comissões coordenadoras às quais a CT aderir, se estas integrarem comissões de trabalhadores da maioria das empresas do sector.

ARTIGO 26.º

(Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores)

1 — Em especial para defesa de interesses profissionas e direitos dos trabalhadores, a CT goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual, ter conhecimento do processo desde o seu início, controlar a respectiva regularidade, bem como a existência de justa causa, através de emissão de parecer prévio, tudo nos termos da legislação aplicável;
b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo através do parecer prévio, a dirigir ao órgão governamental competente, nos termos da legislação aplicável;
c) Ser ouvida pela entidade patronal sobre a elaboração do mapa de férias, na falta de acordo com os trabalhadores sobre a respectiva marcação;
d) Emitir os pareceres prévios previstos nas alíneas *e*), *f*), *h*) e *i*) do artigo 23.º;
e) Exercer os direitos previstos nas alíneas *e*) e *g*) do artigo 24.º;
f) Visar as folhas de ordenados e salários a enviar às instituições de previdência;
g) Fiscalizar o efectivo pagamento das contribuições para a Previdência, quer as devidas pela empresa, quer as descontadas na retribuição dos trabalhadores;
h) Visar os mapas de quadros de pessoal.

ARTIGO 27.º

(Participação na planificação económica)

1 — Em especial para intervenção na planificação económica a nível sectorial e regional, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidos pelas competentes entidades todos os elementos e informações relativos aos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região Plano e de sobre eles emitir pareceres.

2 — Para os efeitos do número anterior, a CT credencia junto do Ministério competente três representantes por sector e igual número por região Plano.

3 — Compete aos representantes credenciados receber os elementos e informaçõs referidos no n.º 1 e sobre eles emitir parecer, segundo deliberação da CT, em prazo não inferior a trinta dias, para o efeito fixado pelo Ministério competente.

4 — Os pareceres devem ser tidos em conta na elaboração dos planos económico-sociais, e o seu conteúdo deve constar obrigatoriamente do preâmbulo dos diplomas que os aprovarem.

5 — Os direitos previstos neste artigo entendem-se sem prejuízo do direito que assiste às comissões coordenadoras sectoriais ou regionais às quais a CT aderir de terem assento, nos termos da legislação aplicável, nos órgãos de planificação sectorial ou regional.

ARTIGO 28.º

(Participação na elaboração da legislação do trabalho)

A participação da CT na elaboração da legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável, designadamente, a Lei n.º 16/79, de 26 de Maio.

ARTIGO 29.º

(Outros direitos)

1 — No âmbito do exercício do poder local, a CT participa na designação de representantes das comissões de trabalha-

dores para os concelhos municipais e concelhos regionais da respectiva área, segundo as normas aplicáveis.

2 — A CT, em conjunto com as restantes comissões de trabalhadores do País, e por intermédio das comissões coordenadoras, participa na designação de um membro do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA).

SECÇÃO V

Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT

ARTIGO 30.°

(Condições e garantias da actuação da CT)

As condições e garantias do exercício das atribuições e direitos da CT são definidas nos termos dos artigos seguintes:

ARTIGO 31.°

(Tempo para o exercício do voto)

1 — Os trabalhadores, com vista às deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, devem ser tomadas por voto secreto, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento respectivo.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador, e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 32.°

(Reuniões na empresa)

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades que, simultaneamente com a realização das reuniões, sejam assegurados por outros trabalhadores em regime de turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas por ano.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para os efeitos dos n.os 1 e 2, a CT (ou subcomissões de trabalhadores) comunicará(ão) a realização das reuniões ao órgão de gestão da empresa com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

ARTIGO 33.°

(Acção da CT no interior da empresa)

1 — A CT tem o direito de realizar nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou divisão.

ARTIGO 34.°

(Direito de afixação e de distribuição de documentos)

1 — A CT tem o direito de afixar todos os documentos e propaganda relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado, para o efeito posto à sua disposição pela entidade patronal.

2 — A CT tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou divisão.

ARTIGO 35.°

(Direito a instalações adequadas)

1 — A CT tem direito a instalações adequadas, no interior da empresa, para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CT pela administração da empresa.

ARTIGO 36.°

(Direito a meios materiais e técnicos)

A CT tem direito a obter do órgão de gestão da empresa os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 37.°

(Crédito de horas)

1 — Os trabalhadores da empresa que sejam membros das entidades a seguir indicadas dispõem para o exercício das respectivas atribuições do seguinte crédito de horas:

Subcomissões de trabalhadores — oito horas por mês;
Comissão de trabalhadores — quarenta horas por mês;
Comissões coordenadoras — sessenta horas por mês.

2 — Se um trabalhador for, simultaneamente, membro de mais do que uma das entidades previstas no n.° 1, tem o direito ao crédito de horas mais elevado que lhes corresponda, em conformidade com este artigo, mas não pode acumular os créditos correspondentes aos vários órgãos.

3 — O crédito de horas permite ao trabalhador que dele beneficia desenvolver, dentro ou fora do local de trabalho, a sua actividade de representante dos trabalhadores, com diminuição correspondente do período normal de trabalho que lhe seja contratualmente aplicável, contando-se esse tempo, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 38.°

(Faltas de representantes dos trabalhadores)

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas no exercício das suas atribuições e actividades pelos trabalhadores da empresa que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda de retribuição correspondente ao período de ausência na parte em que excederem os créditos de horas, mas não podem prejudicar quaisquer outros direitos e regalias do trabalhador, previstos no n.° 1 do artigo 37.°

3 — Falta é a ausência do trabalhador durante todo ou parte do período normal de trabalho que lhe é contratualmente aplicável, sem prejuízo das tolerâncias permitidas na empresa.

ARTIGO 39.°

(Autonomia e independência da CT)

1 — A CT é independente do patronato, do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações patronais promover a constituição, manutenção e actuação da CT, ingerir-se no seu funcionamento e actividade ou, de qualquer modo, influir sobre a CT, designadamente através de pressões económicas ou da corrupção dos seus membros.

ARTIGO 40.°

(Solidariedade de classe)

Sem prejuízo da sua independência legal e estatutária, a CT pratica e tem direito a beneficiar, na sua acção, da solidariedade de classe que une, nos mesmos objectivos fundamentais, todas as organizações dos trabalhadores.

ARTIGO 41.°

(Proibição de actos de discriminação contra trabalhadores)

É proibido e considerado nulo e de nenhum efeito todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego de qualquer trabalhador à condição de este participar ou não nas actividades e órgãos ou de se demitir dos cargos previstos nestes estatutos;

b) Despedir, transferir ou, por qualquer modo, prejudicar um trabalhador por motivo das suas actividades e posições relacionadas com as formas de organização e intervenção dos trabalhadores previstas nestes estatutos.

ARTIGO 42.°

(Protecção dos trabalhadores contra sanções abusivas)

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de um trabalhador exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar qualquer dos direitos que lhe assistem em conformidade com os artigos 55.° e 56.° da Constituição, com a lei, com outras normas aplicáveis sobre as comissões de trabalhadores e com estes estatutos.

2 — As sanções abusivas determinam as consequências previstas no Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho (artigos 33.° e 34.° da Lei do Contrato de Trabalho — Decreto-Lei n.° 49 408, de 24 de Novembro de 1969) e, se a sanção consistiu no despedimento, a indemnização não será inferior ao dobro da prevista na Lei dos Despedimentos (artigo 20.° do Decreto-Lei n.° 372-A/75, de 16 de Julho).

ARTIGO 43.°

(Protecção legal)

Os membros da CT, das subcomissões de trabalhadores e das comissões coordenadoras gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais.

ARTIGO 44.°

(Transferência de local de trabalho de representantes dos trabalhadores)

Os membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo e sem o prévio conhecimento da CT ou da comissão coordenadora respectiva.

ARTIGO 45.°

(Despedimentos de representantes dos trabalhadores)

1 — O despedimento de trabalhadores que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores ou de comissões coordenadoras, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu terno, está sujeito ao disposto nos números seguintes.

2 — Elaborado o processo disciplinar nos termos da lei aplicável, o despedimento só pode ter lugar por meio de acção judicial se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador interessado e a respectiva CT.

3 — A inobservância ao disposto nos números anteriores determina a nulidade do despedimento.

4 — No caso referido no número anterior, o trabalhador tem direito às prestações pecuniárias que deveria ter normalmente auferido desde a data do despedimento até à data da sentença, bem como à reintegração na empresa, no respectivo cargo ou posto de trabalho, e com a antiguidade correspondente.

5 — Em substituição da reintegração, o trabalhador pode optar pela indemnização correspondente ao dobro daquela que lhe caberia nos termos da lei e nunca inferior à retribuição correspondente a doze meses de serviço.

ARTIGO 46.°

(Suspensão preventiva de representantes dos trabalhadores)

1 — A suspensão preventiva de alguns dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada por escrito ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção do trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a entidade patronal não pode, em nenhum caso, impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa.

ARTIGO 47.°

(Responsabilidade da entidade patronal)

1 — Por força do artigo 4.° da Lei n.° 98/79, de 9 de Outubro, a violação dos n.°s 1 e 2 do artigo 45.° e do artigo 46.° é punida com multa de 10 000$ a 1 000 000$.

3 — Por força da mesma disposição legal, os administradores, directores ou gerentes e os titulares de lugares de chefia responsáveis pelos actos referidos no número anterior são punidos com a pena de prisão de três dias a dois anos.

ARTIGO 48.°

(Exercício da acção disciplinar contra representantes dos trabalhadores)

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a algum dos representantes referidos ao artigo 45.° de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até cinco anos após o termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra algum dos representantes referidos no número anterior por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por violação do dever de sigilo, está sujeito ao *contrôle* judicial, nos termos do artigo 45.°

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e tramitação do processo judicial, o representante visado mantém-se em actividade, não podendo ser prejudicado quer na sua actividade profissional, quer nas suas funções no órgão a que pertença.

SECÇÃO VI

Enquadramento geral da competência e direitos

ARTIGO 49.°

(Capacidade judiciária)

1 — A CT tem capacidade judiciária, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos direitos dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A CT goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a CT em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 59.°

ARTIGO 50.°

(Tratamento mais favorável)

Nos termos gerais de direito do trabalho, as atribuições, competência, direitos e garantias reconhecidos no colectivo dos trabalhadores e à CT, bem como aos respectivos membros, podem ser alargados por convenção colectiva, acordo da empresa ou usos da empresa que estabeleçam um regime mais favorável, desde que não o contrariem normas legais imperativas de conteúdo proibitivo ou limitativo.

ARTIGO 51.°

(Natureza e valor das normas estatutárias)

As normas estatutárias referentes a direitos e garantias da CT e dos seus membros e dos trabalhadores em geral, no-

meadamente na parte em que pressupõem obrigações e deveres da entidade patronal e das entidades públicas, reproduzem as normas constitucionais e legais aplicáveis, nas quais reside a força vinculativa para entidades estranhas ao colectivo dos trabalhadores.

SECÇÃO VII

Composição, organização e funcionamento da CT

ARTIGO 52.°

(Sede)

A sede da CT localiza-se na Divisão da Paiã, na Quinta do Lamas, Estrada da Paiã — Odivelas.

ARTIGO 53.°

(Composição)

A CT é composta por cinco elementos.

ARTIGO 54.°

(Duração do mandato)

1 — O mandato da CT é de três anos.
2 — A CT entra em exercício no dia posterior à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 55.°

(Perda do mandato)

1 — Perde o mandato o membro da CT que faltar injustificadamente a duas reuniões seguidas ou a três interpoladas.
2 — A substituição faz-se, por iniciativa da CT, nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO 56.°

(Regras a observar em caso de destituição da CT ou de vagatura de cargos)

1 — Em caso de renúncia, destituição ou perda de mandato de membros da CT, a substituição faz-se pelo elemento mais votado da lista a que pertence o membro a substituir, sucessivamente, incluindo os suplentes.
2 — Se a destituição for global ou se, por efeito de renúncias, destituições ou perdas de mandato, o número de membros da CT ficar reduzido a menos de metade, o plenário elege uma comissão provisória, a quem incumbe a promoção das novas eleições no prazo máximo de sessenta dias.
3 — A comissão provisória deve remeter para a CT a eleger todas as questões que, segundo a lei, exigem uma tomada de posição em nome da CT.
4 — Tratando-se da emissão de parecer sujeito a prazo que expire antes da entrada em funções da nova CT, a comissão provisória submete a questão ao plenário, que se pronunciará.

ARTIGO 57.°

(Delegação de poderes entre membros da CT)

1 — É lícito a qualquer membro da CT delegar noutro a sua competência, mas essa delegação só produz efeitos numa única reunião.
2 — Em caso de gozo de férias ou impedimento de duração não superior a um mês, a delegação de poderes produz efeitos durante o período indicado.
3 — A delegação de poderes está sujeita a forma escrita, devendo indicar-se expressamente os fundamentos, prazo e identificação do mandatário.

ARTIGO 58.°

(Coordenação da CT)

1 — A actividade da CT é coordenada por um secretariado composto por dois membros, eleitos na primeira reunião após a investidura.
2 — Compete ao secretariado elaborar as convocatórias das reuniões e as respectivas ordens de trabalhos, secretariar as reuniões e dar execução às deliberações de que não fiquem incumbidos outros membros da CT.

ARTIGO 59.°

(Poderes para obrigar a CT)

Para obrigar a CT são necessárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros em efectividade de funções.

ARTIGO 60.°

(Deliberações da CT)

As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidas desde que nelas participe a maioria absoluta dos membros da CT.

ARTIGO 61.°

(Reuniões da CT)

1 — A CT reúne ordinariamente de quinze em quinze dias.
2 — Pode haver reuniões extraordinárias sempre que:

a) Ocorram motivos justificados;
b) A requerimento de, pelo menos, um terço dos membros, com prévia indicação da ordem de trabalhos.

3 — Pode haver reuniões de emergência sempre que se verifiquem factos que exijam tomada de posição urgente.

ARTIGO 62.°

(Convocatória das reuniões)

1 — A convocatória é feita pelo secretariado coordenador, que faz distribuir a respectiva ordem de trabalhos por todos os seus membros.
2 — Nas reuniões de emergência será dado prévio conhecimento da ordem de trabalhos a todos os membros da CT.

ARTIGO 63.°

(Prazos de convocatória)

1 — As reuniões ordinárias têm lugar em dias, horas e locais prefixados na primeira reunião da CT.
2 — As reuniões extraordinárias são convocadas com a antecedência mínima de cinco dias.
3 — A convocatória das reuniões de emergência não está sujeita a prazo.

ARTIGO 64.°

(Financiamento da CT)

1 — Constituem receitas da CT:

a) As contribuições voluntárias dos trabalhadores;
b) O produto de iniciativas de recolha de fundos;
c) O produto de venda de documentos e outros materiais editados pela CT.

2 — A CT submete anualmente à apreciação do plenário as receitas e despesas da sua actividade.

SECÇÃO VIII

Subcomissões de trabalhadores

ARTIGO 65.°

(Subcomissões de trabalhadores)

Há subcomissões de trabalhadores nas seguintes divisões:

Divisão da Abrunheira;
Divisão de Olival Basto.

ARTIGO 66.°

(Composição)

Divisão da Abrunheira — três membros;
Divisão de Olival Basto — dois membros.

ARTIGO 67.°

(Duração do mandato)

A duração do mandato das subcomissões é coincidente com a do mandato da CT, sendo simultâneos o início e o termo do exercício de funções.

ARTIGO 68.°

(Adaptação e normas)

Aplicam-se às subcomissões de trabalhadores, com as necessárias adaptações, todas as normas da secção VII do capítulo II destes estatutos respeitantes à organização e funcionamento da CT, nomeadamente as regras aplicáveis em caso de destituição ou vacatura de cargos, coordenação, deliberações, reuniões e respectiva convocatória, financiamento, etc.

ARTIGO 69.°

(Competência das subcomissões de trabalhadores)

1 — Compete às subcomissões de trabalhadores:

a) Exercer as atribuições e os poderes nelas delegados pela CT;
b) Informar a CT sobre as matérias que entendam ser de interesse para a respectiva actividade e para o colectivo dos trabalhadores;
c) Estabelecer dinamicamente a ligação permanente e recíproca entre os trabalhadores do respectivo âmbito e a CT;
d) Executar as deliberações da CT e do plenário da empresa;
e) Dirigir o plenário da respectiva divisão ou o plenário descentralizado a nível da divisão;
f) Convocar o plenário da respectiva divisão;
g) Em geral, exercer todas as atribuições e poderes previstos na lei e nestes estatutos.

2 — No exercício das suas atribuições, as subcomissões de trabalhadores dão aplicação à orientação geral democraticamente definida pelo colectivo dos trabalhadores e pela CT, sem prejuízo da competência e direitos desta.

3 — As subcomissões de trabalhadores participam da definição da orientação geral do colectivo dos trabalhadores e da CT, nos termos previstos no artigo seguinte.

ARTIGO 70.°

(Articulação com a CT)

1 — As subcomissões de trabalhadores efectuam reuniões periódicas com a CT.
2 — A CT pode realizar reuniões alargadas às subcomissões, cujos membros têm direito a voto consultivo, para deliberar sobre assuntos das suas atribuições.
3 — A CT deve informar e consultar previamente as subcomissões de trabalhadores sobre todas as posições e assuntos de interesse geral para os trabalhadores da empresa.
4 — Para deliberar sobre assuntos de interesse específico para um estabelecimento, a CT reúne obrigatoriamente alargada com a respectiva subcomissão de trabalhadores, cujos membros têm direito a voto consultivo.
5 — Compete às subcomissões de trabalhadores difundir, no respectivo âmbito, a informação, os documentos e a propaganda provenientes da CT.
6 — A CT difunde por todos os trabalhadores da empresa a informação de interesse geral proveniente de cada subcomissão de trabalhadores.

ARTIGO 71.°

(Normas aplicáveis)

As subcomissões de trabalhadores regem-se, em tudo o que não for especificamente previsto, pelas normas destes estatutos relativas à CT, com as necessárias adaptações.

TÍTULO II

Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto

CAPÍTULO I

Eleição da CT

ARTIGO 72.°

(Capacidade eleitoral)

São eleitores e elegíveis os trabalhadores permanentes da empresa.

ARTIGO 73.°

(Princípios gerais sobre o voto)

1 — O voto é directo e secreto.
2 — É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho por motivo de serviço e dos que estejam em gozo de férias.
3 — Os trabalhadores do depósito de S. João da Madeira votam por correspondência.
4 — A conversão dos votos em mandato faz-se de harmonia com o método da representação proporcional da média mais alta de Hondt.

ARTIGO 74.°

(Caderno eleitoral)

1 — A CT elabora e mantém permanentemente actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando os trabalhadores pelo nome, categoria profissional, posto de trabalho e data de admissão na empresa.
2 — O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto directo e secreto e está aberto à consulta de todos os interessados.

ARTIGO 75.°

(Comissão eleitoral)

1 — O processo eleitoral é dirigido por uma comissão eleitoral constituída por três elementos da CT, um dos quais é presidente, e por um delegado de cada uma das candidaturas.
2 — Os delegados são designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas.

ARTIGO 76.°

(Data da eleição)

A eleição tem lugar até trinta dias antes do termo do mandato de cada CT.

ARTIGO 77.°

(Convocatória da eleição)

1 — O acto eleitoral é convocado com a antecedência mínima de trinta dias sobre a respectiva data.
2 — A convocatória menciona expressamente o dia, local, horário e objecto da votação.
3 — A convocatória é afixada nos locais usuais para afixação de documentos de interesse para os trabalhadores e nos locais onde funcionarão mesas de voto e difundida pelos meios adequados, de modo a garantir a mais ampla publicidade.

4 — Uma cópia da convocatória é remetida pela entidade convocante aos órgãos de gestão da empresa, na mesma data em que for tornada pública, por meio de carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo.

ARTIGO 78.°

(Quem pode convocar o acto eleitoral)

1 — O acto eleitoral é convocado pela CT.
1 — O acto eleitoral é o convocado por 10 % ou cem trabalhadores permanentes da empresa, caso a CT deixe passar os prazos previstos nestes estatutos sem convocar ou promover a eleição.

ARTIGO 79.°

(Candidaturas)

1 — Podem propor listas de candidaturas à eleição os trabalhadores inscritos no caderno eleitoral em número mínimo de 10 % ou cem.
2 — Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.
3 — As listas para cada um dos órgãos a eleger devem ser completas, mas não é obrigatória a candidatura a todos os órgãos.
4 — As candidaturas podem identificar-se por uma designação ou lema e por um símbolo gráfico.

ARTIGO 80.°

(Apresentação de candidaturas)

1 — As candidaturas são apresentadas até vinte dias antes da data marcada para o acto eleitoral.
2 — A apresentação consiste na entrega da lista à comissão eleitoral, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por todos os candidatos e subscrita, nos termos do artigo 79.°, pelos proponentes.
3 — A comissão eleitoral entrega aos apresentantes um recibo com a data e a hora da apresentação e regista essa mesma data e hora no original recebido.
4 — Todas as candidaturas têm o direito de fiscalizar, no acto de apresentação, toda a documentação recebida pela comissão eleitoral para os efeitos deste artigo.

ARTIGO 81.°

(Rejeição de candidatura)

1 — A comissão eleitoral deve rejeitar de imediato as candidaturas entregues fora do prazo ou que não venham acompanhadas da documentação exigida no artigo anterior.
2 — A comissão eleitoral dispõe do prazo máximo de três dias, a contar da data de apresentação, para apreciar a regularidade formal e a conformidade da candidatura com estes estatutos.
3 — As irregularidades e violações a estes estatutos detectadas podem ser suprimidas pelos proponentes, para o efeito notificados pela comissão eleitoral no prazo máximo de dois dias a contar da respectiva notificação.
4 — As candidaturas que, findo o prazo referido no número anterior, continuarem a apresentar irregularidades e a violar o disposto nestes estatutos são definitivamente rejeitadas por meio de declaração escrita, com indicação dos fundamentos, assinada pela comissão eleitoral e entregue aos proponentes.

ARTIGO 82.°

(Aceitação de candidatura)

1 — Até ao décimo dia anterior à data marcada para o acto eleitoral, a comissão eleitoral publica, por meio de afixação nos locais indicados no n.° 3 do artigo 77.°, a aceitação de candidaturas.
2 — As candidaturas aceites são identificadas por meio de letra, que funcionará como sigla, atribuída pela comissão eleitoral a cada uma delas, por ordem cronológica de apresentação, com início na letra A.

ARTIGO 83.°

(Campanha eleitoral)

A campanha eleitoral visa o esclarecimento dos eleitores e tem lugar entre a data de afixação da aceitação de candidaturas e a data marcada para a eleição, de modo que, nesta última, não haja propaganda.

ARTIGO 84.°

(Local e horário de votação)

1 — A votação efectua-se no local e durante as horas de trabalho.
2 — A votação realiza-se simultaneamente, e com idêntico formalismo, em todas as divisões da empresa.
3 — A votação inicia-se, pelo menos, trinta minutos antes do começo e termina, pelo menos, sessenta minutos depois do fim do período de funcionamento normal de trabalho da empresa ou divisão.
4 — Os trabalhadores têm direito a votar durante o período normal de trabalho que lhes seja contratualmente aplicável.

ARTIGO 85.°

(Mesas de voto)

1 — Há mesas de voto nas três divisões da empresa:

Divisão da Paiã;
Divisão de Abrunheira;
Divisão de Olival Basto.

2 — Os trabalhadores do depósito de S. João da Madeira votam por correspondência.
3 — As mesas são colocadas no interior dos locais de trabalho, de modo que os trabalhadores possam votar sem prejudicar o funcionamento eficaz da empresa ou da divisão.

ARTIGO 86.°

(Composição e formas de designação das mesas de voto)

1 — As mesas são compostas por um presidente e dois vogais, escolhidos de entre os trabalhadores com direito a voto.
2 — Os membros das mesas de voto são designados pela comissão eleitoral.
3 — A competência da comissão eleitoral referida no número anterior é exercida nas divisões geográficas dispersas pelas subcomissões de trabalhadores.
4 — Cada candidatura tem direito a designar um delegado junto de cada mesa de voto para acompanhar e fiscalizar todas as operações.

ARTIGO 87.°

(Boletins de voto)

1 — O voto é expresso em boletins de voto de forma rectangular e com as mesmas dimensões para todas as listas, impressos em papel da mesma cor, liso e não transparente.
2 — Em cada boletim são impressas as designações das candidaturas submetidas a sufrágio e as respectivas siglas e símbolos, se todas os tiverem.
3 — Na linha correspondente a cada candidatura figura um quadrado em branco destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.
4 — A impressão de votos fica a cargo da comissão eleitoral, que assegura o seu fornecimento às mesas na quantidade necessária e suficiente, de modo que a votação possa iniciar-se dentro do horário previsto.
5 — A comissão eleitoral envia, com a antecedência necessária, boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência.

ARTIGO 88.°

(Acto eleitoral)

1 — Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto eleitoral.
2 — Antes do início da votação, o presidente da mesa mostra aos presentes a urna aberta de modo a certificar que ela não está viciada, findo o que a fecha, procedendo à respectiva selagem com lacre.

3 — Em local afastado da mesa, o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente ao projecto em que vota, dobra o boletim de voto em quatro e entrega-o ao presidente da mesa, que o introduz na urna.

4 — As presenças no acto de votação devem ser registadas em documento próprio, mediante a assinatura do votante, a qual, sendo aquele analfabeto, pode ser substituída por impressão digital, cabendo, nesse caso, ao presidente da mesa registar o nome do votante.

5 — O registo de presenças contém um termo de abertura e um termo de encerramento, com indicação do número total de páginas, e é assinado e rubricado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a constituir parte integrante da respectiva acta.

6 — Os elementos da mesa votam em último lugar.

ARTIGO 89.°

(Votação por correspondência)

1 — Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral até vinte e quatro horas antes do fecho da votação.

2 — A remessa é feita por carta registada com indicação do nome do remetente, dirigida à comissão de trabalhadores da empresa, com a menção «Comissão eleitoral», e só por esta pode ser aberta.

3 — O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim de voto em quatro, introduzindo-o num envelope, que fechará, assinalando-o com os dizeres «Voto por correspondência» e introduzindo-o, por sua vez, no envelope que enviará pelo correio.

4 — Depois de terem votado os elementos da mesa do local onde funciona a comissão eleitoral, esta procede à abertura do envelope exterior, regista em seguida no registo de presenças o nome do trabalhador, com a menção «Voto por correspondência», e, finalmente, entrega o envelope interior ao presidente da mesa, que, abrindo-o, faz de seguida a introdução do boletim na urna.

ARTIGO 90.°

(Valor dos votos)

1 — Considera-se voto em branco o do boletim de voto que não tenha sido objecto de qualquer tipo de marca.

2 — Considera-se voto nulo o do boletim de voto:

a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido da votação ou não tenha sido admitida;

c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

3 — Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do votante.

4 — Considera-se ainda como voto em branco o voto por correspondência quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas no artigo 89.° ou seja recebido em envelopes que não estejam devidamente fechados.

ARTIGO 91.°

(Abertura das urnas e apuramento)

1 — A abertura das urnas e o apuramento final têm lugar simultaneamente em todas as mesas e locais de votação e são públicos.

2 — De tudo o que se passar em cada mesa de voto é lavrada acta, que, depois de lida em voz alta e aprovada pelos membros da mesa, é por eles assinada no final e rubricada em todas as páginas, fazendo parte integrante dela o registo de presenças.

3 — Uma cópia de cada acta referida no número anterior é afixada junto do respectivo local de votação, durante o prazo de quinze dias, a contar do apuramento respectivo.

4 — O apuramento global é realizado com base nas actas das mesas de voto pela comissão eleitoral.

5 — A comissão eleitoral lavra uma acta de apuramento global, com as formalidades previstas no n.° 2.

6 — A comissão eleitoral, seguidamente, proclama os eleitos.

ARTIGO 92.°

(Publicidade)

1 — Durante o prazo de quinze dias, a contar do apuramento e proclamação, é afixada a relação dos eleitos e uma cópia da acta de apuramento global, no local ou locais em que a votação se tiver realizado.

2 — Dentro do prazo referido no número anterior, a comissão eleitoral envia ao Ministério da tutela, bem como aos órgãos de gestão da empresa, por carta registada com aviso de recepção ou entregues com protocolo, os seguintes elementos:

a) Relação dos eleitos, identificados pelo nome, idade, categoria profissional, posto de trabalho e local de trabalho;

b) Cópia da acta de apuramento global.

ARTIGO 93.°

(Recursos para impugnação da eleição)

1 — Qualquer trabalhador com direito a voto tem direito a impugnar a eleição com fundamento em violação da lei ou destes estatutos.

2 — O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido, por escrito, ao plenário, que o aprecia e delibera.

3 — O disposto no número anterior não prejudica o direito de qualquer trabalhador com direito a voto impugnar a eleição, com os fundamentos indicados no n.° 1, perante o representante do Ministério Público da área da sede da empresa.

4 — O requerimento previsto no n.° 3 é escrito, devidamente fundamentado e acompanhado das provas disponíveis, e pode ser apresentado no prazo máximo de quinze dias, a contar da publicidade dos resultados da eleição.

5 — O processo segue os trâmites previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.° da Lei n.° 46/79.

6 — O trabalhador impugnante pode intentar directamente a acção em tribunal, se o representante do Ministério Público o não fizer no prazo de sessenta dias, a contar da recepção do requerimento referido no n.° 4.

7 — Das deliberações da comissão eleitoral cabe recurso para o plenário, se, por violação destes estatutos e da lei, estas tiverem influência no resultado da eleição.

8 — Só a propositura da acção pelo representante do Ministério Público suspende a eficácia do acto impugnado.

ARTIGO 94.°

(Destituição da CT)

1 — A CT pode ser destituída a todo o tempo por deliberação dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — Para a deliberação de destituição exige-se a maioria de dois terços dos votantes.

3 — A votação é convocada pela CT a requerimento de, pelo menos, 10 % ou cem trabalhadores permanentes da empresa.

4 — Os requerentes podem convocar directamente a votação, nos termos dos artigos 77.° e 78.°, se a CT o não fizer no prazo máximo de quinze dias a contar da data de recepção do requerimento.

5 — O requerimento previsto no n.° 3 e a convocatória devem conter a indicação sucinta dos fundamentos invocados.

6 — A proposta de destituição é subscrita, no mínimo, por 10 % ou cem trabalhadores permanentes e deve ser fundamentada.

7 — A deliberação é precedida de discussão em plenário, nos termos do artigo 14.°

8 — No mais, aplicam-se à deliberação, com as adaptações necessárias, as regras referentes à eleição da CT.

ARTIGO 95.°

(Eleição e destituição das subcomissões de trabalhadores)

1 — A eleição das subcomissões de trabalhadores tem lugar na mesma data e segundo as normas deste capítulo aplicáveis, com as necessárias adaptações, e é simultânea a entrada em funções. Aplicam-se também, com as necessárias adaptações, as regras sobre a destituição da CT.

CAPÍTULO II

ARTIGO 96.°

(Alteração dos estatutos)

Sem prejuízo do disposto no artigo 14.° às deliberações para alteração destes estatutos aplicam-se, com as necessárias adaptações, e segundo o artigo 10.°, n.° 1, da Lei n.° 46/79, as regras do capítulo I do título II.

ARTIGO 97.°

(Adesão ou revogação da adesão a comissões coordenadoras)

As deliberações para adesão ou revogação da adesão da CT às comissões coordenadoras são tomadas segundo as regras do capítulo I do título II.

ARTIGO 98.°

(Outras deliberações por voto secreto)

As regras constantes do capítulo I do título II aplicam-se, com as necessárias adaptações, a quaisquer outras deliberações que devam ser tomadas por voto secreto.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 99.°

(Adaptação do regulamento eleitoral para outras deliberações por voto secreto)

1 — Caso seja necessário, a CT elabora regulamentos específicos para as deliberações por voto secreto, adaptando as regras constantes do capítulo I do título II, com observância do disposto na Lei n.° 46/79.

2 — Os regulamentos de adaptação previstos no número anterior são obrigatoriamente aprovados pelo plenário.

ARTIGO 100.°

(Entrada em vigor)

1 — Estes estatutos entram em vigor no dia imediato à afixação da acta de apuramento global da votação que sobre eles recair.

2 — A eleição da nova CT rege-se pelo disposto nestes estatutos.

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS, INC., EM PORTUGAL

Estatutos aprovados em 28 de Novembro de 1979

TÍTULO I

Organização, competência e direitos

CAPÍTULO I

Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

SECÇÃO I

Colectivo dos trabalhadores

ARTIGO 1.°

1 — O colectivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores permanentes da empresa.

2 — São trabalhadores permanentes os que prestam a sua actividade por força de um contrato de trabalho celebrado com a empresa.

3 — O colectivo dos trabalhadores organiza-se e actua pelas formas previstas nestes estatutos e nele reside a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da empresa, a todos os níveis.

ARTIGO 2.°

1 — Enquanto membros do colectivo, os trabalhadores exercem todos os direitos reconhecidos na Constituição, na lei, noutras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores:

a) Subscrever a convocatória da votação para alteração dos estatutos;
b) Subscrever, como proponentes, propostas de alteração dos estatutos;
c) Votar nas votações para alteração dos estatutos;
d) Exercer os direitos previstos nas alíneas anteriores relativamente às deliberações da adesão ou revogação da adesão da CT a comissões coordenadoras;
e) Subscrever a convocatória do acto eleitoral.
f) Subscrever, como proponentes, propostas de candidaturas às eleições;
g) Eleger e serem eleitos membros da CT ou de subcomissões de trabalhadores;
h) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegado de candidatura, membro de mesa de voto ou membro da comissão eleitoral;
i) Subscrever a convocatória da votação para destituição da CT ou de subcomissões de trabalhadores, ou de membros destas, e subscrever como proponentes as correspondentes propostas de destituição;
j) Votar nas votações previstas na alínea anterior;
l) Subscrever o requerimento para convocação do plenário;
m) Participar, votar, usar da palavra, subscrever propostas, requerimentos, pontos de ordem e outras formas de intervenção individual no plenário;
n) Eleger e serem eleitos para a mesa do plenário e para quaisquer outras funções nele deliberadas;
o) Exercer quaisquer cargos, funções ou actividades em conformidade com as deliberações do colectivo;
p) Impugnar as votações realizadas por voto secreto e quaisquer outras deliberações do plenário.

2 — É garantida a igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores, com a proibição de qualquer discriminação baseada no sexo, raça, idade, função, posto de trabalho, categoria profissional ou convicções políticas, sindicais e religiosas, etc.

ARTIGO 3.°

São órgãos do colectivo dos trabalhadores:

a) O plenário;
b) A comissão de trabalhadores (CT).

SECÇÃO II

Plenário — Natureza e competência

ARTIGO 4.°

O plenário, no qual participam todos os trabalhadores permanentes da empresa, é a forma democrática de reunião e deliberação do colectivo dos trabalhadores definido no artigo 1.°

ARTIGO 5.°

Compete ao plenário:

a) Definir as bases programáticas e orgânicas do colectivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração dos estatutos da CT;
b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respectivo programa de acção;
c) Controlar a actividade da CT pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
d) Eleger e destituir a todo o tempo os representantes dos trabalhadores;
e) Controlar a actividade dos representantes referidos na alínea anterior pelas formas e modos previstos nestes estatutos.

SECÇÃO III

Plenário — Funcionamento

ARTIGO 6.°

(Competência para a convocatória)

1 — O plenário pode ser convocado pela comissão de trabalhadores, por iniciativa própria, ou a requerimento de um mínimo de 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa.
2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.
3 — A CT deve fixar a data da reunião do plenário e proceder à sua convocatória, no prazo máximo de vinte dias contados a partir da recepção do requerimento.

ARTIGO 7.°

(Prazo e formalidades da convocatória)

O plenário é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data da sua realização, por meio de anúncios colocados no local destinado à afixação de propaganda ou, no caso de este não existir, em dois dos locais mais frequentados pelos trabalhadores.

ARTIGO 8.°

(Reuniões do plenário)

1 — O plenário reúne ordinariamente uma vez por ano para:

a) Apreciação da actividade desenvolvida pela CT;
b) Apreciação da actividade dos representantes dos trabalhadores;
c) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas do colectivo dos trabalhadores da CT.

2 — O plenário reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocado nos termos e com os requisitos previstos no artigo 6.°

ARTIGO 9.°

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente do colectivo dos trabalhadores.
2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível face à emergência, de modo a garantir o conhecimento a todos os trabalhadores e a presença do maior número possível.
3 — A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectiva convocatória, é da competência exclusiva da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 10.°

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participem 10 % dos trabalhadores da empresa.
2 — Para a destituição da comissão de trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa, a participação mínima no plenário deve corresponder a 20 % dos trabalhadores da empresa.
3 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.

ARTIGO 11.°

O voto é sempre directo e secreto.

ARTIGO 12.°

São obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário as deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Destituição da CT ou dos seus membros;
b) Aprovação e alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Natureza da CT

ARTIGO 13.°

1 — A comissão de trabalhadores é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores para o exercício das atribuições, competência e direitos reconhecidos na Consttiuição da República, na lei, noutras normas aplicáveis e nestes estatutos.
2 — Como forma de organização, expressão e actuação democrática do colectivo dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores exerce em nome próprio a competência e direitos referidos no número anterior.

ARTIGO 14.°

1 — Compete à CT exercer todos os direitos do artigo 18.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro. Em geral, exerce todas as actividades e competências que, por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos lhe sejam reconhecidas.
2 — A CT pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

ARTIGO 15.°

1 — O disposto nos artigos anteriores entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização sindical dos trabalhadores da empresa.
2 — A competência da CT não deve ser utilizada para enfraquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa e dos respectivos delegados sindicais e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

SECÇÃO II

Direitos instrumentais

ARTIGO 16.°

Para o exercício das suas atribuições e competência, a CT goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 17.°

1 — A CT tem o direito de reunir periodicamente com o director da empresa em Portugal para discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.

2 — As reuniões realizam-se pelo menos uma vez por mês, mas deverão ter lugar sempre que necessárias para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta assinada por todos os presentes.

ARTIGO 18.°

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anteiror correspondem, legalmente, deveres de informação vinculando não só a entidade patronal e o órgão de gestão da empresa, mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as decisões relativamente às quais a CT tem o direito de intervir.

3 — As informações previstas são requeridas, por escrito, pela comissão de trabalhadores ou pelos seus membros ao director da empresa em Portugal.

4 — Nos termos da lei, o director da empresa em Portugal deve responder por escrito, prestando as informações requeridas no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 19.°

Nos termos da lei, são obrigatoriamente submetidos a parecer prévio da CT os actos e decisões previstos no artigo 24.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

ARTIGO 20.°

Em especial para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores, a CT goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual, ter conhecimento do processo desde o seu início e controlar a respectiva regularidade, bem como a existência de justa causa, através da emissão de parecer prévio, tudo nos termos da legislação aplicável;

b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo, através de parecer prévio a dirigir ao órgão governamental competente, nos termos da legislação aplicável.

ARTIGO 21.°

A participação da CT na elaboração da legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável, designadamente a Lei n.° 16/79, de 26 de Maio.

SECÇÃO III

Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT

ARTIGO 22.°

(Condições e garantias da actuação da CT)

As condições e garantias do exercício das atribuições e direitos da CT são definidas nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO 23.°

1 — Os trabalhadores, com vista às deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, devem ser tomadas por voto secreto, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento respectivo.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 24.°

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho, e sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades que, simultaneamente com a realização das reuniões, sejam assegurados por outros trabalhadores, em regime de turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas por ano.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para efeito dos n.os 2 e 3, a CT comunicará a realização das reuniões ao órgão de gestão da empresa com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

ARTIGO 25.°

1 — A CT tem o direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento.

ARTIGO 26.°

1 — A CT tem o direito de afixar todos os documentos e propaganda relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado, para o efeito posto à sua disposição pela entidade patronal.

2 — A CT tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento.

ARTIGO 27.°

1 — A CT tem direito a instalações adequadas, no interior da empresa, para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CT pela direcção da empresa.

ARTIGO 28.°

A CT tem o direito de obter do órgão de gestão da empresa os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 29.°

Cada um dos membros da comissão de trabalhadores disporá de quarenta horas de crédito, de entre o horário normal de trabalho, para o exercício da sua actividade mensal.

ARTIGO 30.°

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas no exercício das suas atribuições e actividades pelos trabalhadores da empresa que sejam membros da CT.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda de retribuição correspondente ao período de ausência, mas não podem prejudicar quaisquer outros direitos, regalias e garantias do trabalhador.

3 — Falta é a ausência do trabalhador durante todo ou parte do período normal de trabalho que lhe é contratualmente aplicável, sem prejuízo das tolerâncias permitidas na empresa.

ARTIGO 31.°

1 — A CT é independente do patronato, do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações patronais promover a constituição, manutenção e actuação da CT, ingerir-se no seu funcionamento e actividade ou, de qualquer modo, influir sobre a CT, designadamente através de pressões económicas ou da corrupção dos seus membros.

ARTIGO 32.°

É proibido e considerado nulo e de nenhum efeito todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego de qualquer trabalhador à condição de este participar ou não nas actividades e órgãos, ou de se demitir de cargos, previstos nestes estatutos;

b) Despedir, transferir ou, por qualquer modo, prejudicar um trabalhador por motivo das suas actividades e posições relacionadas com as formas de organização e intervenção dos trabalhadores previstas nestes estatutos.

ARTIGO 33.°

Os membros da CT, das subcomissões de trabalhadores e das comissões coordenadoras gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais.

ARTIGO 34.°

Os membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo e sem o prévio conhecimento da CT ou da comissão coordenadora respectiva.

ARTIGO 35.°

O despedimento de trabalhadores que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores ou de comissões coordenadoras, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu termo, está sujeito ao disposto na lei.

ARTIGO 36.°

1 — A suspensão preventiva de algum dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada por escrito ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção do trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a entidade patronal não pode, em nenhum caso, impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa.

ARTIGO 37.°

(Responsabilidade da entidade patronal)

1 — Por força do artigo 4.° da Lei n.° 98/79, de 9 de Outubro, a violação dos n.os 1 e 2 do artigo 35.° e do artigo 36.° é punida com multa de 10 000$ a 1 000 000$.

2 — Por força da mesma disposição legal, os administradores, directores ou gerentes e os titulares de lugares de chefia responsáveis pelos actos referidos no número anterior são punidos com a pena de prisão de três dias a dois anos.

ARTIGO 38.°

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a algum dos representantes referidos no artigo 35.° de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até cinco anos após o seu termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra alguns dos representantes referidos no número anterior por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por violação do dever de sigilo, está sujeito ao *contrôle* judicial nos termos do artigo 35.°

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e tramitação do processo judicial, o representante visado mantém-se em actividade, não podendo ser prejudicado quer na sua actividade profissional, quer nas suas funções no órgão a que pertença.

SECÇÃO IV

Enquadramento geral da competência e direitos

ARTIGO 39.°

1 — A CT tem capacidade judiciária, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos direitos dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A CT goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a CT em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 44.°

SECÇÃO V

Composição e funcionamento

ARTIGO 40.°

(Sede)

A sede da CT localiza-se em Lisboa, no Aeroporto.

ARTIGO 41.°

A CT é composta por três elementos.

ARTIGO 42.°

(Duração do mandato)

1 — O mandato da CT é de um ano.

2 — A CT entra em exercício no dia posterior à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 43.°

1 — A actividade da CT é coordenada por um dos seus membros, eleito na primeira reunião após a investidura.

2 — Compete ao coordenador elaborar as convocatórias das reuniões e as respectivas ordens de trabalhos, secretariar as reuniões e dar execução às deliberações tomadas de que não fiquem incumbidos outros membros da CT.

ARTIGO 44.°

(Poderes para obrigar a CT)

Para obrigar a CT são necesssárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros em efectividade de funções.

ARTIGO 45.°

(Financiamento da CT)

Constituem receitas da CT as contribuições voluntárias dos trabalhadores.

TÍTULO II

Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto

CAPÍTULO I

Eleição da CT

ARTIGO 46.°

(Capacidade eleitoral)

São eleitores e elegíveis os trabalhadores permanentes da empresa definidos no artigo 1.°

ARTIGO 47.°

1 — O voto é directo e secreto.

2 — É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho e dos que estejam em gozo de férias.

3 — A conversão dos votos em mandatos faz-se de harmonia com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

ARTIGO 48.°

1 — A CT elabora e mantém permanentemente actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando os trabalhadores pelo nome, número do bilhete de identidade e data de admissão na empresa.

2 — O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto secreto e está aberto à consulta de todos os interessados.

ARTIGO 49.°

1 — O processo eleitoral é dirigido por uma comissão eleitoral constituída pelos três elementos da CT, um dos quais é presidente, e por um delegado de cada uma das candidaturas.

2 — Os delegados são designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas.

3 — A comissão eleitoral cessará as suas funções quinze dias após as eleições.

ARTIGO 50.°

(Data da eleição)

A eleição tem lugar até quinze dias antes do termo do mandato de cada CT.

ARTIGO 51.°

1 — O acto eleitoral é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a respectiva data.

2 — A convocatória menciona expressamente o dia, local, horário e objectivo da votação.

3 — A convocatória é afixada nos locais usuais para afixação de documentos de interesse para os trabalhadores e nos locais onde funcionarão mesas de voto e difundidas pelos meios adequados, de modo a garantir a mais ampla publicidade.

4 — Uma cópia da convocatória é remetida pela entidade convocante ao director da empresa, na mesma data em que for tornada pública, por meio de carta registada com aviso de recepção, ou entregue com protocolo.

ARTIGO 52.°

1 — O acto eleitoral é convocado pela CT.

2 — O acto eleitoral pode ser convocado por 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa, caso a CT deixe passar os prazos previstos nestes estatutos sem convocar ou promover a eleição.

ARTIGO 53.°

1 — Podem propor listas de candidatura à eleição os trabalhadores inscritos no caderno eleitoral em número mínimo de 10 %.

2 — Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.

ARTIGO 54.°

1 — As candidaturas são apresentadas até dez dias antes da data marcada para o acto eleitoral.

2 — A apresentação consiste na entrega da lista à comissão eleitoral, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por todos os candidatos, nos termos do artigo 53.°, e subscrita pelos proponentes.

3 — A comissão eleitoral entrega aos representantes um recibo com a data e a hora da apresentação e regista essa mesma data e hora no original recebido.

4 — Todas as candidaturas têm o direito de fiscalizar, no acto da apresentação, toda a documentação recebida pela comissão eleitoral para os efeitos deste artigo.

ARTIGO 55.°

1 — A comissão eleitoral deve rejeitar de imediato as candidaturas entregues fora do prazo ou que não venham acompanhadas da documentação exigida no artigo anterior.

2 — A comissão eleitoral dispõe do prazo máximo de dois dias a contar da data de apresentação para apreciar a regularidade formal e a conformidade da candidatura com estes estatutos.

3 — As irregularidades e violações a estes estatutos detectadas podem ser supridas pelos proponentes, para o efeito notificados pela comissão eleitoral no prazo máximo de dois dias a contar da respectiva notificação.

4 — As candidaturas que, findo o prazo referido no número anterior, continuarem a apresentar irregularidades e a violar o disposto nestes estatutos são definitivamente rejeitadas por meio de declaração escrita, com indicação dos fundamentos, assinada pela comissão eleitoral e entregue aos proponentes.

ARTIGO 56.°

(Aceitação de candidaturas)

1 — Até ao 6.° dia anterior à data marcada para o acto eleitoral, a comissão eleitoral publica, por meio de afixação nos locais indicados no n.° 3 do artigo 51.°, a aceitação das candidaturas.

2 — As candidaturas aceites são identificadas por meio de letra, que funcionará como sigla, atribuída pela comissão eleitoral a cada uma delas, por ordem cronológica de apresentação, com início na letra A.

ARTIGO 57.°

1 — A votação efectua-se no local e durante as horas de trabalho.

2 — A votação inicia-se, pelo menos, trinta minutos antes do começo e termina, pelo menos, sessenta minutos depois do fim do período de funcionamento da empresa.

3 — Os trabalhadores têm o direito de votar durante o período normal de trabalho que lhes seja contratualmente aplicável.

ARTIGO 58.°

1 — Haverá só uma mesa de voto a funcionar na sede da empresa, na Praça dos Restauradores.

2 — A mesa será colocada no interior do local de trabalho, de modo que os trabalhadores possam votar sem prejudicar o funcionamento eficaz da empresa ou do estabelecimento.

ARTIGO 59.°

1 — A mesa é composta por um presidente e dois vogais escolhidos de entre os trabalhadores com direito a voto.

2 — Os membros da mesa de voto são designados pela comissão eleitoral de entre:

a) Um membro da CT;
b) Dois trabalhadores dos mais antigos.

3 — Cada candidatura tem direito de designar um delegado junto de cada mesa de voto, para acompanhar e fiscalizar todas as operações.

4 — Os membros da mesa de voto cessarão as suas funções após a afixação da acta de apuramento e do acto de posse da CT eleita.

ARTIGO 60.°

1 — O voto é expresso em boletins de voto de forma rectangular e com as mesmas dimensões para todas as listas, impressos em papel da mesma cor, liso e não transparente.

2 — Em cada boletim são impressas as designações das candidaturas submetidas a sufrágio e as respectivas siglas

3 — Na linha correspondente a cada candidatura figura um quadrado em branco destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.

4 — A impressão de votos fica a cargo da comissão eleitoral, que assegura o seu fornecimento às mesas na quantidade necessária e suficiente, de modo que a votação possa iniciar-se dentro do horário previsto.

5 — A comissão eleitoral envia, com a antecedência necessária, boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência.

ARTIGO 61.°

1 — Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto eleitoral.

2 — Antes do início da votação, o presidente da mesa mostra aos presentes a urna aberta, de modo a certificar que ela não está viciada, findo o que a fecha, procedendo à respectiva selagem com lacre.

3 — Em local afastado da mesa, o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente ao projecto em que vota, dobra o boletim de voto em quatro e entrega-o ao presidente da mesa, que o introduz na urna.

4 — As presenças no acto de votação devem ser registadas em documento próprio mediante a assinatura do votante.

5 — O registo de presenças contém um termo de abertura e um termo de encerramento, com indicação do número total de páginas, e é assinado e rubricado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a constituir parte integrante da respectiva acta.

6 — A mesa, acompanhada pelos delegados das candidaturas, pode fazer circular a urna pela área do estabelecimento que lhe esteja atribuída, a fim de recolher os votos dos trabalhadores.

7 — Os elementos da mesa votam em último lugar.

ARTIGO 62.°

1 — Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral até vinte e quatro horas antes do fecho da votação.

2 — A remessa é feita por carta registada com indicação do nome do remetente, dirigida à comissão de trabalhadores da empresa, com a menção «comissão eleitoral», e só por esta pode ser aberta.

3 — O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim de voto em quatro, introduzindo-o num envelope, que fechará, assinalando-o com os dizeres «voto por correspondência» e introduzindo-o por sua vez no envelope que enviará pelo correio.

4 — Depois de terem votado os elementos da mesa do local onde funcione a comissão eleitoral, esta procede à abertura do envelope exterior, regista em seguida no registo de presenças o nome do trabalhador com a menção «voto por correspondência» e, finalmente, entrega o envelope interior ao presidente da mesa, que, abrindo-o, faz de seguida a introdução do boletim na urna.

ARTIGO 63.°

1 — A abertura da urna e o apuramento final é público.

2 — De tudo o que se passar é lavrada acta, que, depois de lida em voz alta e aprovada pelos membros da mesa e os delegados da(s) lista(s) por eles assinada e rubricada em todas as páginas, fazendo parte integrante dela o registo de presenças.

3 — Uma cópia da acta referida no número anterior é afixada junto do respectivo local de votação, durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento respectivo.

4 — O apuramento dos resultados é feito com base na acta da mesa de voto.

5 — Após o apuramento, o presidente da mesa dará posse à nova comissão de trabalhadores.

ARTIGO 64.°

1 — Durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento e proclamação é afixada a relação dos eleitos e uma cópia da acta no local ou locais em que a votação se tiver realizado.

2 — Dentro do prazo referido no número anterior, a comissão eleitoral envia ao Ministério do Trabalho, bem como à direcção da empresa, por carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo, os seguintes elementos:

a) Relação dos eleitos, identificados pelo nome, idade, número do bilhete de identidade e local de trabalho;

b) Cópia da acta de apuramento.

ARTIGO 65.°

1 — Qualquer trabalhador com direito a voto tem direito de impugnar a eleição com fundamento em violação da lei ou destes estatutos.

2 — O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido por escrito ao plenário, que o aprecia e delibera.

ARTIGO 66.°

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.°, às deliberações para alteração destes estatutos aplicam-se, com as necessárias adaptações, e segundo o artigo 10.°, n.° 1, da Lei n.° 46/79, as regras do capítulo I do título II «Regulamento eleitoral para a CT».

2 — Para a deliberação prevista no número anterior, exige-se maioria de dois terços dos votantes.

CAPÍTULO II

Disposições finais

ARTIGO 67.°

1 — Estes estatutos entram em vigor no dia imediato à afixação da acta de apuramento global da votação que sobre eles recair.

2 — A eleição da nova CT rege-se pelo disposto nestes estatutos.

COMISSÃO DE TRABALHADORES DOS LABORATÓRIOS PFIZER, S. A. R. L.

Estatutos aprovados em Novembro de 1979

CAPÍTULO I

Disposições gerais, eleições, votação e regulamento eleitoral

ARTIGO 1.°

1 — A comissão de trabalhadores é o órgão representativo de todos os trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L.

2 — A comissão de trabalhadores é um órgão independente da administração e seus representantes, do Governo, dos partidos e organizações políticas e das instituições religiosas.

3 — A comissão de trabalhadores exerce a sua acção em solidariedade com todos os trabalhadores portugueses, de acordo com os artigos 55.° e 56.° da Constituição da República Portuguesa e com a Lei n.° 46/79 e tem como objectivo principal a defesa dos interesses dos trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., em todas as matérias que não sejam de âmbito exclusivamente sindical.

4 — A comissão de trabalhadores obriga-se (tal como todos os trabalhadores) a respeitar e a fazer cumprir as decisões do plenário de trabalhadores.

5 — O relatório de trabalhadores é o órgão máximo deliberativo dos trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., e compete-lhe nomeadamente:

Deliberar sobre a eleição e demissão da comissão e das subcomissões de trabalhadores;
Decidir sobre todos os assuntos de interesse para os trabalhadores;
Alterar os estatutos da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 2.°

1 — A eleição da comissão de trabalhadores far-se-á por voto directo e secreto de entre as listas apresentadas pelos trabalhadores da empresa.

2 — A eleição da comissão de trabalhadores será feita no local e durante as horas de trabalho.

ARTIGO 3.°

1 — Os direitos consignados na Constituição da República Portuguesa e na Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, são atribuídos à comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., definida no artigo 1.° destes estatutos.

2 — Na delegação do Norte dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., os respectivos trabalhadores poderão eleger uma subcomissão de trabalhadores, constituída por um elemento que exercerá as competências que lhe sejam delegadas pela comissão de trabalhadores.

3 — A duração do mandato da comissão de trabalhadores será de um ano, salvo o disposto no n.° 5 do artigo 1.°

ARTIGO 4.°

O regulamento eleitoral é o seguinte:

1) A eleição da comissão de trabalhadores é feita por voto directo e secreto, segundo o método de representação proporcional, a ela podendo concorrer listas subscritas por 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa;
2) As listas deverão ser entregues à mesa eleitoral (ou comissão de apuramento global) até cinco dias antes do acto eleitoral;
3) A mesa eleitoral (ou comissão de apuramento global) será constituída por três elementos eleitos em plenário dos trabalhadores para o efeito. Estes elementos entram em funções cinco dias antes do acto eleitoral e cessá-las-ão após o *terminus* integral do acto eleitoral;
4) O acto eleitoral será convocado com uma antecedência mínima de quinze dias, devendo a convocatória ser subscrita por 10 % dos trabalhadores da empresa e amplamente divulgada, com indicação dos locais e mesas de voto e horário de funcionamento das mesmas. Uma cópia da convocatória do acto eleitoral deverá ser entregue à administração da empresa;
5) As listas candidatas poderão designar um delegado para cada mesa de voto com o fim de acompanhar as diversas operações do acto eleitoral;
6) A votação iniciar-se-á trinta minutos antes do começo e terminará sessenta minutos depois do encerramento do período normal de trabalho em cada local de voto;
7) As presenças no acto eleitoral serão registadas em folhas de presença (com termos de abertura e encerramento), que serão assinadas pela mesa eleitoral (ou comissão de apuramento global);
8) De tudo quanto se passar no acto eleitoral será elaborada uma acta, que conterá obrigatoriamente a lista de presenças no acto eleitoral e que será assinada pela mesa eleitoral (ou comissão de apuramento global);
9) Nos termos do n.° 1 do artigo 4.° e sempre que houver que preencher uma vaga na comissão de trabalhadores, seguir-se-á o método da representação proporcional, salvo deliberação em contrário do plenário dos trabalhadores da empresa;
10) Os resultados da eleição serão afixados publicamente durante quinze dias;
11) No prazo de quinze dias serão remetidos ao Ministério do Trabalho e Ministério da tutela e a administração da empresa os resultados da eleição, a cópia da respectiva acta e os elementos de identificação dos eleitos;
12) A impugnação das eleições pode ser feita nos termos legais, no prazo de quinze dias após a afixação dos resultados, junto do representante do Ministério Público da área da sede da empresa;
13) A comissão de trabalhadores e as subcomissões de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., entrarão em exercício nos cinco dias posteriores à afixação da acta e da publicação dos resultados eleitorais.

CAPÍTULO II

Composição — Direitos da comissão de trabalhadores

ARTIGO 5.°

A comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., é composta por três trabalhadores do quadro permanente da empresa.

ARTIGO 6.°

Os membros da comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., gozam da protecção legal reconhecida no artigo 16.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, e das garantias da Lei n.° 68/79, de 9 de Outubro.

ARTIGO 7.°

A comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., gozará de todos os direitos consignados nos artigos 18.° a 29.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

CAPÍTULO III

Funcionamento — Fundos

ARTIGO 8.°

1 — A comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., funcionará e poderá eventualmente tomar decisões com a presença da maioria simples dos seus elementos.

2 — A comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., deverá reunir regularmente e informar periodicamente os trabalhadores sobre a sua actividade.

3 — De todas as reuniões com a administração, terá a comissão de trabalhadores de dar conhecimento aos trabalhadores do conteúdo das mesmas e dos resultados obtidos.

ARTIGO 9.°

Para além dos meios que a empresa é obrigada legalmente a facultar à comissão de trabalhadores para o exercício das suas funções, a comissão de trabalhadores só poderá utilizar fundos indispensáveis à sua actividade de acordo com decisão do plenário de trabalhadores.

CAPÍTULO IV

Relação com a estrutura sindical e ou comissões coordenadoras

ARTIGO 10.°

A comissão de trabalhadores deverá sempre que possível cooperar com a comissão sindical da empresa com vista a acções que visem a defesa dos interesses dos trabalhadores da empresa.

ARTIGO 11.°

A adesão da comissão de trabalhadores dos Laboratórios Pfizer, S. A. R. L., a qualquer comissão coordenadora (ou a retirada da mesma) será obrigatoriamente objecto de debate em plenário de trabalhadores, que deverá realizar-se antes das votações a efectuar nos termos legais.

CAPÍTULO V

Alterações dos estatutos

ARTIGO 12.°

Os presentes estatutos só poderão ser alterados por votação directa e secreta organizada nos termos legais, tendo no entanto as alterações de ser objecto de debate prévio em plenário de trabalhadores.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 13.°

A comissão de trabalhadores em exercício deverá promover a realização de eleições no prazo máximo de sessenta dias após a aprovação destes Estatutos, em conformidade com o artigo 39.°, n.° 2, da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

(Registados ao abrigo do artigo 12.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.)

COMISSÃO DE TRABALHADORES DE A SEGURADORA INDUSTRIAL

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Denominação, âmbito e sede

ARTIGO 1.°

(Denominação)

A comissão de trabalhadores de empresa é o órgão com capacidade jurídica representativo de todos os trabalhadores da empresa com ou sem filiação sindical, independentemente da função ou natureza do vínculo contratual.

ARTIGO 2.°

(Âmbito)

1 — A actividade da comissão de trabalhadores (CT) exerce-se em todas as dependências ou delegações da companhia.

2 — Atendendo à dispersão geográfica da empresa, e de conformidade com os preceitos consignados nos presentes estatutos, a CT promoverá a criação de subcomissões de trabalhadores.

ARTIGO 3.°

(Sede)

A comissão de trabalhadores tem a sua sede em Lisboa, na sede da empresa.

CAPÍTULO II

Princípios, fins e competência

ARTIGO 4.°

(Princípios fundamentais)

1 — A CT orienta a sua actividade com total independência face aos órgãos de gestão, partidos políticos, governo, crenças religiosas ou grupos afins.

2 — A CT proporciona e promove a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da empresa, nos termos da Constituição da República e da lei.

3 — É reconhecido a todos os trabalhadores o direito de serem eleitos e elegerem os seus órgãos representativos, sem distinção de opiniões políticas, concepções filosóficas ou crenças religiosas.

4 — Não é permitida a constituição de quaisquer grupos perseguindo os mesmos fins da CT que possam perturbar a acção desta ou conduzir à divisão dos trabalhadores. No entanto, e pontualmente, podem ser criados grupos de trabalho com carácter específico, desde que isso decorra da vontade expressa, nos termos previstos pelos presentes estatutos, dos trabalhadores ou da respectiva CT.

5 — É incompatível a actividade de membro da CT com o exercício em cargos de gestão de empresa, salvo os que ocupem esses lugares em delegação dos trabalhadores.

6 — A comissão de trabalhadores poderá aderir à comissão coordenadora dos órgãos representativos dos trabalhadores do sector de actividade de seguros.

§ único. A adesão ou revogação da adesão à comissão coordenadora terá de ser deliberada pela forma prevista no n.º 8 do artigo 11.º dos presentes estatutos.

ARTIGO 5.º

(Fins e competência)

1 — Compete à CT:

a) No exercício das suas funções, ser informada e pronunciar-se sobre a actividade da empresa, nomeadamente ao que concerne a lei;

b) Exercer, nos termos da lei, o *contrôle* de gestão na empresa;

c) Promover e assegurar o exercício pelos trabalhadores do direito de elegerem representantes seus para os órgãos sociais da empresa, nos termos da respectiva legislação;

d) Intervir na reorganização da empresa ou, através da coordenadora a que porventura aderir, na reestruturação do sector;

e) Participar directamente ou por intermédio da comissão coordenadora na elaboração e *contrôle* de execução de planos económico-sociais para o respectivo sector ou região;

f) Exigir dos órgãos de gestão o escrupuloso cumprimento de toda a legislação respeitante aos trabalhadores e à empresa;

g) Participar na legislação de trabalho;

h) Exercer em geral todas as demais atribuições e competências que por lei ou prática corrente lhe sejam reconhecidas.

CAPÍTULO III

Do conjunto dos trabalhadores

ARTIGO 6.º

(Dos direitos dos trabalhadores)

1 — Todos os trabalhadores permanentes da empresa, independentemente da sua função, profissão ou categoria profissional, são titulares dos direitos consignados na lei e nos presentes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores permanentes da empresa os seguintes:

a) Subscrever a convocatória para a votação de alteração dos estatutos;

b) Subscrever, como proponente, propostas de alteração dos estatutos;

c) Votar nas propostas para alteração dos estatutos;

d) Exercer os direitos consignados nas alíneas anteriores relativamente às deliberações de adesão ou revogação da adesão da CT a qualquer comissão coordenadora que venha a ser criada na indústria seguradora;

e) Subscrever, como proponente, propostas de candidaturas às eleições;

f) Eleger e ser eleito membro da CT ou de subcomissões de trabalhadores;

g) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegado de candidatura, membro da mesa ou da comissão eleitoral;

h) Subscrever a convocatória para destituição da CT ou da subcomissão de trabalhadores, ou de membros destas, e subscrever, como proponentes, as correspondentes propostas de destituição;

i) Votar nas propostas previstas na alínea anterior;

j) Eleger e ser eleito representante dos trabalhadores nos órgãos sociais ou nos restantes órgãos estatutários da empresa;

k) Subscrever o requerimento para a convocação da assembleia geral de trabalhadores;

l) Participar, votar, usar da palavra, subscrever propostas, requerimentos, pontos de ordem e outras formas de intervenção individual na assembleia geral de trabalhadores;

m) Exercer quaisquer cargos, funções ou actividades em conformidade com as deliberações da assembleia geral de trabalhadores;

n) Impugnar as votações realizadas por voto secreto e quaisquer outras deliberações da assembleia geral de trabalhadores.

ARTIGO 7.º

(Da assembleia geral de trabalhadores)

1 — Constituem a assembleia geral de trabalhadores da empresa (AGT) todos os trabalhadores permanentes da empresa.

2 — É assegurada uma igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores que integram a respectiva AGT, sendo proibida qualquer discriminação baseada no sexo, raça, idade, funções, posto de trabalho, categoria profissional, convicções políticas sindicais e religiosas ou qualquer outro facto que atente contra os direitos fundamentais do homem.

3 — Compete à AGT:

a) Aprovar os presentes estatutos e suas posteriores alterações;

b) Eleger a CT e destituí-la nos termos estabelecidos pelos presentes estatutos;

c) Eleger os representantes dos trabalhadores para os órgãos sociais da empresa, nos termos da legislação respectiva;

d) Apreciar a actividade da CT no tocante ao exercício das suas atribuições;

e) Exercer os demais direitos previstos na lei e nos presentes estatutos;

f) Apreciar e aprovar anualmente o relatório de contas da CT.

4 — Nos casos expressamente previstos nestes estatutos, a AGT reunirá no mesmo dia e com a mesma ordem de trabalhos na sede e nos restantes locais onde funcionem estabelecimentos da empresa, sendo as maiorias de voto exigidas pelos mesmos estatutos apurados pela totalidade dos votos expressos no conjunto dessas reuniões.

ARTIGO 8.º

(Da convocatória)

1 — A AGT pode ser convocada pela CT ou a requerimento de um mínimo de 10 % e ou 100 dos trabalhadores da empresa.

2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.

3 — A CT deve fixar a data da realização da AGT e proceder à sua convocatória no prazo máximo de dez dias, contados a partir da recepção do requerimento, devendo a participação naquela ser registada na folha de presenças.

4 — A convocatória indicará sempre, com clareza, os pontos da ordem de trabalhos, o local e a hora do início da AGT.

5 — Quando a realização da AGT for da iniciativa dos trabalhadores — mediante a apresentação de requerimento —, esta poderá deliberar validamente desde que nas votações participem dois terços dos subscritores, sendo que o número de vontantes não poderá ser inferior a um sexto dos trabalhadores da empresa.

ARTIGO 9.º

(Prazos para convocatória)

A AGT é convocada com a antecedência mínima de quinze dias, salvo quando convocada de emergência, por meio de anúncios colocados nos locais de fácil acesso aos trabalhadores.

ARTIGO 10.º

(Da periodicidade da AGT)

1 — A AGT reúne ordinariamente uma vez por ano para:

a) Apreciação da actividade da CT;

b) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas inerentes à actividade da CT e das subcomissões de trabalhadores;

c) Apreciação da situação económica e laboral da empresa.

2 — A AGT reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocada pela CT ou por iniciativa dos trabalhadores, devendo a CT dar publicidade à respectiva convocatória, que, por sua vez, antecederá no mínimo de quarenta e oito horas a realização daquela.

3 — A AGT eleitoral será convocada nos termos previstos pelos presentes estatutos.

ARTIGO 11.°

(Do funcionamento da AGT)

A AGT só pode funcionar e ter legitimidade desde que sejam cumpridos os seguintes quesitos:

1) Um quórum de pelo menos 10 % e ou 100 dos trabalhadores permanentes da empresa, sem prejuízo do previsto no n.° 5 do artigo 8.°;
2) As propostas, moções e requerimentos sejam apresentados por escrito;
3) Salvo disposição expressa em contrário, as deliberações serão tomadas por maioria simples de voto;
4) A aprovação de um requerimento não pode prejudicar os oradores inscritos, salvo se for aprovado por uma maioria de dois terços dos trabalhadores presentes;
5) As votações serão sempre realizadas por braço no ar, salvo nas situações expressas em contrário e ou mediante deliberação da AGT, caso em que serão realizadas por voto secreto e directo;
6) As presenças serão registadas em documento próprio, devendo, além da rubrica, constar em letra bem legível o nome do trabalhador;
7) Não é permitido o voto por correspondência ou representação, salvo nos casos previstos pelos presentes estatutos;
8) Serão obrigatoriamente objecto de apuramento por voto secreto e directo, nas AGTs convocadas para o exercício das competências previstas nomeadamente nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.° 3 do artigo 7.° e ainda para adesão a outras organizações de trabalhadores, as deliberações sobre estas matérias, só sendo válidas desde que nelas tenham participado mais de 50 % dos trabalhadores permanentes da empresa;
9) A mesa da AGT é constituída pela CT, no mínimo de três elementos.

CAPÍTULO IV

Da comissão e subcomissões de trabalhadores, comissão coordenadora das CTs — Meios e fundos da CT

ARTIGO 12.°

(Da composição da CT)

A CT é um dos órgãos representativos de todos os trabalhadores da empresa, conforme o previsto no artigo 1.° dos presentes estatutos, composto por cinco elementos, se número maior não for previsto pela lei.

ARTIGO 13.°

(Da duração do mandato)

1 — A duração do mandato da CT é de dois anos, podendo ser revogado em qualquer altura por decisão de uma AGT convocada expressamente para o efeito ou por demissão colectiva dos seus membros.

2 — A deliberação da AGT prevista no número anterior do presente artigo só produzirá efeitos desde que tomada por dois terços dos trabalhadores presentes.

3 — A CT demissionária manter-se-á em funções até à tomada de posse da nova CT, situação que não poderá exceder trinta dias.

ARTIGO 14.°

(Da renúncia ou impossibilidade de cumprir o mandato)

1 — Em caso de renúncia ou impossibilidade de um ou dois membros da CT, far-se-á a sua substituição por aquele ou aqueles que se seguirem na lista pela qual se candidataram.

2 — Esgotada essa possibilidade, a CT considerar-se-á demitida, sem prejuízo do n.° 3 do artigo 13.°, e assumirá as funções de comissão eleitoral, promovendo de imediato a eleição de nova ST, de acordo com o respectivo regulamento.

ARTIGO 15.°

(Da protecção legal dos membros do CT)

1 — Os membros da CT gozam de protecção legal nos termos da leis em vigor e ou outras que vierem a ser aprovadas.

2 — Os trabalhadores em funções na CT ou aqueles que por esta sejam mandatados não serão afectados na remuneração, antiguidade, promoção ou qualquer regalia a que tenham direito.

3 — Cada membro da CT, para o exercício da sua actividade, disporá de um crédito de quarenta horas mensais.

ARTIGO 16.°

(Das reuniões da CT

1 — A CT reúne ordinariamente de quinze em quinze dias e extraordinariamente sempre que o julgue necessário.

2 — As deliberações da CT, quando tal processo for inevitável, serão tomadas por maioria simples de voto, com um quórum mínimo de 50 % mais um dos seus membros.

3 — De cada reunião deve ser lavrada a respectiva acta, que será afixada, para conhecimento de todos os trabalhadores, em local próprio.

ARTIGO 17.°

(Das reuniões da CT — órgãos de gestão)

1 — A CT reunirá com o órgão de gestão mensalmente e extraordinariamente quando ambos os órgãos o julguem conveniente.

2 — As reuniões previstas no número anterior terão, obrigatoriamente, uma agenda de trabalhos escrita e previamente estabelecida.

3 — De todas as reuniões previstas neste artigo serão lavradas actas, assinadas por todos os presentes.

ARTIGO 18.°

(Das subcomissões de trabalhadores)

As subcomissões de trabalhadores exercem a sua acção na filial ou delegações, quando o número de trabalhadores justificar a sua existência, e nesses locais terão a sua sede.

ARTIGO 19.°

(Da competência das subcomissões)

Compete às subcomissões de trabalhadores:

1) Exercer as competências que lhes são delegadas pela CT;
2) Informar a CT de todos os assuntos de interesse para a normal actividade da CT;
3) Fazer a ligação entre os trabalhadores dos respectivos estabelecimentos com a CT, ficando vinculadas à orientação geral por esta estabelecida.

ARTIGO 20.°

(Da protecção legal das subcomisssões de trabalhadores)

O mandato das subcomissões de trabalhadores é de dois anos, podendo ser revogado em qualquer altura, nos termos previstos pelo artigo 13.°, pelos trabalhadores do respectivo estabelecimento.

ARTIGO 21.°

(Da protecção legal das subcomissões de trabalhadores)

As subcomissões de trabalhadores gozam das garantias previstas pelo artigo 15.° dos presentes estatutos, salvo o crédito de horas, que será de oito horas mensais por cada membro.

ARTIGO 22.°

(Da comissão coordenadora das CTs)

A comissão coordenadora das CTs orientar-se-á segundo estatuto próprio previsto na Lei n.° 46/79.

ARTIGO 23.°

(Dos meios para acção da CT)

1 — O órgão de gestão porá à disposição da CT instalações adequadas, bem como facultará os meios materiais, técnicos e humanos necessários ao desempenho das suas funções.

2 — Como forma de apoio, cada trabalhador contribuirá, se esse for o seu desejo, mensalmente, com a quotização de 7$50, para despesas da CT.

3 — A CT submeterá anualmente à aprovação da AGT o relatório de contas.

CAPÍTULO V

Eleições

ARTIGO 24.°

(Da eleição da CT)

1 — A CT será eleita, de entre as listas apresentadas pelos trabalhadores permanentes da empresa, por voto universal, secreto e direto, segundo o princípio da representatividade proporcional.

2 — O método de Hondt será o processo a utilizar para encontrar a representatividade proporcional.

ARTIGO 25.°

(Apresentação de candidaturas)

1 — Podem submeter-se ao sufrágio eleitoral listas de trabalhadores permanentes da empresa — cinco efectivos e dois suplentes — que se apresentem subscritas, no mínimo, por 100 ou 10 % dos trabalhadores, não podendo nenhum deles subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.

2 — O processo referente à eleição das subcomissões de trabalhadores será idêntico ao preconizado para a CT, isto é, com os devidos ajustamentos de acordo com o artigo 25.°

3 — Para dar cumprimento ao n.° 2 do presente artigo, as subcomissões serão eleitas pelos trabalhadores dos respectivos estabelecimentos.

ARTIGO 26.°

(Da comissão eleitoral)

A comissão eleitoral, prevista no n.° 2 do artigo 14.°, accionará todo o processo eleitoral e tem como principais atribuições:

a) Marcar a data das eleições;
b) Organizar e afixar os cadernos eleitorais;
c) Apreciar as reclamações sobre os cadernos eleitorais;
d) Verificar a regularidade das candidaturas e promover a sua divulgação, assim como difundir programas ou assegurar sessões de esclarecimento, desde que isso seja vontade expressa dos candidatos;
e) Assegurar a confecção e distribuição dos boletins de voto;
f) Convocar o acto eleitoral, com a antecedência mínima de quinze dias, com ampla publicidade e menção expressa do dia, local, horário e objecto, remetendo, ao mesmo tempo, cópia da convocatória aos órgãos de gestão da empresa;
g) Enviar, por correio registado com aviso de recepção, toda a documentação e boletins de voto para os estabelecimentos fora da sede.

ARTIGO 27.°

(Da votação)

1 — A votação para a eleição da comissão e subcomissões de trabalhadores decorrerá, sempre que possível, simultaneamente.

2 — A votação realizar-se-á nos locais de trabalho e durante o período laboral.

3 — A votação iniciar-se-á trinta minutos antes do começo e terminará, pelo menos, sessenta minutos depois do encerramento do período normal de trabalho.

4 — A identificação dos eleitores far-se-á pelo conhecimento pessoal, dispensando-se a apresentação de quaisquer elementos de identificação. Os eleitores dirigir-se-ão à mesa de voto, onde darão a indicação do nome, votarão, sendo em seguida dada baixa no caderno.

5 — As presenças devem ser registadas em documento próprio, com termos de abertura e encerramento, assinado e rubricados em todas as folhas pela respectiva mesa, o qual constituirá parte integrante da respectiva acta.

6 — De tudo o que se passar durante o acto eleitoral será lavrada acta, que, depois de lida e aprovada pelos membros da mesa de voto, será assinada pela mesa e pelos delegados das listas.

ARTIGO 28.°

(Do voto por correspondência)

Haverá voto por correspondência dos trabalhadores dos diferentes estabelecimentos da empresa onde não funcionem mesas de voto. Sempre que for necessário recorrer a esta modalidade de voto, deve ter-se em atenção o seguinte:

a) Todos os votos são enviados para a sede da empresa;
b) O boletim de voto deve estar dobrado em quatro e contido em sobrescrito fechado;
c) Do referido sobrescrito conste o nome e a assinatura do eleitor;
d) Este sobrescrito deve ser introduzido noutro e endereçado à mesa de AGT eleitoral, onde deverá chegar até ao encerramento da urna.

ARTIGO 29.°

(Da mesa da AGT eleitoral)

1 — A cada mesa de voto não podem corresponder mais de 500 eleitores e constituir-se-ão mesas de voto em todos os estabelecimentos da empresa onde haja, pelo menos, 10 trabalhadores com direito a voto.

2 — As mesas de voto funcionarão todas no mesmo dia e à mesma hora.

3 — Cada mesa é constituída por um presidente e dois vogais, que dirigirão a respectiva votação.

4 — Cada lista concorrente pode designar um representante junto da mesa de voto, que terá funções de fiscalização e poderá apresentar, por escrito, os protestos e reclamações que julgar convenientes. O delegado de lista fica obrigado a assinar a acta.

ARTIGO 30.°

(Do apuramento dos resultados)

1 — As urnas fecharão à hora de encerramento da AGT eleitoral, procedendo-se de imediato ao escrutínio.

2 — São cosiderados votos nulos os boletins que:

a) Não sejam editados pela CE;
b) Contenham qualquer anotação;
c) Não tenham carimbo dos CTT, tratando-se de voto por correspondência, ou esse carimbo no envelope exterior tenha data e hora posteriores ao encerramento da AGT eleitoral;
d) A votação incida numa lista que, entretanto, tenha desistido de concorrer.

3 — Terminado o escrutínio, os membros das mesas localizadas fora da sede da empresa comunicarão, telefonicamente, à sede os resultados da respectiva votação, enviando no dia seguinte as correspondentes actas.

4 — O apuramento global dos resultados da votação é feito por uma comissão constituída pelos elementos da mesa em funcionamento na sede e pelos delegados das listas concorrentes ao acto eleitoral.

ARTIGO 31.°

(Da publicidade dos resultados da votação)

Os elementos de identificação dos membros eleitos para a CT ou subcomissões de trabalhadores, bem como a cópia da acta ou actas das respectivas eleições, serão patenteados, durante quinze dias a partir do conhecimento da acta de apuramento, no local ou locais em que a eleição tiver tido lugar e remetidos, dentro do mesmo prazo, pelo seguro do correio ou por protocolo, ao Ministério do Trabalho, para registo, e ao Ministério das Finanças, bem como aos órgãos de gestão da empresa.

ARTIGO 32.°

(Da impugnação das eleições)

No prazo de quinze dias, a contar da data da publicação dos resultados da eleição, conforme o preceituado no artigo anterior, poderá qualquer trabalhador com direito a voto, com fundamento na violação da lei, dos estatutos da comissão ou do regulamento eleitoral, impugnar a eleição perante o representante do Ministério Público da área da sede da empresa, por escrito, devidamente fundamentado e acompanhado das provas de que dispuser.

ARTIGO 33.°

(Da tomada de posse)

A tomada de posse dos órgãos eleitos verificar-se-á logo que expirados os prazos previstos nos artigos 31.° e 32.°

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

ARTIGO 34.°

(Da eleição da nova CT)

Com a entrada em vigor dos presentes estatutos, deve proceder-se à eleição, no prazo de trinta dias, de todos os órgãos representativos dos trabalhadores da empresa, salvo a comissão coordenadora das CT.

ARTIGO 35.°

(Da entrada em vigor dos estatutos)

Os presentes estatutos entram em vigor a partir de 18 de Dezembro de 1979.

ARTIGO 36.°

(Casos omissos)

Os casos omissos serão resolvidos em AGT.

Lisboa, 10 de Dezembro de 1979.

(Registados no Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 12.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.)

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA FIRMA NUNES DOS SANTOS & C.ª

ESTATUTOS

Sumário

Preâmbulo.
Título I — Organização, competência e direitos.

Capítulo I — Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

Secção I — Colectivo dos trabalhadores.
Secção II — Plenário — Natureza e competência.
Secção III — Plenário — Funcionamento.

Capítulo II — Comissão de trabalhadores.

Secção I — Natureza da CT.
Secção II — Atribuições, competência e deveres da CT.
Secção III — *Contrôle* de gestão.
Secção IV — Direitos instrumentais.
Secção V — Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT.
Secção VI — Enquadramento geral da competência e direitos.
Secção VII — Composição, organização e funcionamento da CT.

Título II — Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto.

Capítulo I — Eleição e destituição da CT.
Capítulo II — Outras deliberações por voto secreto.
Capítulo III — Disposições finais.

Preâmbulo

Os trabalhadores da empresa, no exercício dos direitos que são seus por força da Constituição e da lei;

Dispostos a reforçar a sua unidade e organização para defesa e promoção dos seus direitos e interesses de classe;

Conscientes de que a sua intervenção democrática na vida da empresa e a todos os níveis previstos é parte integrante do movimento organizado dos trabalhadores portugueses para levar à prática, defender e consolidar as grandes transformações democráticas resultantes da revolução do 25 de Abril e inscritas na Constituição da República;

Na perspectiva da criação de condições para o advento de uma economia e de uma sociedade socialistas, aprovaram os

ESTATUTOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

TÍTULO I

Organização, competência e direitos

CAPÍTULO I

Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

SECÇÃO I

Colectivo dos trabalhadores

ARTIGO 1.°

1 — O colectivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores permanentes da empresa.

2 — São trabalhadores permanentes os que prestam a sua actividade por força de um contrato de trabalho celebrado com a empresa, que não esteja sujeito ou condicionado por qualquer prazo ou termo.

3 — O colectivo dos trabalhadores organiza-se e actua pelas formas previstas nestes estatutos, e nele reside a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da empresa a todos os níveis.

ARTIGO 2.°

(Direitos e deveres dos trabalhadores enquanto membros do colectivo)

1 — Enquanto membros do colectivo, os trabalhadores exercem todos os direitos reconhecidos na Constituição, na lei, em outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores:

a) Subscrever a convocatória da votação para alteração dos estatutos, nos termos do artigo 89.°;
b) Subscrever, como proponente, propostas de alteração dos estatutos, nos termos do artigo 89.°;
c) Votar nas votações para alteração dos estatutos;
d) Exercer os direitos previstos nas alíneas anteriores relativamente às deliberações de adesão ou revogação da adesão da CT a comissões coordenadoras;
e) Subscrever a convocatória do acto eleitoral, nos termos do artigo 72.°;
f) Subscrever, como proponente, propostas de candidaturas às eleições, nos termos do artigo 73.°;
g) Eleger e ser eleito membro da CT;
h) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegado de candidatura, membro de mesa de voto ou membro da comissão eleitoral;
i) Subscrever a convocatória da votação para destituição da CT ou de membros desta, e subscrever como proponente as correspondentes propostas de destituição, nos termos do artigo 88.°;
j) Votar nas votações previstas na alínea anterior;
k) Subscrever o requerimento para convocação do plenário, nos termos do artigo 6.°;
l) Participar, votar, usar da palavra, subscrever propostas, requerimentos, pontos de ordem e outras formas de intervenção individual no plenário;
m) Eleger e ser eleito para a mesa do plenário e para quaisquer outras funções nele deliberadas;
n) Exercer quaisquer cargos, funções ou actividades em conformidade com as deliberações do colectivo;
o) Impugnar as votações realizadas por voto secreto e quaisquer outras deliberações do plenário, nos termos do artigo 87.°

3 — É garantida a igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores, com a proibição de qualquer discriminação baseada no sexo, raça, idade, função, posto de trabalho, categoria profissional, convicções políticas, sindicais e religiosas, etc.

4 — Os trabalhadores têm, em especial, o dever de contribuir activamente para a solidariedade dos trabalhadores e para o reforço do carácter democrático e de massas da sua intervenção na vida da empresa e a todos os níveis.

ARTIGO 3.°

(Órgãos do colectivo dos trabalhadores)

São órgãos do colectivo dos trabalhadores:

a) O plenário;
b) A comissão de trabalhadores (CT).

SECÇÃO II

Plenário — Natureza e competência

ARTIGO 4.°

(Plenário)

O plenário, no qual participam todos os trabalhadores permanentes da empresa, é a forma democrática de reunião e deliberação do colectivo dos trabalhadores definido no artigo 1.°

ARTIGO 5.°

(Competência do plenário)

Compete ao plenário:

a) Definir as bases programáticas e orgânicas do colectivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração dos estatutos da CT;
b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respectivo programa de acção;
c) Controlar a actividade da CT pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
d) Deliberar sobre a declaração da empresa em situação económica difícil.

SECÇÃO III

Plenário — Funcionamento

ARTIGO 6.°

(Competência para a convocatória)

1 — O plenário pode ser convocado pela comissão de trabalhadores, por iniciativa própria ou a requerimento de um mínimo de cem ou 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.

3 — A CT dexe fixar a data da reunião do plenário e proceder à sua convocatória no prazo máximo de vinte dias contados a partir da recepção do requerimento.

ARTIGO 7.°

(Prazo e formalidades da convocatória)

O plenário é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data da sua realização, por meio de anúncios colocados no local destinado à afixação de propaganda ou, no caso de este não existir, em dois dos locais mais frequentados pelos trabalhadores.

ARTIGO 8.°

(Reuniões do plenário)

1 — O plenário reúne ordinariamente, uma vez por ano, para:

a) Apreciação da actividade desenvolvida pela CT;
b) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas do colectivo dos trabalhadores e da CT.

2 — O plenário reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocado nos termos e com os requisitos previstos no artigo 6.°

ARTIGO 9.°

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente do colectivo dos trabalhadores.

2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível face à emergência, de modo a garantir o conhecimento a todos os trabalhadores e a presença do maior número possível.

3 — A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectiva convocatória, são da competência exclusiva da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 10.°

(Funcionamento do plenário)

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participem 10 % ou cem trabalhadores da empresa.

2 — Para a destituição da comissão de trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa, a participação mínima no plenário deve corresponder a 20 % dos trabalhadores da empresa.

3 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.
4 — O plenário é presidido pela CT.

ARTIGO 11.°

(Sistemas de votação em plenário)

1 — O voto é sempre directo.
2 — A votação faz-se por braços levantados exprimindo o voto a favor, o voto contra e a abstenção.
3 — O voto é secreto nas deliberações referentes às matérias constantes dos artigos 64.°, 65.° e 89.°, decorrendo essas votações nos termos da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, e pela forma indicada nos artigos 66.° a 88.° destes estatutos, com as necessárias adaptações para cada caso.

ARTIGO 12.°

(Discussão em plenário)

1 — São obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário as deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Destituição da CT ou dos seus membros;
b) Aprovação e alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral.

2 — A CT ou o plenário podem submeter à discussão qualquer deliberação que deva ser tomada por voto secreto.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Natureza da CT

ARTIGO 13.°

(Natureza da comissão de trabalhadores)

1 — A comissão de trabalhadores é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores para o exercício das atribuições, competência e direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei, ou outras normas aplicáveis, e nestes estatutos.
2 — Como forma de organização, expressão e actuação democrática do colectivo dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores exerce em nome próprio a competência e direitos referidos no número anterior.

ARTIGO 14.°

(Competência da CT)

1 — Compete à CT:

a) Exercer o *contrôle* de gestão na empresa;
b) Intervir directamente na reorganização da empresa ou dos seus estabelecimentos;
c) Intervir, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na reorganização de unidades produtivas dos correspondentes sectores de actividade económica;
d) Defender interesses profissionais e direitos dos trabalhadores;
e) Participar na gestão dos serviços sociais da empresa;
f) Participar directamente, ou por intermédio das comissões coordenadoras às quais aderir, na elaboração e *contrôle* da execução dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região Plano;
g) Participar na elaboração da legislação de trabalho;
h) Participar no exercício do poder local;
i) Participar, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na definição e execução da política nacional de alfabetização e educação de base de adultos;
j) Em geral, exercer todas as atribuições e competências que, por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos, lhe sejam reconhecidas.

2 — A CT pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

ARTIGO 15.°

(Relações com a organização sindical)

1 — O disposto no artigo anterior, em especial na alínea *d*) do n.° 1, entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização sindical dos trabalhadores da empresa.
2 — A competência da CT não deve ser utilizada para enfranquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa e dos respectivos delegados sindicais, comissões sindicais ou intersindicais, ou vice-versa, e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

ARTIGO 16.°

(Deveres da CT)

No exercício das suas atribuições e direitos, a CT tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe, de mobilização dos trabalhadores e de reforço da sua unidade;
b) Garantir e desenvolver a participação activa e democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção, *contrôle* e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;
c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência enquanto produtores e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;
d) Exigir da entidade patronal, do órgão de gestão da empresa e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com as CTs de outras empresas e comissões coordenadoras;
f) Cooperar, na base do reconhecimento da sua independência recíproca, com a organização sindical dos trabalhadores da empresa na prossecução dos objectivos comuns a todos os trabalhadores;
g) Assumir, ao seu nível de actuação, todas as responsabilidades que para as organizações dos trabalhadores decorrem da luta geral pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade sem classes.

SECÇÃO III

«Contrôle» de gestão

ARTIGO 17.°

(Natureza e conteúdo do «contrôle» de gestão)

1 — O *contrôle* de gestão visa proporcionar e promover, através da respectiva unidade e mobilização, a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral, para realização do objectivo constitucional de construção do poder democrático dos trabalhadores.
2 — O *contrôle* de gestão consiste no *contrôle* do colectivo dos trabalhadores sobre as decisões económicas e sociais da entidade patronal e sobre toda a actividade da empresa, para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores e garantia das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesas previstas na Constituição da República.
3 — O *contrôle* de gestão é exercido pela CT nos termos e segundo as formas previstos na Constituição da República, na lei, ou outras normas aplicáveis, e nestes estatutos.
4 — A entidade patronal e os órgãos de gestão da empresa estão proibidos por lei de impedir ou dificultar o exercício do *contrôle* de gestão nos termos legais aplicáveis.

5 — Tendo as suas atribuições e direitos por finalidade o *contrôle* das decisões económicas e sociais da entidade patronal e de toda a actividade da empresa, a CT, em conformidade com o n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, conserva a sua autonomia perante a entidade patronal, não assume poderes de gestão e, por isso, não se substitui aos órgãos e hierarquia administrativa, técnica e funcional da empresa nem com eles se co-responsabiliza.

SECÇÃO IV

Direitos instrumentais

ARTIGO 18.º

(Direitos instrumentais)

Para o exercício das suas atribuições e competência a CT goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 19.º

(Reuniões com o órgão de gestão da empresa)

1 — A CT tem o direito de reunir periodicamente com a gerência da empresa para discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.

2 — As reuniões realizam-se, pelo menos, uma vez por mês, mas deverão ter lugar sempre que necessário para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta assinada por todos os presentes.

ARTIGO 20.º

(Direito à informação)

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem, legalmente, deveres de informação vinculando não só a entidade patronal e o órgão de gestão da empresa mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as decisões relativamente às quais a CT tem o direito de intervir.

3 — O dever de informação que recai sobre a entidade patronal ou órgão de gestão da empresa abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Planos gerais de actividade e orçamentos;
b) Regulamentos internos;
c) Organização da produção e suas implicações no grau da utilização da mão-de-obra e do equipamento;
d) Situação de aprovisionamento;
e) Previsão, volume e administração de vendas;
f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e sua distribuição pelos diferentes escalões profissionais, regalias sociais, mínimos de produtividade e grau de absentecionismo;
g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e balancetes trimestrais;
h) Modalidades de financiamento;
i) Encargos fiscais e parafiscais;
j) Projectos de alteração do objecto e do capital social e projectos de reconversão da actividade produtiva da empresa.

4 — O disposto no número anterior não prejudica nem substitui as reuniões previstas no artigo 19.º nas quais a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas as informações necessárias à realização dos fins que as justificam.

5 — As informações previstas neste artigo são requeridas por escrito, pela comissão de trabalhadores ou pelos seus membros, ao órgão de gestão da empresa.

6 — Nos termos da lei, o órgão de gestão da empresa deve responder por escrito, prestando as informações requeridas no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 21.º

(Obrigatoriedade de parecer prévio)

1 — Nos termos da lei, são obrigatoriamente submetidos a parecer prévio da CT os seguintes actos e decisões:

a) Celebração de contratos de viabilização ou contratos-programa;
b) Dissolução da empresa ou pedido de declaração da sua falência;
c) Encerramento de estabelecimentos;
d) Quaisquer medidas de que resulte uma diminuição sensível dos efectivos humanos da empresa ou agravamento substancial das suas condições de trabalho;
e) Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da empresa;
f) Alteração nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da empresa;
g) Modificação dos critérios de base de classificação profissional e de promoções;
h) Mudança de local de actividade da empresa ou do estabelecimento;
i) Despedimento individual de trabalhadores;
j) Despedimento colectivo.

2 — O parecer é solicitado à CT, por escrito, pela gerência.

3 — A prática de qualquer dos actos referidos no n.º 1 sem que previamente tenha sido solicitado, de forma regular, o parecer da CT determina a respectiva nulidade nos termos gerais de direito.

4 — O parecer da CT é emitido por escrito e enviado à entidade que o tiver solicitado, dentro do prazo de quinze dias a contar da data da recepção do respectivo pedido, se não for concedido ou acordado prazo maior em atenção à extensão e complexidade da matéria.

5 — A inobservância do prazo aplicável nos termos do número anterior, tem como consequência a legitimação da entidade competente, para a prática do acto com dispensa do parecer prévio da CT.

ARTIGO 22.º

(«Contrôle» de gestão)

1 — Em especial, para a realização do *contrôle* de gestão a CT exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

a) Apreciar e emitir parecer sobre os orçamentos e planos económicos da empresa e respectivas alterações, bem como acompanhar e fiscalizar a sua correcta execução;
b) Zelar pela adequada utilização, pela empresa, dos recursos técnicos, humanos e financeiros;
c) Promover, junto dos órgãos de gestão e dos trabalhadores, medidas que contribuam para a melhoria qualitativa e quantitativa da comercialização, designadamente nos domínios da nacionalização dos circuitos comerciais, da actuação comercial e da simplificação burocrática;
d) Zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e do plano na parte relativa à empresa e ao sector respectivo;
e) Apresentar aos órgãos competentes da empresa sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
f) Participar, por escrito, aos órgãos de fiscalização da empresa ou às autoridades compentes, na falta de adequada actuação daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos estatutos da empresa ou às disposições imperativas do plano;
g) Defender junto dos órgãos de gestão e fiscalização da empresa e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores da respectiva empresa e dos trabalhadores em geral;
h) Pronunciar-se sobre a intervenção ou destituição do Estado na empresa.

2 — A competência da CT para o exercício do *contrôle* de gestão não pode ser delegada noutras entidades.

ARTIGO 23.°

1 — Em especial, para intervenção na reorganização das empresas a CT goza dos seguintes direitos:

a) O direito de ser previamente ouvida e de emitir parecer, nos termos e prazos previstos no artigo 21.°, sobre os planos ou projectos de reorganização referidos no número anterior;

b) O direito de ser informada sobre a evolução dos actos subsequentes;

c) O direito de ter acesso à formulação final dos instrumentos de reorganização e de sobre eles se pronunciar antes de oficializados;

d) O direito de reunir com os órgãos ou técnicos encarregados dos trabalhos preparatórios de reorganização;

e) O direito de emitir juízos críticos, de formular sugestões e de deduzir reclamações junto dos órgãos sociais da empresa ou das entidades legalmente competentes.

2 — A intervenção na reorganização de unidades produtivas a nível sectorial é feita por intermédio das comissões coordenadoras às quais a CT aderir, se estas integrarem comissões de trabalhadores da maioria das empresas do sector.

ARTIGO 24.°

(Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores)

Em especial, para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores a CT goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual; ter conhecimento do processo desde o seu início; controlar a respectiva regularidade, bem como a existência de justa causa, através da emissão de parecer prévio, tudo nos termos da legislação aplicável;

b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo, através de parecer prévio a dirigir ao órgão governamental competente nos termos da legislação aplicável;

c) Ser ouvida pela entidade patronal sobre a elaboração do mapa de férias na falta de acordo com os trabalhadores sobre a respectiva marcação;

d) Emitir os pareceres prévios previstos nas alíneas *d*), *e*), *f*), *g*) e *h*) do artigo 21.°;

e) Exercer os direitos previstos nas alíneas *c*) e *g*) do artigo 22.°;

f) Visar as folhas de ordenados e salários a enviar às instituições de previdência;

g) Fiscalizar o efectivo pagamento das contribuições para a Previdência, quer as devidas pela empresa, quer as descontadas nas retribuições dos trabalhadores;

h) Visar os mapas de quadros de pessoal (mapa anexo ao Decreto-Lei n.° 439/77, de 25 de Outubro).

ARTIGO 25.°

(Gestão dos serviços sociais)

1 — A CT participa na gestão do refeitório da empresa através de formas a definir posteriormente.

ARTIGO 26.°

(Participação na planificação económica)

1 — Em especial, para intervenção na planificação económica a nível sectorial e regional a CT tem direito a que lhe sejam fornecidos pelas competentes entidades todos os elementos e informações relativos aos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região Plano e de sobre eles emitir pareceres.

2 — Para os efeitos do número anterior, a CT credencia junto do Ministério competente três representantes por sector e igual número por região Plano (não é necessário serem membros da CT).

3 — Compete aos representantes credenciados receber os elementos e informações referidos no n.° 1 e sobre eles emitir parecer, segundo deliberação da CT, no prazo não inferior a trinta dias para o efeito fixado pelo Ministério competente.

4 — Os pareceres devem ser tidos em conta na elaboração dos planos económico-sociais e o seu conteúdo deve constar obrigatoriamente do preâmbulo dos diplomas que os aprovarem.

5 — Os direitos previstos neste artigo entendem-se sem prejuízo do direito que assiste às comissões coordenadoras sectoriais ou regionais, às quais a CT aderir, de terem assento, nos termos da legislação aplicável, nos órgãos de planificação sectorial ou regional.

ARTIGO 27.°

(Participação na elaboração da legislação do trabalho)

A participação da CT na elaboração da legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável, designadamente a Lei n.° 16/79, de 26 de Maio.

ARTIGO 28.°

(Outros direitos)

1 — No âmbito do exercício do poder local a CT participa na designação de representantes das comissões de trabalhadores para os conselhos municipais e conselhos regionais da respectiva área segundo as normas aplicáveis.

2 — A CT, em conjunto com as restantes comissões de trabalhadores do País, e por intermédio das comissões coordenadoras, participa na designação de um membro do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos — CNAEBA [artigo 5.°, n.° 2, alínea *e*), da Lei n.° 3/79, de 10 de Janeiro].

SECÇÃO V

Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT

ARTIGO 29.°

(Condições e garantias da actuação da CT)

As condições e garantias do exercício das atribuições e direitos da CT são definidas nos termos dos artigos seguintes

ARTIGO 30.°

(Tempo para o exercício do voto)

1 — Os trabalhadores, com vista às deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, devam ser tomadas por voto secreto, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento respectivo.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 31.°

(Reuniões na empresa)

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho, e sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades que, simultâneamente com a realização das reuniões, sejam assegurados por outros trabalhadores, em regime de turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limte de quinze horas por ano.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para efeitos dos n.os 2 e 3, a CT comunicará a realização das reuniões ao órgão de gestão da empresa com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

ARTIGO 32.°

(Acção da CT no interior da empresa)

1 — A CT tem o direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento.

ARTIGO 33.°

(Direito de afixação e de distribuição de documentos)

1 — A CT tem o direito de afixar todos os documentos e propaganda relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado para o efeito posto à sua disposição pela entidade patronal.

2 — A CT tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento.

ARTIGO 34.°

(Direito a instalações adequadas)

1 — A CT tem direito a instalações adequadas, no interior da empresa, para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CT pelo órgão de gestão da empresa.

ARTIGO 35.°

(Direito a meios materiais e técnicos)

A CT tem direito a obter do órgão de gestão da empresa os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 36.°

(Crédito de horas)

1 — Os trabalhadores da empresa que sejam membros das entidades a seguir indicadas dispõem, para o exercício das respectivas atribuições, do seguinte crédito de horas:

Comissões de trabalhadores — quarenta horas por mês;
Comissões coordenadoras — cinquenta horas por mês.

2 — Se um trabalhador for, simultaneamente, membro de mais do que uma das entidades previstas no n.° 1, tem direito ao crédito de horas mais elevado que lhe corresponda, em conformidade com este artigo, mas não pode acumular os créditos correspondentes aos vários órgãos.

3 — O crédito de horas permite ao trabalhador que dele beneficiar desenvolver, dentro ou fora do local de trabalho, a sua actividade de representante dos trabalhadores com diminuição correspondente do período normal de trabalho que lhe seja contratualmente aplicável, contando-se esse tempo, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 37.°

(Faltas de representantes dos trabalhadores)

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas, no exercício das suas atribuições e actividades, pelos trabalhadores da empresa que sejam membros da CT e de comissões coordenadoras.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda de retribuição correspondente ao período de ausência, mas não podem prejudicar quaisquer outros direitos, regalias e garantias do trabalhador.

ARTIGO 38.°

(Autonomia e independência da CT)

1 — A CT é independente do patronato, do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações patronais promoverem a constituição, manutenção e actuação da CT, ingerirem-se no seu funcionamento e actividade ou de qualquer modo influírem sobre a CT, designadamente através de pressões económicas ou de corrupção dos seus membros.

ARTIGO 39.°

(Solidariedade de classe)

Sem prejuízo da sua independência legal e estatutária, a CT pratica e tem direito a beneficiar, na sua acção, da solidariedade de classe que une nos mesmos objectivos fundamentais todas as organizações dos trabalhadores.

ARTIGO 40.°

(Proibição de actos de discriminação contra trabalhadores)

É proibido e considerado nulo e de nenhum efeito todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego de qualquer trabalhador à condição de este participar ou não nas actividades e órgãos, ou de se demitir dos cargos, previstos nestes estatutos;

b) Despedir, transferir ou, por qualquer modo, prejudicar um trabalhador por motivo das suas actividades e posições relacionadas com as formas de organização e intervenção dos trabalhadores previstas nestes estatutos.

ARTIGO 41.°

(Protecção dos trabalhadores contra sanções abusivas)

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de um trabalhador exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar qualquer dos direitos que lhe assistem em conformidade com os artigos 55.° e 56.° da Constituição, com a lei e outras normas aplicáveis sobre as comissões de trabalhadores e com estes estatutos.

2 — As sanções abusivas determinam as consequências previstas no Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho (artigos 33.° e 34.° da Lei do Contrato de Trabalho, Decreto-Lei n.° 49 408, de 24 de Novembro de 1969) e, se a sanção consistiu no despedimento, a indemnização não será inferior ao dobro da prevista na Lei dos Despedimentos (artigo 20.° do Decreto-Lei n.° 372-A/75, de 16 de Julho).

ARTIGO 42.°

(Protecção legal)

Os membros da CT e das comissões coordenadoras gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais.

ARTIGO 43.°

(Transferência de local de trabalho de representantes dos trabalhadores)

Os membros da CT e de comissões coordenadoras não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo e sem o prévio conhecimento da CT ou da comissão coordenadora respectiva.

ARTIGO 44.°

(Despedimentos de representantes dos trabalhadores)

1 — O despedimento de trabalhadores que sejam membros da CT, ou de comissões coordenadoras, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu termo, está sujeito ao disposto nos números seguintes.

2 — Elaborado o processo disciplinar nos termos da lei aplicável, o despedimento só pode ter lugar por meio de acção judicial, se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador interessado e a respectiva CT.

3 — A inobservância do disposto nos números anteriores determina a nulidade do despedimento.

4 — No caso referido no número anterior, o trabalhador tem direito às prestações pecuniárias que deveria ter normalmente auferido desde a data do despedimento até à data da sentença bem como à reintegração na empresa no respectivo cargo ou posto de trabalho e com a antiguidade correspondente.

5 — Em substituição da reintegração, o trabalhador pode optar pela indemnização correspondente ao dobro daquela que lhe caberia nos termos da lei e nunca inferior à retribuição correspondente a doze meses de serviço.

ARTIGO 45.°

(Suspensão preventiva de representantes dos trabalhadores)

1 — A suspensão preventiva de algum dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada por escrito ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção do trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a entidade patronal não pode, em nenhum caso, impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa.

ARTIGO 46.°

(Responsabilidade da entidade patronal)

1 — Por força do artigo 4.° da Lei n.° 98/79, de 9 de Outubro, a violação dos n.°s 1 e 2 do artigo 47.° e do artigo 48.° é punida com multa de 10 000$ a 1 000 000$.

2 — Por força da mesma disposição legal, os administradores, directores ou gerentes e os titulares de lugares de chefia responsáveis pelos actos referidos no número anterior são punidos com a pena de prisão de três dias a dois anos.

ARTIGO 47.°

(Exercício da acção disciplinar contra representantes dos trabalhadores)

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a algum dos representantes referidos no artigo 44.° de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até cinco anos após o seu termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra algum dos representantes referidos no número anterior, por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por violação do dever de sigilo, está sujeito ao *contrôle* judicial nos termos do artigo 44.°

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e tramitação do processo judicial, o representante visado mantém-se em actividade, não podendo ser prejudicado, quer na sua actividade profissional quer nas suas funções no órgão a que pertença.

SECÇÃO VI

Enquadramento geral da competência e direitos

ARTIGO 48.°

(Capacidade judiciária)

1 — A CT tem capacidade judiciária, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos direitos dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A CT goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a CT em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 58.°

ARTIGO 49.°

(Tratamento mais favorável)

Nos termos gerais de direito do trabalho, as atribuições, competência, direitos e garantias reconhecidos ao colectivo dos trabalhadores e à CT, bem como aos respectivos membros, podem ser alargados por convenção colectiva, acordo de empresa ou usos da empresa que estabeleçam um regime mais favorável, desde que não contrariem normas legais imperativas de conteúdo proibitivo ou limitativo.

ARTIGO 50.°

(Natureza e valor das normas estatutárias)

As normas estatutárias referentes a direitos e garantias da CT e dos seus membros e dos trabalhadores em geral, nomeadamente na parte em que pressupõem obrigações e deveres da entidade patronal e de entidades públicas, reproduzem as normas constitucionais e legais aplicáveis, nas quais reside a força vinculativa para entidades estranhas ao colectivo dos trabalhadores.

SECÇÃO VII

Composição, organização e funcionamento da CT

ARTIGO 51.°

(Sede)

A sede da CT localiza-se em

ARTIGO 52.°

(Composição)

A CT é composta por cinco elementos.

ARTIGO 53.°

1 — O mandato da CT é de dois anos.

2 — A CT entra em exercício no dia posterior à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 54.°

(Perda do mandato)

1 — Perde o mandato o membro da CT que faltar injustificadamente a duas reuniões seguidas ou três interpoladas.

2 — A substituição faz-se por iniciativa da CT nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO 55.°

(Regras a observar em caso de destituição da CT ou da vacatura de cargos)

1 — Em caso de renúncia, destituição ou perda de mandato de membros da CT, a substituição faz-se pelo elemento mais votado da lista a que pertencia o membro a substituir, sucessivamente, incluindo os suplentes, se os houver.

2 — Se a destituição for global ou se, por efeito de renúncias, destituições ou perdas de mandato, o número de membros da CT ficar reduzido a menos de metade, o plenário elege uma comissão provisória a quem incumbe a promoção de novas eleições no prazo máximo de sessenta dias.

3 — As posições que, segundo a lei, devam ser tomadas em nome da CT, dentro de prazo que expire antes da entrada em funções da nova CT, serão subscritas pela CT destituída, segundo a orientação a definir pelo plenário.

ARTIGO 56.°

(Delegação de poderes entre membros da CT)

1 — É lícito a qualquer membro da CT delegar noutro a sua competência; mas essa delegação só produz efeitos numa única reunião.

2 — Em caso de gozo de férias ou impedimento de duração não superior a um mês, a delegação de poderes produz efeitos durante o período indicado.
3 — A delegação de poderes está sujeita a forma escrita, devendo indicar-se expressamente os fundamentos, prazo e identificação do mandatário.

ARTIGO 57.°

(Coordenação da CT)

1 — A actividade da CT é coordenada por um secretariado composto por dois membros, eleitos na primeira reunião após a investidura.
2 — Compete ao secretariado elaborar as convocatórias das reuniões e as respectivas ordens de trabalhos, secretariar as reuniões e dar execução às deliberações tomadas de que não fiquem incumbidos outros membros da CT.

ARTIGO 58.°

(Poderes para obrigar a CT)

Para obrigar a CT são necessárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros em efectividade de funções.

ARTIGO 59.°

(Deliberações da CT)

As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidas desde que nelas participe a maioria absoluta dos membros da CT.

ARTIGO 60.°

(Reuniões da CT)

1 — A CT reúne ordinariamente de quinze em quinze dias.
2 — Pode haver reuniões extraordinárias sempre que:

a) Ocorram motivos justificativos;
b) A requerimento de, pelo menos, um terço dos membros, com prévia indicação da ordem de trabalhos.

3 — Pode haver reuniões de emergência sempre que se verifiquem factos que exijam tomada de posição urgente.

ARTIGO 61.°

(Convocatória das reuniões)

1 — A convocatória é feita pelo secretariado coordenador, que faz distribuir a respectiva ordem de trabalhos por todos os seus membros.
2 — Nas reuniões de emergência será dado prévio conhecimento da ordem de trabalhos a todos os membros da CT.

ARTIGO 62.°

(Prazos de convocatória)

1 — As reuniões ordinárias têm lugar em dias, horas e locais prefixados na primeira reunião da CT.
2 — As reuniões extraordinárias são convocadas com a antecedência mínima de cinco dias.
3 — A convocatória das reuniões de emergência não está sujeita a prazo.

ARTIGO 63.°

(Financiamento da CT)

1 — Constituem receitas da CT:

a) As contribuições voluntárias dos trabalhadores;
b) O produto de iniciativas de recolha de fundos;
c) O produto de venda de documentos e outros materiais editados pela CT.

2 — A CT submete anualmente à apreciação do plenário as receitas e despesas da sua actividade.

SECÇÃO IX

Comissões coordenadoras

ARTIGO 64.°

A CT aderirá às comissões coordenadoras do sector ou subsector de actividade económica em que a empresa está inserida, ou ainda a comissões coordenadoras de âmbito regional, que se venham a formar e cujos estatutos serão aprovados, nos termos da lei, pelas comissões de trabalhadores interessadas.

TÍTULO II

Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto

CAPÍTULO I

Eleição da CT

ARTIGO 65.°

A CT é eleita de entre as listas apresentadas pelos trabalhadores permanentes da empresa, regendo-se o acto eleitoral pelas normas deste capítulo.

ARTIGO 66.°

(Capacidade eleitoral)

São eleitores e elegíveis os trabalhadores permanentes da empresa definidos no artigo 1.°

ARTIGO 67.°

(Princípios gerais sobre o voto)

1 — O voto é directo e secreto.
2 — É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho, por motivo de serviço, e dos que estejam em gozo de férias.
3 — A conversão dos votos em mandato faz-se de harmonia com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

ARTIGO 68.°

(Caderno eleitoral)

1 — A CT elabora e mantém permanentemente actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando os trabalhadores pelo nome, categoria profissional, posto de trabalho e data de admissão na empresa.
2 — O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto secreto e está aberto à consulta de todos os interessados.

ARTIGO 69.°

(Comissão eleitoral)

1 — O processo eleitoral é dirigido por uma comissão eleitoral constituída por três elementos da CT, um dos quais é presidente, e por um delegado de cada uma das candidaturas.
2 — Os delegados são designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas.

ARTIGO 70.°

(Data da eleição)

A eleição tem lugar até dez dias antes do termo do mandato de cada CT.

ARTIGO 71.°

(Convocatória da eleição)

1 — O acto eleitoral é convocado com a antecedência mínima de trinta dias sobre a respectiva data.

2 — A convocatória menciona expressamente o dia, local, horário e objecto da votação.

3 — A convocatória é afixada nos locais usuais para afixação de documentos de interesse para os trabalhadores e nos locais onde funcionarão mesas de voto e difundida pelos meios adequados, de modo a garantir a mais ampla publicidade.

4 — Uma cópia da convocatória é remetida pela entidade convocante ao(s) órgão(s) de gestão da empresa, na mesma data em que for tornada pública, por meio de carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo.

ARTIGO 72.°

(Quem pode convocar o acto eleitoral)

1 — O acto eleitoral é convocado pela CT.

2 — O acto eleitoral pode ser convocado por 10 % ou cem trabalhadores permanentes da empresa, caso a CT deixe passar os prazos previstos nestes estatutos sem convocar ou promover a eleição.

ARTIGO 73.°

(Candidaturas)

1 — Podem propor listas de candidatura à eleição os trabalhadores inscritos no caderno eleitoral, em número mínimo de 10 % ou cem.

2 — Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.

3 — As listas para cada um dos órgãos a eleger devem ser completas.

4 — As candidaturas podem identificar-se por uma designação ou lema e por um símbolo gráfico.

ARTIGO 74.°

(Apresentação de candidaturas)

1 — As candidaturas são apresentadas até vinte dias antes da data marcada para o acto eleitoral.

2 — A apresentação consiste na entrega da lista à comissão eleitoral, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por todos os candidatos, e subscrita nos termos do artigo 73.° pelos proponentes.

3 — A comissão eleitoral entrega aos apresentantes um recibo com a data e a hora da apresentação e regista essa mesma data e hora no original recebido.

4 — Todas as candidaturas têm o direito de fiscalizar, no acto de apresentação, toda a documentação recebida pela comissão eleitoral para os efeitos deste artigo.

ARTIGO 75.°

(Rejeição de candidaturas)

1 — A comissão eleitoral deve rejeitar de imediato as candidaturas entregues fora do prazo ou que não venham acompanhadas da documentação exigida no artigo anterior.

2 — A comissão eleitoral dispõe do prazo máximo de quatro dias a contar da data da apresentação para apreciar a regularidade formal e a conformidade da candidatura com estes estatutos.

3 — As irregularidades e violações a estes estatutos, detectadas, podem ser supridas pelos proponentes, para o efeito notificados pela comissão eleitoral no prazo máximo de dois dias a contar da respectiva notificação.

4 — As candidaturas que, findo o prazo referido no número anterior, continuarem a apresentar irregularidades e a violar o disposto nestes estatutos são definitivamente rejeitadas por meio de declaração escrita com indicação dos fundamentos, assinada pela comissão eleitoral e entregue aos proponentes.

ARTIGO 76.°

(Aceitação de candidaturas)

1 — Até ao oitavo dia anterior à data marcada para o acto eleitoral, a comissão eleitoral publica, por meio de afixação nos locais indicados no n.° 3 do artigo 71.°, a aceitação de candidaturas.

2 — As candidaturas aceites são identificadas por meio de letra, que funcionará como sigla, atribuída pela comissão eleitoral a cada uma delas, por ordem cronológica de apresentação, com início na letra A.

ARTIGO 77.°

(Campanha eleitoral)

1 — A campanha eleitoral visa o esclarecimento dos eleitores e tem lugar entre a data de afixação da aceitação de candidaturas e a data marcada para a eleição, de modo a que, nesta última, não haja propaganda.

2 — As despesas com a propaganda eleitoral são custeadas pelas respectivas candidaturas.

3 — As candidaturas devem acordar entre si o montante máximo das despesas a efectuar, de modo a assegurar-se a igualdade de oportunidades e de tratamento entre todas elas.

4 — As candidaturas fornecem, até cinco dias após a data da eleição, as contas da respectiva campanha à comissão eleitoral que torna públicas as contas gerais, discriminadas por cada candidatura.

ARTIGO 78.°

(Local e horário da votação)

1 — A votação efectua-se no local e durante as horas de trabalho.

2 — A votação inicia-se, pelo menos, trinta minutos antes do começo e termina, pelo menos, sessenta minutos depois do fim do período de funcionamento da empresa ou estabelecimento.

3 — Os trabalhadores têm direito de votar durante o período normal de trabalho que lhes seja contratualmente aplicável.

ARTIGO 79.°

(Mesas de voto)

Haverá uma mesa de voto na empresa.

ARTIGO 80.°

(Composição e forma de designação das mesas de voto)

1 — As mesas são compostas por um presidente e dois vogais escolhidos de entre os trabalhadores com direito a voto.

2 — Os membros da mesa de voto são designados pela comissão eleitoral de entre:

a) Membros da CT;
b) Trabalhadores mais idosos.

3 — Cada candidatura tem direito de designar um delegado junto de cada mesa de voto para acompanhar e fiscalizar todas as operações.

ARTIGO 81.°

(Boletins de voto)

1 — O voto é expresso em boletins de voto de forma rectangular e com as mesmas dimensões para todas as listas, impressos em papel da mesma cor, liso e não transparente.

2 — Em cada boletim são impressas as designações das candidaturas submetidas a sufrágio e as respectivas siglas e símbolos, se todas as tiverem.

3 — Na linha correspondente a cada candidatura figura um quadrado em branco destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.

4 — A impressão de votos fica a cargo da comissão eleitoral que assegura o seu fornecimento às mesas na quantidade necessária e suficiente, de modo a que a votação possa iniciar-se dentro do horário previsto.

5 — A comissão eleitoral envia, com a antecedência necessária, boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência.

ARTIGO 82.°

(Acto eleitoral)

1 — Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto eleitoral.
2 — Antes do início da votação, o presidente da mesa mostra aos presentes a urna aberta de modo a certificar que ela não está viciada, findo o que a fecha, procedendo à respectiva selagem com lacre.
3 — Em local afastado da mesa o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente ao projecto em que vota, dobra o boletim de voto em quatro e entrega-o ao presidente da mesa, que o introduz na urna.
4 — As presenças no acto de votação devem ser registadas em documento próprio, mediante a assinatura do votante, a qual, sendo aquele analfabeto, pode ser substituída por impressão digital, cabendo, nesse caso, ao presidente da mesa registar o nome do votante.
5 — O registo de presenças contém um termo de abertura e um termo de encerramento, com indicação do número total de páginas, e é assinado e rubricado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a constituir parte integrante da respectiva acta.
6 — A mesa, acompanhada pelos delegados das candidaturas, pode fazer circular a urna pela área do estabelecimento que lhe esteja atribuída a fim de recolher os votos dos trabalhadores.
7 — Os elementos da mesa votam em último lugar.

ARTIGO 83.°

(Votação por correspondência)

1 — Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral, até vinte e quatro horas antes do fecho da votação.
2 — A remessa é feita por carta registada, com indicação do nome do remetente, dirigida à comissão de trabalhadores da empresa, com a menção «comissão eleitoral», e só por esta pode ser aberta.
3 — O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim de voto em quatro, introduzindo-o num envelope que fechará, assinalando-o com os dizeres «voto por correspondência» e introduzindo-o, por sua vez, no envelope que enviará pelo correio.
4 — Depois de terem votado os elementos da mesa do local onde funcione a comissão eleitoral esta procede à abertura do envelope exterior, regista em seguida no registo de presenças o nome do trabalhador com a menção «voto por correspondência» e, finalmente, entrega o envelope interior ao presidente da mesa que, abrindo-o, faz de seguida a introdução do boletim na urna.

ARTIGO 84.°

(Valor dos votos)

1 — Considera-se voto em branco o do boletim de voto que não tenha sido objecto de qualquer tipo de marca.
2 — Considera-se voto nulo o do boletim de voto:

a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;
b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido da votação ou não tenha sido admitida;
c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

3 — Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do votante.
4 — Considera-se ainda como voto em branco o voto por correspondência quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas no artigo 107.° ou seja recebido em envelopes que não estejam devidamente fechados.

ARTIGO 85.°

(Abertura das urnas e apuramento)

1 — A abertura das urnas e o apuramento final têm lugar simultaneamente em todas as mesas e locais de votação, e são públicos.
2 — De tudo o que se passar em cada mesa de voto é lavrada acta, que, depois de lida em voz alta e aprovada pelos membros da mesa, é por eles assinada no final e rubricada em todas as páginas, fazendo parte integrante dela o registo de presenças.
3 — Uma cópia de cada acta referida no número anterior é afixada junto do respectivo local de votação durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento respectivo.
4 — O apuramento global é realizado com base nas actas das mesas de voto (se houver várias) pela comissão eleitoral.
5 — A comissão eleitoral lavra uma acta de apuramento global, com as formalidades previstas no n.° 2.
6 — A comissão eleitoral, seguidamente, proclama os eleitos.

ARTIGO 86.°

(Publicidade)

1 — Durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento e proclamação é afixada a relação dos eleitos e uma cópia da acta de apuramento global no local ou locais em que a votação se tiver realizado.
2 — Dentro do prazo referido no número anterior, a comissão eleitoral envia ao Ministério da tutela, bem como aos órgãos de gestão da empresa, por carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo, os seguintes elementos:

a) Relação dos eleitos, identificados pelo nome, idade, categoria profissional, posto de trabalho e local de trabalho;
b) Cópia da acta de apuramento global.

ARTIGO 87.°

(Recursos para impugnação da eleição)

1 — Qualquer trabalhador com direito a voto tem direito de impugnar a eleição com fundamento em violação da lei ou destes estatutos.
2 — O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido, por escrito, ao plenário que o aprecia e delibera.
3 — O disposto no número anterior não prejudica o direito de qualquer trabalhador com direito a voto impugnar a eleição, com os fundamentos indicados no n.° 1, perante o representante do Ministério Público da área da sede da empresa.
4 — O requerimento previsto no n.° 3 é escrito, devidamente fundamentado e acompanhado das provas disponíveis, e pode ser apresentado no prazo máximo de quinze dias a contar da publicação dos resultados da eleição.
5 — O processo segue os trâmites previstos no n.ºs 2 e 3 do artigo 8.° da Lei n.° 46/79.
6 — O trabalhador impugnante pode intentar directamente a acção em tribunal se o representante do Ministério Público o não fizer no prazo de sessenta dias a contar da recepção do requerimento referido no n.° 4.
7 — Das deliberações da comissão eleitoral cabe recurso para o plenário se, por violação destes estatutos e da lei, elas tiverem influência no resultado da eleição.
8 — Só a propositura da acção pelo representante do Ministério Público suspende a eficácia do acto impugnado.

ARTIGO 88.°

(Destituição da CT)

1 — A CT pode ser destituída a todo o tempo por deliberação dos trabalhadores permanentes da empresa.
2 — Para a deliberação de destituição exige-se maioria dos votantes.
3 — A votação é convocada pela CT a requerimento de, pelo menos, 10 % ou cem trabalhadores permanentes da empresa.
4 — Os requerentes podem convocar directamente a votação, nos termos dos artigos 71.° e 72.°, se a CT o não fizer no prazo máximo de quinze dias a contar da data de recepção do requerimento.

5 — O requerimento previsto no n.º 3 e a convocatória devem conter a indicação sucinta dos fundamentos invocados.

6 — A proposta de destituição é subscrita, no mínimo, por 10 % ou cem trabalhadores permanentes e deve ser fundamentada.

7 — A deliberação é precedida de discussão em plenário, nos termos do artigo 14.º

8 — No mais aplicam-se à deliberação, com as adaptações necessárias, as regras referentes à eleição da CT.

CAPÍTULO II

Outras deliberações por voto secreto

ARTIGO 89.º

(Alteração dos estatutos)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, às deliberações para alteração destes estatutos aplicam-se, com as necessárias adaptações, e segundo o artigo 10.º, n.º 1, da Lei n.º 46/79, as regras do capítulo I do título II (regulamento eleitoral para a CT).

2 — Para a deliberação prevista no número anterior exige-se maioria simples de votantes.

ARTIGO 90.º

(Adesão ou revogação da adesão a comissões coordenadoras)

As deliberações para adesão ou revogação da adesão da CT a comissões coordenadoras são tomadas segundo as regras do capítulo I do título II (regulamento eleitoral para a CT), com as necessárias adaptações.

ARTIGO 91.º

(Outras deliberações por voto secreto)

As regras constantes do capítulo I do título II (regulamento eleitoral para a CT) aplicam-se, com as necessárias adaptações, a quaisquer outras deliberações que devem ser tomadas por voto secreto.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 92.º

(Adaptação do regulamento eleitoral para outras deliberações por voto secreto)

1 — Caso seja necessário, a CT elabora regulamentos específicos para as deliberações por voto secreto previstas nos artigos 89.º a 91.º, adaptando as regras constantes do capítulo I do título II, com observância do disposto na Lei n.º 46/79.

2 — Os regulamentos de adaptação previstos no número anterior são, obrigatoriamente, aprovados pelo plenário.

ARTIGO 93.º

(Entrada em vigor)

1 — Estes estatutos entram em vigor no dia imediato à afixação da acta de apuramento global da votação que sobre eles recair.

2 — A eleição da nova CT rege-se pelo disposto nestes estatutos.

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, S. A. R. L.

Sumário

Título I — Organização, competência e direitos.

Capítulo I — Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização.

Secção I — Colectivo dos trabalhadores.
Secção II — Plenário — natureza e competência.
Secção III — Plenário — funcionamento.

Capítulo II — Comissão de trabalhadores.

Secção I — Natureza da CT.
Secção II — Atribuições, competência e deveres da CT.
Secção III — *Contrôle* de gestão.
Secção IV — Direitos instrumentais.
Secção V — Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT.
Secção VI — Enquadramento geral da competência e direitos.
Secção VII — Composição, organização e funcionamento da CT.
Secção VIII — Subcomissão(ões) de trabalhadores.
Secção IX — Comissões coordenadoras.

Título II — Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto.

Capítulo I — Eleição e destituição da CT e da(s) subcomissão(ões) de trabalhadores.
Capítulo II — Outras deliberações por voto secreto.
Capítulo III — Disposições finais

Preâmbulo

Os trabalhadores da empresa Fábrica de Loiça de Sacavém, S. A. R. L., no exercício dos direitos que são seus por força da Constituição e da lei;

Dispostos a reforçar a sua unidade e organização para defesa e promoção dos seus direitos e interesses de classe;

Conscientes de que a sua intervenção democrática na vida da empresa, e a todos os níveis previstos, é parte integrante do movimento organizado dos trabalhadores portugueses para levar à prática, defender e consolidar as grandes transformações democráticas resultantes da Revolução do 25 de Abril, e inscritas na Constituição da República;

Na perspectiva da criação de condições para o advento de uma economia e de uma sociedade socialista:

Aprovaram os estatutos da comissão de trabalhadores.

ESTATUTOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

TÍTULO I

Organização, competência e direitos

CAPÍTULO I

Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

SECÇÃO I

Colectivo dos trabalhadores

ARTIGO 1.°

(Colectivo dos trabalhadores)

1 — O colectivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores permanentes da empresa.

2 — São trabalhadores permanentes os que prestam a sua actividade por força de um contrato de trabalho celebrado com a empresa.

3 — Não fazem parte do colectivo, para os efeitos destes estatutos, ainda que prestem trabalho no mesmo local, os trabalhadores de empresas vinculadas por contratos de empreitadas ou de subempreitadas com a empresa Fábrica de Loiça de Sacavém, S. A. R. L.

4 — O colectivo dos trabalhadores organiza-se e actua pelas formas previstas nestes estatutos e nele reside a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da empresa a todos os níveis.

ARTIGO 2.°

(Direitos e deveres dos trabalhadores enquanto membros do colectivo)

1 — Enquanto membros do colectivo, os trabalhadores exercem todos os direitos reconhecidos na Constituição, na lei, em outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores:

a) Subscrever a convocatória da votação para a alteração dos estatutos, nos termos do artigo 102.°;
b) Subscrever, como proponente, propostas de alteração dos estatutos, nos termos do artigo 102.°;
c) Votar nas votações para alteração dos estatutos;
d) Exercer os direitos previstos nas alíneas anteriores relativamente às deliberações de adesão ou revogação da CT a comissões coordenadoras;
e) Subscrever a convocatória do acto eleitoral, nos termos do artigo 82.°;
f) Subscrever, como proponente, propostas de candidaturas às eleições, nos termos do artigo 83.°;
g) Eleger e ser eleito membro da CT ou de subcomissões de trabalhadores;
h) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegado de candidatura, membro de mesa de voto ou membro da comissão eleitoral;
i) Subscrever a convocatória da votação para destituição da CT ou de subcomissões de trabalhadores, ou de membros desta, e subscrever como proponente as correspondentes propostas de destituição, nos termos do artigo 99.°;
j) Votar nas votações previstas na alínea anterior;
k) Eleger e ser eleito representante dos trabalhadores no órgão de gestão ou nos restantes órgãos estatutários da empresa;
l) Subscrever o requerimento para convocação do plenário, nos termos do artigo 7.°;
m) Participar, votar, usar da palavra, subscrever propostas, requerimentos, pontos de ordem e outras formas de intervenção individual no plenário;
n) Eleger e ser eleito para a mesa do plenário e para quaisquer outras funções nele deliberadas;
o) Exercer qualquer cargo, funções ou actividades em conformidade com as deliberações do colectivo;
p) Impugnar as votações realizadas por voto secreto e quaisquer outras deliberações do plenário, nos termos do artigo 98.°

3 — O exercício de certos direitos pelos trabalhadores individualmente considerados poderá ser condicionado por estes estatutos, pela exigência de um mínimo de duração do respectivo contrato de trabalho com a empresa

4 — É garantida a igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores, com a proibição de qualquer discriminação baseada no sexo, raça, idade, função, posto de trabalho, categoria profissional, convicções políticas, sindicais e religiosas, etc.

5 — Os trabalhadores têm, em especial, o dever de contribuir activamente para a solidariedade dos trabalhadores e para o reforço do carácter democrático e de massas da sua intervenção na vida da empresa e a todos os níveis.

ARTIGO 3.°

(Órgão do colectivo dos trabalhadores)

São órgãos do colectivo dos trabalhadores:

a) O plenário;
b) A comissão de trabalhadores (CT).

SECÇÃO II

Plenário — Natureza e competência

ARTIGO 4.°

(Plenário)

O plenário, no qual participam todos os trabalhadores permanentes da empresa, é a forma democrática de reunião e deliberação do colectivo dos trabalhadores, definido no artigo 1.°

ARTIGO 5.°

(Competência do plenário)

Compete ao plenário:

a) Definir as bases programáticas e orgânicas do colectivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração dos estatutos da CT;
b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respectivo programa de acção;
c) Controlar a actividade da CT pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
d) Eleger e destituir a todo o tempo os representantes dos trabalhadores no órgão de gestão;
e) Controlar a actividade dos representantes referidos na alínea anterior, pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
f) Deliberar sobre a declaração da empresa em situação económica difícil.

ARTIGO 6.°

(Plenário descentralizado)

O plenário reúne no mesmo dia e com a mesma ordem de trabalhos em todos os estabelecimentos da empresa, sendo a maioria necessária para as deliberações aferida relativamente à totalidade dos votos expressos no conjunto dessas reuniões.

SECÇÃO III

Plenário — Funcionamento

ARTIGO 7.°

(Competência para a convocatória)

1 — O plenário pode ser convocado pela comissão de trabalhadores, por iniciativa própria ou a requerimento de um mínimo de 100 ou 10 % dos trabalhadores permanentes na empresa.

2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.

3 — A CT deve fixar a data da reunião do plenário e proceder à sua convocatória, no prazo máximo de vinte dias contados a partir da recepção do requerimento.

ARTIGO 9.°

(Reuniões do plenário)

1 — O plenário reúne ordinariamente, uma vez por ano, para:

a) Apreciação da actividade desenvolvida pela CT;
b) Apreciação da actividade dos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa;
c) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas do colectivo dos trabalhadores e da CT.

2 — O plenário reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocado, nos termos e com os requisitos previstos no artigo 7.°

ARTIGO 10.°

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente do colectivo dos trabalhadores.

2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível, face à emergência, de modo a garantir o conhecimento a todos os trabalhadores e a presença do maior número possível.

3 — A definição da natureza urgente do plenário bem como a respectiva convocatória são da competência exclusiva da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 11.°

(Plenários de âmbito limitado)

Poder-se-ão realizar plenários (departamentais, de estabelecimento, de secção, de obra, etc.) que deliberarão sobre:

a) Assuntos de interesse específico para o respectivo âmbito (estabelecimento, departamento, obra, etc.);
b) Questões atinentes à competência delegada da subcomissão de trabalhadores do âmbito considerado (estabelecimento, departamento, etc.).

ARTIGO 12.°

(Funcionamento do plenário)

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participem 10 % ou 100 trabalhadores da empresa.

2 — Para a destituição da comissão de trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa, a participação mínima no plenário deve corresponder a 20 % dos trabalhadores da empresa

3 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.

4 — Exige-se maioria qualificada de dois terços dos votantes para as seguintes deliberações:

a) Destituição da comissão de trabalhadores ou dos seus membros;
b) Alteração de estatutos.

5 — O plenário é presidido pela CT e pela subcomissão de trabalhadores no respectivo âmbito

ARTIGO 13.°

(Sistemas de votação em plenário)

1 — O voto é sempre directo.

2 — A votação faz-se por braços levantados exprimindo o voto a favor, o voto contra e a abstenção.

3 — O voto é secreto nas votações referentes às matérias constantes no título II, decorrendo essas votações nos termos da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, e pela forma indicada nos artigos 2.° a 5.° destes estatutos.

4 — O plenário ou a CT podem submeter outras matérias ao sistema de votação previsto no número anterior

ARTIGO 14.°

(Discussão em plenário)

1 — São obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário as deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Destituição da CT ou dos seus membros, de subcomissões de trabalhadores ou dos seus membros;
b) Aprovação e alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral.

2 — A CT ou o plenário podem submeter à discussão qualquer deliberação que deva ser tomada por voto secreto.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Natureza da CT

ARTIGO 15.°

(Natureza da comissão de trabalhadores)

1 — A comissão de trabalhadores é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores para o exercício das atribuições, competência e direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei ou outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — Como forma de organização, expressão e actuação democrática do colectivo dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores exerce em nome próprio a competência e direitos referidos no número anterior.

ARTIGO 16.°

(Competência da CT)

1 — Compete à CT:

a) Exercer o *contrôle* de gestão na empresa;
b) Intervir directamente na reorganização da empresa ou dos seus estabelecimentos ou outras unidades produtivas;
c) Intervir, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na reorganização de unidades produtivas dos correspondentes sectores de actividade económica;
d) Defender interesses profissionais e interesses dos trabalhadores;
e) Participar, quando a CT achar conveniente, na gestão dos serviços sociais da empresa;
f) Participar directamente, ou por intermédio das comissões coordenadoras às quais aderir, na elaboração e *contrôle* da execução dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região-plano;
g) Participar na elaboração da legislação de trabalho;
h) Participar no exercício do poder local;

i) Participar, através das comissões coordenadoras às quais aderir, na definição e execução da política nacional de alfabetização e educação de base de adultos;

j) Em geral, exercer todas as atribuições e competências que, por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos, lhe sejam reconhecidas.

2 — A CT pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

Sem prejuízo da competência da comissão de trabalhadores, o plenário deve pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

a) Celebração de contratos de viabilização ou contratos-programa;

b) Dissolução da empresa ou pedido de declaração da sua falência;

c) Encerramento de estabelecimentos ou linhas de produção;

d) Alterações nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou parte dos trabalhadores da empresa;

e) Mudança de local de actividade da empresa ou estabelecimento;

f) Aprovação dos estatutos da empresa;

g) Apreciar os orçamentos e planos da empresa em particular os de produção e respectivas alterações.

ARTIGO 17.°

(Relações com a organização sindical)

1 — O disposto no artigo anterior, em especial a alínea *d*) do n.° 1, entende-se sem prejuízo das atribuições e competência da organização dos trabalhadores da empresa.

2 — A competência da CT não deve ser utilizada para enfraquecer a situação dos sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa e dos respectivos delegados sindicais, comissões sindicais ou intersindicais, ou vice-versa e serão estabelecidas relações de cooperação entre ambas as formas de organização dos trabalhadores.

ARTIGO 18.°

(Deveres da CT)

No exercício das suas atribuições e direitos a CT tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe, de mobilização dos trabalhadores e de reforço da sua unidade;

b) Garantir e desenvolver a participação activa e democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção, *contrôle* e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;

c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência enquanto produtores e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;

d) Exigir da entidade patronal, do órgão de gestão da empresa e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;

e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com as CTs de outras empresas e comissões coordenadoras;

f) Cooperar, na base do reconhecimento da sua independência recíproca, com a organização sindical dos trabalhadores da empresa na prossecução dos objectivos comuns a todos os trabalhadores;

g) Assumir, ao seu nível de actuação, todas as responsabilidades que, para as organizações dos trabalhadores, decorrem da luta geral pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade sem classes.

SECÇÃO III

«Contrôle» de gestão

ARTIGO 19.°

1 — O *contrôle* de gestão visa proporcionar e promover, através da respectiva unidade e mobilização, a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral, para realização do objectivo constitucional de construção do poder democrático dos trabalhadores.

2 — O *contrôle* de gestão consiste no *contrôle* do colectivo dos trabalhadores sobre as decisões económicas e sociais da entidade patronal e sobre toda a actividade da empresa, para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores e garantia das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesa previstas na Constituição da República.

3 — O *contrôle* de gestão é exercido pela CT nos termos e segundo as formas previstas na Constituição da República, na lei ou outras normas aplicáveis e nestes estatutos.

4 — A entidade patronal e os órgãos de gestão da empresa estão proibidos por lei de impedir ou dificultar o exercício do *contrôle* de gestão nos termos legais aplicáveis.

5 — Tendo as suas atribuições e direitos por finalidade o *contrôle* das decisões económicas e sociais da entidade patronal e de toda a actividade da empresa, a CT, em conformidade com o n.° 3 do artigo 18.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro, conserva a sua autonomia perante a entidade patronal, não assume poderes de gestão e, por isso, não se substitui aos órgãos e hierarquia administrativa, técnica e funcional da empresa nem com eles se co-responsabiliza.

SECÇÃO IV

Direitos instrumentais

ARTIGO 20.°

(Direitos instrumentais)

Para o exercício das suas atribuições e competência a CT goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 21.°

(Reuniões com o órgão de gestão da empresa)

1 — A CT tem o direito de reunir periodicamente com a administração da empresa para discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.

2 — As reuniões realizam-se, pelo menos, uma vez por mês, mas deverão ter lugar sempre que necessário para os fins indicados no número anterior.

3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta assinada por todos os presentes.

ARTIGO 22.°

(Direito à informação)

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem, legalmente, deveres de informação, vinculando, não só a entidade patronal e o órgão de gestão da empresa, mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as suas decisões relativamente às quais a CT tem o direito de intervir.

3 — O dever de informação que recai sobre a entidade patronal ou órgão de gestão da empresa abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Planos gerais de actividades e orçamentos;

b) Regulamentos internos;

c) Organização da produção e suas implicações no grau da utilização da mão-de-obra e do equipamento;

d) Situação de aprovisionamento;

e) Previsão, volume e administração de vendas;

f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e sua distribuição pelos diferentes escalões profissionais, regalias sociais, mínimos de produtividade e grau de abstencionismo;
g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e balancetes trimestrais;
h) Modalidades de financiamento;
i) Encargos fiscais e parafiscais;
j) Projectos de alteração do objecto e do capital social e projectos de reconversão da actividade produtiva da empresa.

4 — O disposto no número anterior não prejudica nem substitui as reuniões previstas no artigo 21.° nas quais a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas as informações necessárias à realização dos fins que as justificam.

5 — As informações previstas neste artigo são requeridas por escrito, pela comissão de trabalhadores ou pelos seus membros, ao órgão de gestão da empresa Fábrica de Loiça de Sacavém, S. A. R. L.

6 — Nos termos da lei, o órgão de gestão da empresa Fábrica de Loiça de Sacavém, S. A. R. L. deve responder por escrito, prestando as informações requeridas no prazo de dez dias, que poderá ser alargado até ao máximo de trinta dias se a complexidade da matéria o justificar.

ARTIGO 23.°

(Obrigatoriedade de parecer prévio)

1 — Nos termos da lei, são obrigatoriamente submetidos a parecer prévio da CT os seguintes actos e decisões:

a) Celebração de contratos de viabilização ou contratos-programa;
b) Dissolução da empresa ou pedido de declaração da sua falência;
c) Encerramento de estabelecimentos ou de linhas de produção;
d) Quaisquer medidas de que resulte uma diminuição sensível dos efectivos humanos da empresa ou agravamento substancial das suas condições de trabalho;
e) Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da empresa;
f) Alteração nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da empresa;
g) Modificação dos critérios de base de classificação profissional e de promoções;
h) Mudança de local de actividade da empresa ou do estabelecimento;
i) Despedimento individual de trabalhadores;
j) Despedimento colectivo.

2 — O parecer é solicitado à CT, por escrito, pela entidade patronal ou órgão de gestão da empresa Fábrica de Loiça de Sacavém, S. A. R. L.

3 — A prática de qualquer dos actos referidos no n.° 1 sem que previamente tenha sido solicitado, de forma regular, o parecer da CT determina a respectiva nulidade nos termos gerais de direito.

4 — O parecer da CT é emitido por escrito e enviado à entidade que o tiver solicitado, dentro do prazo de quinze dias a contar da data de recepção do respectivo pedido, se não for concedido ou acordado prazo maior em atenção à extensão e complexidade da matéria.

5 — A inobservância do prazo aplicável nos termos do número anterior tem como consequência a legitimação da entidade competente para a prática do acto, com dispensa do parecer prévio da CT.

ARTIGO 24.°

(«Contrôle» de gestão)

1 — Em especial, para a realização do *contrôle* de gestão a CT exerce a competência e goza dos direitos e poderes seguintes:

a) Apreciar e emitir parecer sobre os orçamentos e planos económicos da empresa, em particular os de produção, e respectivas alterações, bem como acompanhar e fiscalizar a sua correcta execução;
b) Zelar pela adequada utilização, pela empresa, dos recursos técnicos, humanos e financeiros;
c) Promover, junto dos órgãos de gestão e dos trabalhadores, medidas que contribuam para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos domínios da racionalização do sistema produtivo, da actuação técnica e da simplificação burocrática;
d) Zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e do plano na parte relativa à empresa e ao sector respectivo;
e) Apresentar aos órgãos competentes da empresa sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
f) Participar, por escrito, aos órgãos de fiscalização da da empresa ou às autoridades competentes, na falta de adequada actuação daqueles, a ocorrência de actos ou factos contrários à lei, aos estatutos da empresa ou às disposições imperativas do plano;
g) Defender junto dos órgãos de gestão e fiscalização da empresa e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores da respectiva empresa e dos trabalhadores em geral;
h) Pronunciar-se sobre a intervenção ou desintervenção do Estado na empresa.

2 — A competência da CT para o exercício do *contrôle* de gestão não pode ser delegada noutras entidades.

ARTIGO 25.°

(Reorganização de unidades produtivas)

1 — Em especial, para intervenção na reorganização de unidades produtivas a CT goza dos seguintes direitos:

a) O direito de ser previamente ouvida e de emitir parecer, nos termos e prazos previstos no artigo 23.° sobre os planos ou projectos de reorganização referidos no número anterior;
b) O direito de ser informada sobre a evolução dos actos subsequentes;
c) O direito de ter acesso à formulação final dos instrumentos de reorganização e de sobre eles se pronunciar antes de oficializados;
d) O direito de reunir com os órgãos ou técnicos encarregados dos trabalhos preparatórios de reorganização;
e) O direito de emitir juízos críticos, de formular sugestões e de deduzir reclamações junto dos órgãos sociais da empresa ou das entidades legalmente competentes.

2 — A intervenção na reorganização de unidades produtivas a nível sectorial é feita por intermédio das comissões coordenadoras às quais a CT aderir, se estas integrarem comissões de trabalhadores da maioria das empresas do sector.

ARTIGO 26.°

(Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores)

Em especial, para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores, a CT goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual; ter conhecimento do processo desde o seu início; controlar a respectiva regularidade, bem como a existência de justa causa, através da emissão de parecer prévio, tudo nos termos de legislação aplicável;
b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo, através de parecer prévio a dirigir ao órgão governamental competente nos termos da legislação aplicável;
c) Ser ouvida pela entidade patronal sobre a elaboração do mapa de férias na falta de acordo com os trabalhadores sobre a respectiva marcação;
d) Emitir os pareceres prévios previstos nas alíneas *e*), *f*), *g*), *h*) e *i*) do artigo 23.°;

e) Exercer os direitos previstos nas alíneas *e*) e *g*) do artigo 24.°;
f) Visar as folhas de ordenados e salários a enviar às instituições de previdência;
g) Fiscalizar o efectivo pagamento das contribuições para a previdência, quer nas devidas pela empresa, quer nas descontadas na retribuição dos trabalhadores;
h) Visar os mapas de quadros de pessoal.

ARTIGO 27.°

(Gestão de serviços especiais)

1 — A CT participará na gestão dos serviços sociais destinados aos trabalhadores da empresa sempre que julgue necessário para defesa dos interesses dos trabalhadores.

ARTIGO 28.°

(Participação na planificação económica)

1 — Em especial, para intervenção na planificação económica a nível sectorial e revisional, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidos pelas competentes entidades todos os elementos e informações relativos aos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector ou região-plano e de, sobre eles, emitir pareceres.

2 — Para os efeitos do número anterior, a CT credencia junto do Ministério competente três representantes por sector e igual número por região-plano.

3 — Compete aos representantes credenciados receber os elementos e informações referidos no n.° 1 e sobre ele emitir parecer, segundo deliberação da CT, no prazo não inferior a trinta dias para o efeito fixado pelo Ministério competente.

4 — Os pareceres devem ser tidos em conta na elaboração dos planos económico-sociais e o seu conteúdo deve constar obrigatoriamente do preâmbulo dos diplomas que os aprovaram.

5 — Os direitos previstos neste artigo entendem-se sem prejuízo do direito que assiste às comissões coordenadoras sectoriais ou regionais, às quais a CT aderir, de terem assento, nos termos da legislação aplicável, nos órgãos de planificação sectorial ou regional.

ARTIGO 29.°

(Participação na elaboração da legislação do trabalho)

A participação da CT na elaboração da legislação do trabalho é feita nos termos da legislação aplicável, designadamente, a Lei n.° 16/79, de 26 de Maio.

ARTIGO 30.°

(Outros direitos)

1 — No âmbito do exercício do poder local a CT participa na designação de representantes das comissões de trabalhadores para os conselhos municipais e conselhos regionais da respectiva área segundo as normas aplicáveis.

2 — A CT, em conjunto com as restantes comissões de trabalhadores do País, e por intermédio das comissões coordenadoras, participa na designação de um membro do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA).

SECÇÃO V

Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT

ARTIGO 31.°

(Condições e garantias da actuação da CT)

As condições e garantias do exercício das atribuições e direitos da CT são definidas nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO 32.°

(Tempo para o exercício de voto)

1 — Os trabalhadores, com vista às deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, devem ser tomadas por voto secreto, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento respectivo.

2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 33.°

(Reuniões na empresa)

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho e sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades que simultaneamente com a realização das reuniões sejam assegurados por outros trabalhadores, em regime de turnos ou de trabalho extraordinário.

2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, durante o horário de trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas por ano.

3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

4 — Para efeitos dos n.°s 2 e 3, as subcomissões de trabalhadores comunicarão a realização das reuniões ao órgão de gestão da empresa com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

ARTIGO 34.°

(Acção da CT no interior da empresa)

1 — A CT tem o direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento.

ARTIGO 35.°

(Direito de afixação e de distribuição de documentos)

1 — A CT tem o direito de afixar todos os documentos e propaganda relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado para o efeito posto à sua disposição pela entidade patronal.

2 — A CT tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa ou estabelecimento.

ARTIGO 36.°

(Direito a instalações adequadas)

1 — A CT tem direito a instalações adequadas no interior da empresa para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CT pelo órgão de gestão da empresa, nomeadamente a sala actualmente utilizada junto ao guarda-portão.

ARTIGO 37.°

(Direito a meios materiais e técnicos)

A CT tem direito a obter do órgão de gestão da empresa os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 38.°

(Crédito de horas)

1 — Os trabalhadores da empresa que sejam membros das entidades a seguir indicadas dispõem para o exercício das respectivas atribuições do seguinte crédito de horas:

Subcomissões de trabalhadores — 8 horas por mês;
Comissão de trabalhadores — 40 horas por mês;
Comissões coordenadoras — 50 horas por mês.

2 — O crédito de horas permite ao trabalhador que dele beneficiar desenvolver, dentro ou fora do local de trabalho, a sua actividade de representante dos trabalhadores com diminuição correspondente do período normal de trabalho que lhe seja contratualmente aplicável, contando-se esse tempo, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 39.°

(Faltas de representantes dos trabalhadores)

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas, no exercício das suas atribuições e actividades, pelos trabalhadores da empresa que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda de retribuição correspondente ao período de ausência, mas não podem prejudicar quaisquer outros direitos, regalias e garantias do trabalhador.

3 — Falta é a ausência do trabalhador durante todo ou parte do período normal de trabalho que lhe é contratualmente aplicável, sem prejuízo das tolerâncias permitidas na empresa.

ARTIGO 40.°

(Autonomia e independência da CT)

1 — CT é independente do patronato, do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações patronais promover a constituição, manutenção e actuação da CT, ingerirem-se no seu funcionamento e actividade ou, de qualquer modo, influírem sobre a CT, designadamente através de pressões económicas ou da corrupção dos seus membros.

ARTIGO 41.°

(Solidariedade de classe)

Sem prejuízo da sua independência legal e estatutária, a CT pratica e tem direito a beneficiar, na sua acção da solidariedade de classe que une nos mesmos objectivos fundamentais todas as organizações dos trabalhadores.

ARTIGO 42.°

(Proibição de actos de discriminação contra trabalhadores)

É proibido e considerado nulo e de nenhum efeito todo o acordo ou acto que vise:

a) Subordinar o emprego de qualquer trabalhador à condição de este participar ou não nas actividades e órgãos ou de se demitir dos cargos previstos neste estatuto;

b) Despedir, transferir ou, por qualquer modo, prejudicar um trabalhador por motivo das suas actividades e posições relacionadas com as formas de organização e intervenção dos trabalhadores previstas nestes estatutos.

ARTIGO 43.°

(Protecção dos trabalhadores contra sanções abusivas)

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de um trabalhador exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar qualquer dos direitos que lhe assistem em conformidade com os artigos 55.° e 56.° da Constituição, com a lei e outras normas aplicáveis sobre as comissões de trabalhadores e com estes estatutos.

2 — As sanções abusivas determinam as consequências previstas no Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho (artigos 33.° e 34.° da Lei do Contrato do Trabalho, Decreto-Lei n.° 49 408, de 24 de Novembro de 1969) e, se a sanção consistiu no despedimento, a indemnização não será inferior ao dobro do previsto na Lei dos Despedimentos (artigo 20.° do Decreto-Lei n.° 372-A/75, de 16 de Julho).

ARTIGO 44.°

(Protecção legal)

Os membros da CT, das subcomissões de trabalhadores e das comissões coordenadoras gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais

ARTIGO 45.°

(Transferência de local de trabalho de representantes dos trabalhadores)

Os membros da CT, de subcomissões de trabalhadores e de comissões coordenadoras não podem ser transferidas de local de trabalho sem o seu acordo e sem o prévio conhecimento da CT ou da comissão coordenadora respectiva.

ARTIGO 46.°

(Despedimentos de representantes dos trabalhadores)

1 — O despedimento de trabalhadores que sejam membros da CT, de subcomissões de trabalhadores ou de comissões coordenadoras, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu termo, está sujeito ao disposto nos números seguintes.

2 — Elaborado o processo disciplinar nos termos da lei aplicável, o despedimento só pode ter lugar por meio de acção judicial, se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador.

3 — A inobservância do disposto nos números anteriores determina a nulidade do despedimento.

4 — No caso referido no número anterior, o trabalhador tem direito às prestações pecuniárias que deveria ter normalmente auferido desde a data do despedimento até à data da sentença, bem como à reintegração na empresa no respectivo cargo ou posto de trabalho e com a antiguidade correspondente.

5 — Em substituição de reintegração, o trabalhador pode optar pela indemnização correspondente ao dobro daquela que lhe caberia nos termos da lei e nunca inferior à retribuição correspondente a doze meses de serviço.

ARTIGO 47.°

(Suspensão preventiva de representantes dos trabalhadores)

1 — A suspensão preventiva de algum dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada por escrito ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção do trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a entidade patronal não pode em nenhum caso impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa.

ARTIGO 48.°

(Responsabilidade da entidade patronal)

1 — Por força do artigo 4.° da Lei n.° 98/79, de 9 de Outubro, a violação dos n.os 1 e 2 do artigo 47.° e do artigo 48.° é punida com multa de 10 000$ a 1 000 000$.

2 — Por força da mesma disposição legal, os administradores, directores ou gerentes e os titulares de lugares de chefia responsáveis pelos actos referidos no número anterior são punidos com a pena de prisão de três dias a dois anos.

ARTIGO 49.°

(Exercício da acção disciplinar contra representantes dos trabalhadores)

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a algum dos representantes referidos no artigo 47.° de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punições de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até cinco anos após o seu termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra alguns dos representantes referidos no número anterior por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por violação do dever de sigilo, está sujeito ao *contrôle* judicial nos termos do artigo 47.°

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e tramitação do processo judicial, o representante visado mantém-se em actividade, não podendo ser prejudicado, quer na sua actividade profissional, quer nas suas funções no órgão a que pertence.

SECÇÃO VI

Enquadramento geral da competência e direitos

ARTIGO 50.°

(Capacidade judiciária)

1 — A CT tem capacidade judiciária, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos direitos dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A CT goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a CT em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 61.°

ARTIGO 51.°

(Tratamento mais favorável)

Nos termos gerais de direito do trabalho, as atribuições, competência, direitos e garantias reconhecidos ao colectivo dos trabalhadores e à CT, bem como aos respectivos membros, podem ser alargados por convenção colectiva, acordo de empresa ou usos da empresa que estabeleçam um regime mais favorável, desde que não contrariem normas legais imperativas de conteúdo proibitivo ou limitativo.

ARTIGO 52.°

(Natureza e valor das normas estatutárias)

As normas estatutárias referentes a direitos e garantias da CT e dos seus membros e dos trabalhadores em geral, nomeadamente na parte em que pressupõem obrigações e deveres da entidade patronal e de entidades públicas, reproduzem as normas constitucionais e legais aplicáveis, nas quais reside a força vinculativa para entidades estranhas ao colectivo dos trabalhadores.

ARTIGO 53.°

(Sede)

A sede da CT localiza-se em Sacavém, Estrada Nacional n.° 10.

ARTIGO 54.°

(Composição)

A CT é composta por onze elementos:

a) Suplentes — três elementos.

ARTIGO 55.°

(Duração do mandato)

1 — O mandato da CT é de um ano.

2 — A CT entra em exercício no dia posterior à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 56.°

(Perda do mandato)

1 — Perde o mandato o membro da CT que faltar injustificadamente a duas reuniões seguidas ou três interpoladas.

2 — A substituição faz-se por iniciativa da CT nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO 57.°

(Regras a observar em caso de destituição da CT ou de vacatura de cargos)

1 — Em caso de renúncia, destituição ou perda de mandato de membros da CT, a substituição faz-se pelo elemento mais votado da lista a que pertencia o membro a substituir, sucessivamente, incluindo os suplentes, se os houver.

2 — Se a destituição for global ou se, por efeito de renúncias, destituições ou perdas de mandato, o número de membros da CT ficar reduzido a menos de metade, o plenário elege uma comissão provisória a quem incumbe a promoção de novas eleições no prazo máximo de sessenta dias.

3 — A comissão provisória deve remeter para a CT e eleger todas as questões que, segundo a lei, exijam uma tomada de posição em nome da CT.

4 — Tratando-se da emissão de parecer sujeito a prazo, que expire antes da entrada em funções da nova CT, a CT provisória submete a questão ao plenário, que se pronunciará.

ARTIGO 58.°

(Delegação de poderes entre membros da CT)

1 — É lícito a qualquer membro da CT delegar noutro a sua competência, mas essa delegação só produz efeitos numa única reunião.

2 — Em caso de gozo de férias ou impedimentos de duração não superior a um mês, a delegação de poderes produz efeitos durante o período indicado.

3 — A delegação de poderes está sujeita a forma escrita, devendo indicar-se expressamente os fundamentos, prazo e identificação do mandatário.

ARTIGO 59.°

(Coordenação da CT)

1 — A actividade da CT é coordenada por um executivo composto por ... membros eleitos na primeira reunião após a investidura.

2 — Compete ao executivo da CT elaborar as convocatórias das reuniões e as respectivas ordens de trabalhos, secretariar as reuniões e dar execução às deliberações tomadas de que não fiquem incumbidos outros membros da CT.

ARTIGO 60.°

(Poderes para obrigar a CT)

Para obrigar a CT são necessárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros em efectividade de funções.

ARTIGO 61.°

(Deliberação da CT)

As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidas desde que nelas participe a maioria absoluta dos membros da CT.

ARTIGO 62.°

(Reuniões da CT)

1 — A CT reúne ordinariamente uma vez por semana.

2 — Pode haver reuniões extraordinárias sempre que:

a) Ocorram motivos justificativos;

b) A requerimento de, pelo menos, um terço dos membros, com prévia indicação da ordem dos trabalhos.

3 — Pode haver reuniões de emergência sempre que se verifiquem factos que exijam tomadas de posição urgentes.

ARTIGO 63.°

(Prazos de convocatórias)

1 — As convocatórias são feitas pelo executivo da CT, que faz distribuir a respectiva ordem de trabalhos por todos os seus membros.
2 — Nas reuniões de emergência será dado prévio conhecimento da ordem de trabalhos a todos os membros da CT.

ARTIGO 64.°

(Prazos de convocatórias)

1 — As reuniões ordinárias têm lugar em dias, horas e locais prefixados na primeira reunião da CT.
2 — As reuniões extraordinárias são convocadas com a antecedência mínima de cinco dias.
3 — A convocatória das reuniões de emergência não está sujeita a prazo.

ARTIGO 65.°

(Financiamento da CT)

1 — Constituem receitas da CT:

a) As contribuições voluntários dos trabalhadores;
b) O produto de iniciativas de recolha de fundos;
c) O produto de venda de documentos e outros materiais editados pela CT.

2 — A CT submete anualmente à apreciação do plenário as receitas e despesas da sua actividade.

SECÇÃO VIII

Subcomissão de trabalhadores

ARTIGO 66.°

(Subcomissões de trabalhadores)

Há subcomissão de trabalhadores nos seguintes estabelecimentos:

a) Fábrica de Loiça de Sacavém, Porto, Coimbra, Barreiras e Lisboa.

ARTIGO 67.°

(Composição)

A composição da subcomissão é a seguinte:

a) A da Fábrica de Loiça de Sacavém — um membro;
b) A do Porto — um membro;
c) A de Coimbra — um membro;
d) A de Barreiras — um membro;
e) A de Lisboa — um membro.

ARTIGO 68.°

(Duração do mandato)

A duração do mandato da subcomissão é coincidente com a do mandato da CT, sendo simultâneo o início e o termo do exercício de funções.

ARTIGO 69.°

(Adaptação e normas)

Aplicam-se à(s) subcomissão(ões) de trabalhadores, com as necessárias adaptações, todas as normas da secção VIII do capítulo II destes estatutos respeitantes à organização e funcionamento da CT, nomeadamente, as regras aplicáveis em caso de destituição ou vacatura de cargos, perda de mandato, substituição de membros, delegação de poderes entre membros, coordenação, deliberações, reuniões e respectiva convocatória, financiamento, etc.

ARTIGO 70.°

[Competência da(s) subcomissão(ões) de trabalhadores]

1 — Compete à subcomissão de trabalhadores:

a) Exercer as atribuições e os poderes nela(s) delegados pela CT;
b) Informar a CT sobre as matérias que entenda(m) ser de interesse para a respectiva actividade e para o colectivo dos trabalhadores;
c) Estabelecer dinamicamente a ligação permanente e recíproca entre os trabalhadores do resppectivo âmbito e a CT;
d) Executar as deliberações da CT e do plenário da empresa;
e) Exercer, no respectivo âmbito, as atribuições previstas nos artigos;
f) Dirigir o plenário do estabelecimento ou o plenário descentralizado a nível do estabelecimento;
g) Convocar o plenário do estabelecimento;
h) Em geral, exercer todas as atribuições e poderes previstos na lei e nestes estatutos.

2 — No exercício das suas atribuições a subcomissão de trabalhadores dá aplicação à orientação geral democraticamente definida pelo colectivo dos trabalhadores e pela CT, sem prejuízo da competência e direitos desta.
3 — A subcomissão de trabalhadores participa da definição da orientação geral do colectivo dos trabalhadores e da CT, nos termos previstos no artigo seguinte.
Em qualquer momento, a CT poderá chamar a si o exercício de atribuições por ela delegadas na subcomissão de trabalhadores nos termos das alíneas *a*), *e*), *f*) e *h*) do n.° 1.

ARTIGO 71.°

(Articulação com a CT)

1 — A subcomissão de trabalhadores efectua reuniões periódicas com a CT.
2 — A CT pode realizar reuniões alargadas à subcomissão, cujos membros têm direito a voto consultivo, para deliberar sobre assuntos das suas atribuições.
3 — A CT deve informar e consultar previamente a subcomissão de trabalhadores sobre todas as posições e assuntos de interesse geral para os trabalhadores da empresa.
4 — Para deliberar sobre assuntos de interesse específico para um estabelecimento, a CT reúne obrigatoriamente alargada com a respectiva subcomissão de trabalhadores, cujos membros têm direito a voto consultivo.
5 — Compete à subcomissão de trabalhadores difundir, no respectivo âmbito, a informação, os documentos e a propaganda proveniente da CT.
6 — A CT difunde por todos os trabalhadores da empresa a informação de interesse geral proveniente de cada subcomissão de trabalhadores.

ARTIGO 72.°

(Normas aplicáveis)

As subcomissões de trabalhadores regem-se, em tudo o que não for especificamente previsto, pelas normas deste estatuto relativas à CT, com as necessárias adaptações.

SECÇÃO IX

ARTIGO 73.°

(Comissão coordenadora por região)

A CT adere à comissão coordenadora da região da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), cujos estatutos serão aprovados nos termos da lei pelas comissões de trabalhadores interessadas.

TÍTULO II

Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto

CAPÍTULO I

Eleição da CT

ARTIGO 74.°

(Capacidade eleitoral)

São eleitores e elegíveis os trabalhadores permanentes da empresa definidos no artigo 1.°

ARTIGO 75.°

(Princípios gerais sobre o voto)

1 — O voto é directo e secreto.

2 — É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho, por motivo de serviço, e dos que estejam em gozo de férias.

ARTIGO 76.°

(Método de apuramento de votações)

1 — O princípio da representação proporcional para as eleições da comissão de trabalhadores e das subcomissões de trabalhadores da Fábrica de Loiça de Sacavém baseia-se num critério de máxima representatividade.

2 — Este critério ponderará os votos expressos válidos obtidos em cada lista concorrente, em função de uma tabela percentual, cujos termos, ordenados sequencialmente, de 100 até 0, variam cinco unidades entre si:

1.° — 100 %; 2.° — 95 %; 3.° — 90 %; 4.° — 85 %; 5.° — 80 %; 6.° — 75 %; 7.° — 70 %; 8.° — 65 %; 9.° — 60 %; 10.° — 55 %; 11.° — 50 %; 12.° — 45 %; 13.° — 40 %; 14.° — 35 %; 15.° — 30 %; 16.° — 25 %; 17.° — 20 %; 18.° — 15 %; 19.° — 10 %; 20.° — 5 %; 21.° — 0 %.

3 — A ponderação dos votos expressos válidos em cada lista é feita até ao número de termos sequenciais da tabela que corresponda ao número da mandatos a eleger.

4 — A série dos termos percentuais obtidos em cada lista concorrente é ordenada sequencialmente face às séries de termos percentuais das outras listas, devendo cada termo ser afectado pela letra/símbolo de origem, de modo que os mandatos a eleger sejam atribuídos à série geral de termos percentuais assim obtida.

5 — Havendo igualdade de termos percentuais entre os termos de duas ou mais listas, o critério de máxima representatividade implica a atribuição do mandato correspondente à lista com maior número de mandatos atribuídos até àquele termo.

6 — Havendo casos de igualdade inequívoca de termos percentuais entre duas listas candidatas que impossibilitem a atribuição de último mandato a eleger, haverá recurso a uma votação geral para a eleição de um dos dois candidatos em causa.

ARTIGO 77.°

(Caderno eleitoral)

1 — A CT elabora e mantém permanentemente actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando os trabalhadores pelo nome, categoria profissional, posto de trabalho e data de admissão na empresa.

2 — O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto secreto e está aberto à consulta de todos os interessados.

ARTIGO 78.°

(Comissão eleitoral)

1 — O processo eleitoral é dirigido por uma comissão eleitoral constituída por três elementos, designados pela CT pelo seguinte critério:

a) Delegados sindicais em funções;

b) Membros da CT em funções.

2 — Os delegados são designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas.

ARTIGO 79.°

(Data da eleição)

A eleição tem lugar até dez dias antes do termo do mandato da CT em funções.

ARTIGO 80.°

(Convocatória da eleição)

1 — O acto eleitoral é convocado com a antecedência mínima de dez dias sobre a respectiva data.

2 — A convocatória menciona expressamente o dia, local, horário e objecto da votação.

3 — A convocatória é afixada nos locais usuais para afixação de documentos de interesse para os trabalhadores, e nos locais onde funcionarão mesas de voto, e difundida pelos meios adequados, de modo a garantir a mais ampla publicidade.

4 — Uma cópia da convocatória é remetida pela entidade convocante ao órgão de gestão da empresa, na mesma data em que for tornada pública, por meio de carta registada com aviso de recepção, ou entregue com protocolo.

ARTIGO 81.°

(Quem pode convocar o acto eleitoral)

1 — O acto eleitoral é convocado pela CT.

2 — O acto eleitoral pode ser convocado por 10 % ou 100 trabalhadores permanentes da empresa, caso a CT deixe passar os casos previstos nestes estatutos sem convocar ou promover a eleição.

ARTIGO 82.°

(Candidaturas)

1 — Podem propor listas de candidatura à eleição os trabalhadores inscritos no caderno eleitoral, em número mínimo de 10 % ou 100.

2 — Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.

3 — As listas para cada um dos órgãos a eleger devem ser completas, mas não é obrigatória a candidatura a todos os órgãos.

4 — As candidaturas podem identificar-se por uma designação, ou lema, e por um símbolo gráfico.

ARTIGO 83.°

(Apresentação de candidaturas)

1 — As candidaturas são apresentadas até dez dias antes da data marcada para o acto eleitoral.

2 — A apresentação consiste na entrega da lista à comissão eleitoral, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por todos os candidatos e subscrita nos termos do artigo 96.° pelos proponentes.

3 — A comissão eleitoral entrega aos apresentantes um recibo com a data e a hora da apresentação e registo a essa mesma data e hora do original recebido.

4 — Todas as candidaturas têm o direito de fiscalizar, no acto da apresentação, toda a documentação recebida pela comissão eleitoral para os efeitos deste artigo.

ARTIGO 84.°

(Rejeição de candidaturas)

1 — A comissão eleitoral deve rejeitar de imediato as candidaturas entregues fora do prazo ou que não venham acompanhadas da documentação exigida no artigo anterior

2 — A comissão eleitoral dispõe do prazo máximo de quarenta e oito horas a contar da data da apresentação para apreciar a regularidade formal e a conformidade da candidatura com estes estatutos.

3 — As irregularidades e violações a estes estatutos detectadas podem ser suprimidas pelos proponentes, para o efeito, notificados pela comissão eleitoral no prazo máximo de dois dias a contar da respectiva notificação.

ARTIGO 85.°

(Aceitação de candidaturas)

1 — Até ao quinto dia anterior à data marcada para o acto eleitoral, a comissão eleitoral publica, por meio de afixação nos locais indicados no n.° 3 do artigo 80.°, a aceitação de candidaturas.

2 — As candidaturas aceites são identificadas por meio de letra, que funcionará como sigla, atribuída pela comissão eleitoral a cada uma delas, por ordem cronológica de apresentação, com início na letra A.

ARTIGO 86.°

(Publicidade das listas concorrentes)

1 — As listas concorrentes validamente aceites pela CTE serão afixadas até quatro dias antes da data marcada para a votação em todos os locais em que funcionarão mesas de voto e nos locais usuais da afixação de documentos de interesse para os trabalhadores a fim de assegurar a respectiva divulgação.

2 — É encargo de cada grupo proponente assegurar a divulgação do respectivo programa de acção pelos trabalhadores.

ARTIGO 87.°

(Local e horário da votação)

1 — A votação efectua-se no local e durante as horas de trabalho.

2 — A votação realiza-se simultaneamente, e com idêntico formalismo, em todos os estabelecimentos da empresa.

3 — A votação inicia-se, pelo menos, trinta minutos antes do começo e termina, pelo menos, sessenta minutos depois do fim do período de funcionamento da empresa ou estabelecimento.

4 — Os trabalhadores têm o direito de votar durante o período normal de trabalho que lhes seja contratualmente aplicável.

ARTIGO 88.°

(Laboração contínua e horários diferenciados)

1 — A votação decorre durante o período normal de trabalho de modo que a respectiva duração comporte os períodos normais de trabalho de todos os trabalhadores da empresa.

2 — Os trabalhadores em regime de turnos ou de horário diferenciado têm o direito de exercer o voto durante o respectivo período normal de trabalho ou, fora dele, pelo menos, trinta minutos antes do começo e sessenta minutos depois do fim.

ARTIGO 89.°

(Mesas de voto)

1 — Há mesas de voto nos estabelecimentos com mais de dez eleitores.

2 — A cada mesa não podem corresponder mais de 500 eleitores.

3 — Podem ser constituídas mesas de voto nos estabelecimentos com menos de dez trabalhadores.

4 — Os trabalhadores dos estabelecimentos referidos no número anterior podem ser agregados, para efeitos de votação, à mesa de voto de estabelecimento diferente.

5 — As mesas são colocadas no interior dos locais de trabalho, de modo que os trabalhadores possam votar sem prejudicar o funcionamento eficaz da empresa ou do estabelecimento.

6 — Os trabalhadores referidos no n.° 4 têm direito a votar dentro do seu horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz do respectivo estabelecimento e, caso contrário, a votar por correspondência

ARTIGO 90.°

(Composição e forma de designação das mesas de voto)

1 — As mesas são compostas por um presidente e dois vogais escolhidos de entre os trabalhadores com direito a voto.

2 — Não havendo mesa do plenário da empresa, ou havendo mais do que uma mesa, os membros da mesa de voto são designados pela comissão eleitoral de entre:

a) Membros da CT ou de subcomissão de trabalhadores;
b) Trabalhadores mais idosos.

3 — A competência da comissão eleitoral referida no número anterior é exercida, nos estabelecimentos geograficamente dispersos, pelas subcomissões de trabalhadores.

4 — Cada candidatura tem direito de designar um delegado junto de cada uma mesa de voto, para acompanhar e fiscalizar todas as operações

ARTIGO 91.°

(Boletins de voto)

1 — O voto é expresso em boletins de voto de forma rectangular e com as mesmas dimensões para todas as listas, impressos em papel da mesma cor, liso e não transparente.

2 — Em cada boletim são impressas as designações das candidaturas submetidas a sufrágio, e as respectivas siglas e símbolos, se todas as tiverem.

3 — Na linha correspondente a cada candidatura figura um quadrado em branco destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.

4 — A impressão de votos fica a cargo da comissão eleitoral, que assegura o seu fornecimento às mesas na quantidade necessária e suficiente de modo que a votação possa iniciar-se dentro do horário previsto.

5 — A comissão eleitoral envia, com a antecedência necessária, boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência.

ARTIGO 92.°

(Acto eleitoral)

1 — Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto eleitoral.

2 — Antes do início da votação, o presidente da mesa mostra aos presentes a urna aberta de modo a certificar que ela não está viciada, findo o que a fecha, procedendo à respectiva selagem com lacre.

3 — Em local afastado da mesa o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente ao projecto em que vota, dobra o boletim de voto em quatro e entrega-o ao presidente da mesa, que o introduz na urna.

4 — As presenças no acto de votação devem ser registadas em documento próprio, mediante a assinatura do votante, a qual, sendo aquele analfabeto, pode ser substituída por impressão digital, cabendo, nesse caso, ao presidente da mesa registar o nome do votante.

5 — O registo de presenças contém um terço de abertura e um termo de encerramento, com indicação do número total de páginas, e é assinado e rubricado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a constituir parte integrante da respectiva acta.

6 — A mesa, acompanhada pelos delegados das candidaturas, pode fazer circular a urna pela área do estabelecimento que lhe esteja atribuída, a fim de recolher os votos dos trabalhadores.

7 — Os elementos da mesa votam em último lugar.

ARTIGO 93.°

(Votação por correspondência)

1 — Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral, até vinte e quatro horas antes do fecho da votação.

2 — A remessa é feita por carta registada com indicação do nome do remetente dirigida à comissão de trabalhadores da empresa, com a menção «comissão eleitoral», e só por esta pode ser aberta.

3 — O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim de voto em quatro, introduzindo-o num envelope que fechará, assinalando-o com os dizeres «voto por correspondência» e introduzindo-o, por sua vez, no envelope que enviará pelo correio.

4 — Depois de terem votado os elementos da mesa do local onde funcione a comissão eleitoral, esta procede à abertura do envelope exterior, regista em seguida no registo de presenças o nome do trabalhador com a menção «voto por correspondência» e, finalmente, entrega o envelope interior ao presidente da mesa, que, abrindo-o, faz de seguida a introdução do boletim na urna.

ARTIGO 94.°

(Valor dos votos)

1 — Considera-se voto em branco o do boletim de voto que não tenha sido objecto de qualquer tipo de marca.

2 — Considera-se voto nulo o do boletim de voto:

a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido da votação ou não tenha sido admitida.

c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

3 — Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do votante.

4 — Considera-se ainda como voto em branco o voto por correspondência quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas no artigo 197.° ou seja recebido em envelopes que não estejam devidamente fechados.

ARTIGO 95.°

(Abertura das urnas e apuramento)

1 — A abertura das urnas e o apuramento final têm lugar simultaneamente em todas as mesas e locais de votação e são públicos.

2 — De tudo o que se passar em cada mesa de voto é lavrada acta, que, depois de lida em voz alta e aprovada pelos membros da mesa, é por eles assinada no final e rubricada em todas as páginas, fazendo parte integrante dela o registo de presenças.

3 — Uma cópia de cada acta referida no número anterior é afixada junto do respectivo local de votação, durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento respectivo.

4 — O apuramento global é realizado com base nas actas das mesas de voto pela comissão eleitoral.

5 — A comissão eleitoral lavra uma acta de apuramento global, com as formalidades previstas no n.° 2.

6 — A comissão eleitoral, seguidamente, proclama os eleitos.

ARTIGO 96.°

(Publicidade)

1 — Durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento e proclamação é afixada a relação dos eleitos e uma cópia da acta de apuramento global, no local, ou locais em que a votação se tiver realizado.

2 — Dentro do prazo referido no número anterior, a comissão eleitoral envia ao Ministério da Tutela, bem como aos órgãos de gestão da empresa, por carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo, os seguintes elementos:

a) Relação dos eleitos, identificados pelo nome, idade, categoria profissional, posto de trabalho e local de trabalho;

b) Cópia da acta de apuramento global.

ARTIGO 97.°

(Recursos para impugnação da eleição)

1 — Qualquer trabalhador com direito a voto tem direito de impugnar a eleição com fundamento em violação da lei ou destes estatutos.

2 — O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido por escrito, ao plenário que o aprecia e delibera.

3 — O disposto no número anterior não prejudica o direito de qualquer trabalhador com direito a voto impugnar a eleição, com os fundamentos indicados no n.° 1, perante o representante do Ministério Público da área da empresa.

4 — O requerimento previsto no n.° 3 é escrito, devidamente fundamentado e acompanhado das provas disponíveis, e pode ser apresentado no prazo máximo de quinze dias a contar da publicidade dos resultados da eleição.

5 — O processo segue os trâmites previstos nos n.°s 2 e 3 do artigo 8.° da Lei n.° 46/79.

6 — O trabalhador impugnante pode intentar directamente a acção em tribunal se o representante do Ministério Público não o fizer no prazo de sessenta dias a contar da recepção do requerimento no n.° 4.

7 — Das deliberações da comissão eleitoral cabe recurso para o plenário, se por violação destes estatutos e da lei caso tiverem influência no resultado da eleição.

8 — Só a propositura da acção pelo representante do Ministério Público suspende a eficácia do acto impugnado.

ARTIGO 98.°

(Destituição da CT)

1 — A CT pode ser destituída a todo o tempo por deliberação dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — Para a deliberação de destituição exige-se maioria de dois terços dos votantes.

3 — A votação é convocada pela CT a requerimento de, pelo menos, 10 % ou 100 trabalhadores permanentes da empresa.

4 — Os requerentes podem convocar directamente a votação, nos termos dos artigos 94.° e 95.° se a CT o não fizer no prazo máximo de quinze dias a contar da data de recepção do requerimento.

5 — O requerimento previsto no n.° 3 e a convocatória devem conter a indicação sucinta dos fundamentos invocados.

6 — A proposta de destituição é subscrita, no mínimo, por 10 % ou 100 trabalhadores permanentes e deve ser fundamentada.

7 — A deliberação é precedida de discussão em plenário, nos termos do artigo 14.°

8 — No mais, aplicam-se à deliberação, com as adaptações necessárias, as regras referentes à eleição da CT.

ARTIGO 99.°

(Eleição e destituição da subcomissão de trabalhadores)

1 — A eleição da subcomissão de trabalhadores tem lugar na mesma data e segundo as normas deste capítulo, aplicáveis com as necessárias adaptações, e é simultânea a entrada em funções.

2 — Aplicam-se também, com as necessárias adaptações, as regras sobre a destituição da CT.

CAPÍTULO II

Outras deliberações por voto secreto

ARTIGO 100.°

(Eleição e destituição dos representantes nos órgãos estatutários da empresa)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 14.°, os representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários da empresa são eleitos e destituídos segundo as regras do capítulo I do título II com as necessárias adaptações.

2 — Para a deliberação de destituição exige-se maioria de dois terços dos votantes.

ARTIGO 101.°

(Alteração dos estatutos)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 14.°, às deliberações para alteração destes estatutos aplicam-se, com as necessárias adaptações, e segundo o artigo 10.°, n.° 1, da Lei n.° 46/79, as regras do capítulo I do título II.

2 — Para a deliberação prevista no número anterior exige-se maioria de dois terços dos votantes.

ARTIGO 102.°

(Adesão ou revogação da adesão a comissões coordenadoras)

As deliberações para adesão ou revogação da adesão da CT a comissões coordenadoras são tomadas segundo as regras do capítulo I do título II.

ARTIGO 103.°

(Outras deliberações por voto secreto)

As regras constantes do capítulo I do título II «Regulamento eleitoral para a CT» aplicam-se, com as necessárias adaptações, a quaisquer outras deliberações que devam ser tomadas por voto secreto.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 104.°

(Adaptação do regulamento eleitoral para outras deliberações por voto secreto)

1 — Caso seja necessário, a CT elabora regulamentos específicos para as deliberações por voto secreto previstas nos artigos 100.° a 104.°, adaptando as regras constantes do capítulo I do título II, com observância do disposto na Lei n.° 46/79.

2 — Os regulamentos de adaptação previstos no número anterior são, obrigatoriamente, aprovados pelo plenário.

ARTIGO 105.°

(Entrada em vigor)

1 — Estes estatutos entram em vigor no dia imediato à afixação da acta de apuramento global da votação que, sobre eles, recair.

2 — A eleição da nova CT rege-se pelo disposto nestes estatutos.

Registado no Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 12.° da Lei n.° 46/79, de 12 de Setembro.

FÁBRICA LUSITANA DE TINTAS E VERNIZES, L.DA — ALBARRAQUE

ESTATUTOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

TÍTULO I

Organização, competência e direitos

CAPÍTULO I

Colectivo dos trabalhadores e suas formas de organização

SECÇÃO I

Colectivo dos trabalhadores

ARTIGO 1.°

(Colectivo dos trabalhadores)

1 — O colectivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores permanentes da Fábrica Lusitania de Tintas e Vernizes, L.da

2 — O colectivo dos trabalhadores organiza-se e actua pelas formas previstas nestes estatutos, e nele reside a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da empresa a todos os níveis.

ARTIGO 2.°

(Direitos e deveres dos trabalhadores enquanto membros do colectivo)

1 — Enquanto membros do colectivo, os trabalhadores exercem todos os direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei, noutras normas aplicáveis e nestes estatutos.

2 — São, nomeadamente, direitos dos trabalhadores:

a) Subscrever a convocatória da votação para alteração dos estatutos;
b) Subscrever, como proponente, propostas de alteração dos estatutos;
c) Votar nas votações para alteração dos estatutos;
d) Exercer os direitos previstos nas alíneas anteriores;
e) Subscrever a convocatória do acto eleitoral;
f) Subscrever, como proponente, propostas de candidaturas às eleições;
g) Eleger e ser eleito membro da CT;
h) Exercer qualquer das funções previstas no regulamento eleitoral, nomeadamente ser delegado de candidatura, membro de mesa de voto;
i) Subscrever o requerimento para convocação de plenários;
j) Participar, votar, usar da palavra, subscrever propostas, requerimentos, pontos de ordem e outras formas de intervenção individual nos plenários;
k) Eleger e ser eleito para a mesa do plenário e para quaisquer outras funções nele deliberadas;
l) Exercer quaisquer cargos, funções ou actividades em conformidade com as deliberações do colectivo;
m) Subscrever a convocatória da votação para destituição da CT;
n) Impugnar as votações realizadas por voto secreto e quaisquer outras deliberações do plenário;
o) Eleger e ser eleito representante dos trabalhadores na comissão de gestão.

3 — É garantida a igualdade de direitos e deveres entre todos os trabalhadores, exceptuando-se os que estejam abrangidos pelas incapacidades cívicas previstas na lei.

4 — Os trabalhadores têm, em especial, o dever de contribuir activamente para a unidade e solidariedade entre os trabalhadores e para o reforço do carácter democrático e de massas da sua intervenção na vida da empresa e a todos os níveis.

ARTIGO 3.°

(Órgãos do colectivo dos trabalhadores)

São órgãos do colectivo dos trabalhadores:

O plenário;
A comissão de trabalhadores (CT).

SECÇÃO II

Plenário — Natureza e competência

ARTIGO 4.°

(Plenário)

O plenário, no qual participam todos os trabalhadores da empresa, é a forma democrática de reunião e deliberação do colectivo dos trabalhadores definido no artigo 1.° e constitui o órgão máximo da vontade dos trabalhadores da empresa.

ARTIGO 5.°

(Competência do plenário)

Compete ao plenário:

a) Defenir as bases programáticas e orgânicas do colectivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração da CT;
b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respectivo programa de acção;
c) Controlar a actividade da CT pelas formas e modos previstos nestes estatutos;
d) Eleger e destituir, a todo o tempo, os representantes dos trabalhadores na comissão de gestão;
e) Controlar a actividade dos representantes referidos na alínea anterior;
f) Deliberar sobre a declaração da empresa em situação económica difícil.

SECÇÃO III

Plenário — Funcionamento

ARTIGO 6.°

(Competência para a convocatória)

1 — O plenário pode ser convocado pela comissão de trabalhadores, por iniciativa própria ou a requerimento de um mínimo de cem ou 10 % dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — O requerimento previsto no número anterior deverá conter a indicação expressa da ordem de trabalhos.

3 — A CT deve fixar a data da reunião do plenário e proceder à sua convocatória, no prazo máximo de vinte dias, contados a partir da recepção do requerimento.

ARTIGO 7.°

(Prazo e formalidades da convocatória)

O plenário é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data da sua realização, por meio de anúncios colocados no local destinado à afixação de propaganda.

ARTIGO 8.º

(Reuniões do plenário)

1 — O plenário reúne ordinariamente uma vez por ano para:

a) Apreciação da actividade da CT;
b) Apreciação da actividade dos representantes dos trabalhadores na comissão de gestão (CG);
c) Apreciação e deliberação sobre as despesas e receitas do colectivo dos trabalhadores, da CT e da CG.

2 — O plenário reúne extraordinariamente sempre que para tal seja convocado nos termos e com os requisitos previstos no artigo 7.º

ARTIGO 9.º

(Plenário de emergência)

1 — O plenário reúne de emergência sempre que se mostre necessária uma tomada de posição urgente do colectivo dos trabalhadores.

2 — As convocatórias para estes plenários são feitas com a antecedência possível, face à emergência, de modo a garantir o conhecimento a todos os trabalhadores e a presença do maior número possível.

3 — A definição da natureza urgente do plenário, bem como a respectivca convocatória, são da competência exclusiva da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 10.º

(Funcionamento do plenário)

1 — O plenário delibera validamente sempre que nele participam 10 % ou cem trabalhadores da empresa.

2 — Para a destituição da comissão de trabalhadores e dos representantes na comissão de gestão, a participação mínima no plenário deve corresponder a 50 % dos trabalhadores da empresa.

3 — As deliberações são válidas sempre que sejam tomadas pela maioria simples dos trabalhadores presentes.

4 — O plenário é presidido pela CT e pela mesa do plenário.

ARTIGO 11.º

(Sistemas de votação em plenário)

1 — O voto é sempre directo.

2 — A votação faz-se por braços levantados, exprimindo o voto a favor, o voto contra e a abstenção.

3 — O voto é secreto nas votações:

a) Eleição da comissão de trabalhadores;
b) Eleição dos representantes na comissão de gestão.

ARTIGO 12.º

(Discussão em plenário)

1 — São obrigatoriamente precedidas de discussão em plenário as deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Destituição da CT;
b) Destituição dos representantes dos trabalhadores na comissão de gestão;
c) Aprovação e alteração dos estatutos e do regulamento eleitoral.

2 — A CT ou o plenário podem submeter à discussão qualquer deliberação que deva ser tomada por voto secreto.

CAPÍTULO II

Comissão de trabalhadores

SECÇÃO I

Natureza da CT

ARTIGO 13.º

(Natureza da comissão de trabalhadores)

A comissão de trabalhadores é o órgão democraticamente designado, investido e controlado pelo colectivo dos trabalhadores para o exercício das atribuições, competências e direitos reconhecidos na Constituição da República, na lei, noutras normas aplicáveis e nestes estatutos.

ARTIGO 14.º

(Competência da CT)

1 — Compete à CT:

a) Exercer o *contrôle* de gestão na empresa;
b) Intervir directamente na reorganização da empresa;
c) Defender interesses profissionais e interesses dos trabalhadores;
d) Participar directamente na elaboração e *contrôle* da execução dos planos económico-sociais;
e) Participar na elaboração da legislação de trabalho;
f) Em geral, exercer todas as atribuições e competências que por lei ou outras normas aplicáveis e por estes estatutos lhe sejam reconhecidas.

2 — A CT pode submeter à deliberação do plenário qualquer matéria relativa às suas atribuições.

ARTIGO 15.º

(Consulta ao plenário)

Sem prejuízo da competência da comissão de trabalhadores, o plenário deve pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

a) Celebração de contratos de viabilização;
b) Dissolução da empresa ou pedido de declaração da sua falência;
c) Encerramento de estabelecimentos ou linhas de produção;
d) Alteração nos horários de trabalho aplicáveis a todos ou parte dos trabalhadores da empresa;
e) Contratos celebrados com outros sobre mão-de-obra a fazer na empresa;
f) Aprovação dos estatutos da empresa;
g) Apreciação dos orçamentos de produção dados a terceiros.

ARTIGO 16.º

(Deveres da CT)

No exercício das suas atribuições e direitos, a CT tem os seguintes deveres fundamentais:

a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe;
b) Garantir e desenvolver a participação activa e democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção, *contrôle* e em toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democracia interna a todos os níveis;
c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, profissional e social dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência, enquanto produtores, e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;

d) Exigir dos representantes dos trabalhadores na comissão de gestão o cumprimento e aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com as CTs de outras empresas;
f) Assumir, ao seu nível de actuação, todas as responsabilidades que, para as organizações dos trabalhadores, decorrem da luta geral pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade sem classes.

SECÇÃO IV

Direitos instrumentais

ARTIGO 17.°

(Direitos instrumentais)

Para o exercício das suas atribuições e competência a CT goza dos direitos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 18.°

(Reuniões com os representantes dos trabalhadores na gestão)

1 — A CT tem o direito de reunir periodicamente com a CG para discussão e análise dos assuntos relacionados com o exercício das suas atribuições.
2 — As reuniões realizam-se, pelo menos, uma vez por mês, mas deverão ter lugar, sempre que necessário, para os fins indicados no número anterior.
3 — Das reuniões referidas neste artigo é lavrada acta, assinada por todos os presentes.

ARTIGO 19.°

(Direito à informação)

1 — Nos termos da Constituição da República e da lei, a CT tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.
2 — Ao direito previsto no número anterior correspondem, legalmente, deveres de informação vinculando não só os representantes dos trabalhadores na comissão de gestão, mas ainda todas as entidades públicas e privadas competentes para as decisões relativamente às quais a CT tem o direito de intervir.
3 — O dever de informação que recai sobre a comissão de gestão abrange, designadamente, as seguintes matérias:

a) Planos gerais de actividade e orçamentos;
b) Regulamentos internos;
c) Organização da produção e suas implicações no grau da utilização da mão-de-obra e do equipamento;
d) Situação de aprovisionamento;
e) Previsão, volume e administração de vendas;
f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e sua distribuição, regalias sociais, mínimos de produtividade e grau de abstencionismo;
g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e balancetes trimestrais;
h) Modalidades de financiamento;
i) Encargos fiscais e parafiscais.

4 — Nos termos da lei, a comissão de gestão deve prestar todas as informações requeridas no prazo de dez dias.

ARTIGO 20.°

(Reorganização de unidades produtivas)

Em especial, para intervenção na reorganização de unidades produtivas a CT goza dos seguintes direitos:

a) O direito de ser previamente ouvida e de emitir parecer;
b) O direito de ser informada sobre a evolução dos actos subsequentes;
c) O direito de ter acesso à formulação final dos instrumentos de reorganização e de sobre eles se pronunciar antes de oficializados;
d) O direito de reunir com os órgãos técnicos encarregados dos trabalhos preparatórios de reorganização;
e) O direito de emitir juízos críticos, de formular sugestões e de deduzir reclamações junto dos órgãos sociais da empresa ou das entidades legalmente competentes.

ARTIGO 21.°

(Defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores)

Em especial, para defesa de interesses profissionais e direitos dos trabalhadores a CT goza dos seguintes direitos:

a) Intervir no procedimento disciplinar para despedimento individual; ter conhecimento do processo desde o seu início; controlar a respectiva regularidade, bem como a existência de justa causa, através da emissão de parecer prévio, tudo nos termos da legislação aplicável;
b) Intervir no *contrôle* dos motivos e do processo para despedimento colectivo, através de parecer prévio a dirigir ao órgão governamental competente, nos termos da legislação aplicável;
c) Fiscalizar o efectivo pagamento das contribuições para a Previdência, quer as devidas pela empresa, quer as descontadas nas retribuições dos trabalhadores;
d) Visar os mapas do quadro de pessoal.

SECÇÃO V

Condições e garantias do exercício da competência e direitos da CT

ARTIGO 21.°

(Condições e garantias da actuação da CT)

As condições e garantias do exercício das atribuições e direitos da CT são definidas nos termos dos artigos seguintes.

ARTIGO 22.°

(Tempo para o exercício de voto)

1 — Os trabalhadores, com vista às deliberações que, em conformidade com a lei e com estes estatutos, devam ser tomadas por voto secreto, têm o direito de exercer o voto no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.
2 — O exercício do direito previsto no n.° 1 não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e o tempo despendido conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 23.°

(Reuniões na empresa)

1 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, fora do respectivo horário de trabalho, e sem prejuízo do funcionamento eficaz dos serviços e actividades.
2 — Os trabalhadores têm o direito de realizar plenários e outras reuniões no local de trabalho, durante o horário do trabalho que lhes seja aplicável, até ao limite de quinze horas/ano.
3 — O tempo despendido nas reuniões referidas no número anterior não pode causar quaisquer prejuízos ao trabalhador e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

ARTIGO 24.°

(Acção da CT no interior da empresa)

1 — A CT tem o direito de realizar, nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, todas as actividades relacionadas com o exercício das suas atribuições e direitos.

2 — Este direito compreende o livre acesso aos locais de trabalho, a circulação nos mesmos e o contacto directo com os trabalhadores.

3 — O direito previsto neste artigo é exercido sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.

ARTIGO 25.°

(Direito de afixação e distribuição de documentos)

1 — A CT tem o direito de afixar todos os documentos e propaganda relativos aos interesses dos trabalhadores em local adequado para o efeito posto à sua disposição.

2 — A CT tem o direito de efectuar a distribuição daqueles documentos nos locais de trabalho e durante o horário de trabalho, sem prejuízo do funcionamento eficaz da empresa.

ARTIGO 26.°

(Direito a instalações adequadas)

1 — A CT tem o direito a instalações adequadas, no interior da empresa, para o exercício das suas funções.

2 — As instalações devem ser postas à disposição da CT pela comissão de gestão da empresa.

ARTIGO 27.°

(Direito a meios materiais e técnicos)

A CT tem o direito a obter da comissão de gestão os meios materiais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições.

ARTIGO 28.°

(Crédito de horas)

A CT dispõe, para o exercício das respectivas atribuições, de quarenta horas por mês.

ARTIGO 29.°

(Faltas de representantes dos trabalhadores)

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas, no exercício das suas atribuições e actividades, pelos trabalhadores da empresa que sejam membros da CT.

2 — As faltas previstas no número anterior determinam perda de retribuição correspondente ao período de ausência, mas não podem prejudicar quaisquer outros direitos, regalias e garantias do trabalhador.

3 — Falta é a ausência do trabalhador durante todo ou parte do período normal de trabalho que lhe é contratualmente aplicável, sem prejuízo das tolerâncias permitidas na empresa.

ARTIGO 30.°

(Autonomia e independência da CT)

1 — A CT é independente do Estado, dos partidos e associações políticas, das confissões religiosas, das associações sindicais e, em geral, de qualquer organização ou entidade estranha ao colectivo dos trabalhadores.

2 — É proibido às entidades e associações promover a constituição, manutenção e actuação da CT, ingerir-se no seu funcionamento e actividade ou, de qualquer modo, influir a CT, designadamente através de pressões económicas ou da corrupção dos seus membros.

ARTIGO 31.°

(Solidariedade de classe)

Sem prejuízo da sua independência legal e estatutária, a CT pratica e tem direito a beneficiar, na sua acção, da solidariedade de classe que une nos mesmos objectivos fundamentais todas as organizações dos trabalhadores.

ARTIGO 32.°

(Protecção dos trabalhadores contra sanções abusivas)

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de um trabalhador exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar qualquer dos direitos que lhe assistem em conformidade com os artigos 55.° e 56.° da Constituição, com a lei e outras normas aplicáveis sobre as comissões de trabalhadores e com estes estatutos.

2 — As sanções abusivas determinam as consequências previstas no Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho (artigos 33.° e 34.° da Lei do Contrato de Trabalho, Decreto-Lei n.° 49 408, de 24 de Novembro de 1969) e, se a sanção consistiu no despedimento, a indemnização não será inferior ao dobro da prevista na lei dos despedimentos (artigo 20.° do Decreto-Lei n.° 4/75, de 16 de Julho).

ARTIGO 33.°

(Protecção legal)

Os membros da CT gozam da protecção legal reconhecida aos delegados sindicais (artigo 16.° da Lei n.° 46/79).

ARTIGO 34.°

(Despedimentos de representantes dos trabalhadores)

1 — O despedimento de trabalhadores que sejam membros da CT, durante o desempenho das suas funções e até cinco anos após o seu termo, está sujeito ao disposto nos números seguintes.

2 — Elaborado o processo disciplinar nos termos da lei aplicável, o despedimento só pode ter lugar por meio de acção judicial, se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador interessado e a respectiva CT.

3 — A inobservância do disposto nos números anteriores determina a nulidade do despedimento.

4 — No caso referido no número anterior, o trabalhador tem direito às prestações pecuniárias que deveria ter normalmente auferido desde a data do despedimento até à data da sentença, bem como à reintegração na empresa no respectivo cargo ou posto de trabalho e com a antiguidade correspondente.

5 — Em substituição da reintegração, o trabalhador pode optar pela indemnização correspondente ao dobro daquela que lhe caberia nos termos da lei e nunca inferior à retribuição correspondente a doze meses de serviço.

ARTIGO 35.°

(Suspensão preventiva de representantes dos trabalhadores)

1 — A suspensão preventiva de algum dos trabalhadores referidos no artigo anterior deve ser comunicada por escrito ao trabalhador, ao sindicato em que esteja inscrito e à inspecção do trabalho da respectiva área.

2 — Enquanto durar a suspensão preventiva, a CG não pode, em nenhum caso, impedir ou dificultar, por qualquer forma, o exercício das funções para que foi eleito o trabalhador em causa.

ARTIGO 36.°

(Exercício da acção disciplinar contra representantes dos trabalhadores)

1 — Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação a algum dos representantes referidos no artigo 34.° de qualquer sanção disciplinar, sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar durante o desempenho das respectivas funções e até três anos após o seu termo.

2 — O exercício da acção disciplinar contra alguns dos representantes referidos no número anterior por factos relativos ao desempenho das respectivas funções, nomeadamente por violação do dever de sigilo, está sujeito ao *contrôle* judicial, nos termos do artigo 34.°

3 — Durante o exercício da acção disciplinar e tramitação do processo judicial, o representante visado mantém-se em actividade, não podendo ser prejudicado, quer na sua actividade profissional, quer nas suas funções no órgão a que pertença.

SECÇÃO VI

Enquadramento geral da competência e direitos

ARTIGO 37.°

(Capacidade judiciária)

1 — A CT tem capacidade judicial, podendo ser parte em tribunal para realização e defesa dos seus direitos e dos direitos dos trabalhadores que lhe compete defender.

2 — A CT goza de capacidade judiciária activa e passiva, sem prejuízo dos direitos e da responsabilidade individual de cada um dos seus membros.

3 — Qualquer dos seus membros, devidamente credenciado, pode representar a CT em juízo, sem prejuízo do disposto no artigo 61.°

ARTIGO 38.°

(Tratamento mais favorável)

Nos termos gerais de direito do trabalho, as atribuições, competência, direitos e garantias reconhecidos ao colectivo dos trabalhadores e à CT, bem como aos respectivos membros, podem ser alargados por convenção colectiva, acordo de empresa ou usos da empresa que estabeleçam um regime mais favorável, desde que não o contrariem normas legais imperativas de conteúdo proibitivo ou limitativo.

SECÇÃO VII

Composição, organização e funcionamento da CT

ARTIGO 39.°

(Sede)

A sede da CT localiza-se em Albarraque, Estrada Nacional n.° 249-4, ao quilómetro 4,2.

ARTIGO 40.°

(Composição)

A CT é composta por três elementos.

ARTIGO 41.°

(Duração do mandato)

1 — O mandato é de três anos.

2 — A CT entra em exercício no dia posterior à afixação da acta da respectiva eleição.

ARTIGO 42.°

(Perda do mandato)

1 — Perde o mandato o membro da CT que faltar injustificadamente a duas reuniões seguidas ou três interpoladas.

2 — A substituição faz-se por iniciativa da CT, nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO 43.°

(Regras a observar em caso de destituição da CT ou de vacatura de cargos)

1 — Em caso de renúncia, destituição ou perda de mandato de membros da CT, a substituição faz-se pelo elemento mais votado da lista a que pertencia o membro a substituir, sucessivamente, incluindo os suplentes, se os houver.

2 — Se a destituição for global ou se, por efeito de renúncias, destituições ou perdas de mandato, o número de membros da CT ficar reduzido a menos de metade, o plenário elege uma comissão provisória, a quem incumbe a promoção de novas eleições no prazo máximo de sessenta dias.

3 — As posições que, segundo a lei, devam ser tomadas em nome da CT, dentro de prazo que expire antes da entrada em funções da nova CT, serão subscritas pela CT destituída, segundo a orientação a definir pelo plenário.

ARTIGO 44.°

(Delegação de poderes entre membros da CT)

1 — É lícito a qualquer membro da CT delegar noutro a sua competência, mas essa delegação só produz efeitos numa única reunião.

2 — Em caso de gozo de férias ou impedimento de duração não superior a um mês, a delegação de poderes produz efeitos durante o período indicado.

3 — A delegação de poderes está sujeita a forma escrita, devendo indicar-se expressamente os fundamentos, prazo e identificação do mandatário.

ARTIGO 45.°

(Coordenação da CT)

1 — A actividade da CT é coordenada por um dos seus membros, eleito na primeira reunião após a investidura.

2 — Compete ao coordenador elaborar as convocatórias das reuniões e as respectivas ordens de trabalhos, secretariar as reuniões e dar execução às deliberações tomadas de que não fiquem incumbidos outros membros da CT.

ARTIGO 46.°

(Poderes para obrigar a CT)

Para obrigar a CT são necessárias as assinaturas de, pelo menos, dois dos seus membros em efectividade de funções.

ARTIGO 47.°

(Deliberações da CT)

As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, sendo válidas desde que nelas participe a maioria absoluta dos membros da CT.

ARTIGO 48.°

(Reuniões da CT)

1 — A CT reúne ordinariamente uma vez por semana.

2 — Pode haver reuniões extraordinárias sempre que:

a) Ocorram motivos justificativos;

b) A requerimento de, pelo menos, um terço dos membros, com prévia indicação da ordem de trabalhos.

3 — Pode haver reuniões de emergência sempre que se verifiquem factos que exijam tomada de posição urgente.

ARTIGO 49.°

(Convocatória das reuniões)

1 — A convocatória é feita pelo coordenador que faz distribuir a respectiva ordem de trabalhos por todos os seus membros.

2 — Nas reuniões de emergência será dado prévio conhecimento da ordem de trabalhos a todos os membros da CT.

ARTIGO 50.°

(Prazos da convocatória)

1 — As reuniões ordinárias têm lugar em dias, horas e locais prefixados na primeira reunião da CT.

2 — As reuniões extraordinárias são convocadas com a antecedência mínima de cinco dias.

3 — A convocatória das reuniões de emergência não está sujeita a prazo.

ARTIGO 51.°

(Forma de designação dos representantes dos trabalhadores na comissão de gestão)

Os representantes dos trabalhadores na comissão de gestão são eleitos pelos trabalhadores permanentes da empresa, por iniciativa da comissão de trabalhadores.

ARTIGO 52.°

(Substituição dos representantes)

1 — Em caso de renúncia ou impossibilidade definitiva, a substituição faz-se pelo elemento mais votado na lista a que pertencia o representante a substituir, ou pelo suplente mais votado na respectiva lista.

2 — Se não puder funcionar o sistema previsto no número anterior, a CT promove nova eleição no prazo de trinta dias.

ARTIGO 53.°

(Natureza de funções)

1 — Os trabalhadores eleitos exercem as funções, nomeadamente as de gestão, previstas nos estatutos da empresa, em representação do colectivo dos trabalhadores, cujos interesses de classe devem reflectir em todas as posições, decisões e atitudes que venham a tomar.

2 — Os representantes, através do exercício da respectiva competência legal, defendem os interesses fundamentais dos trabalhadores e da economia nacional com o objectivo de consolidação e desenvolvimento das transformações estruturais da economia e da sociedade portuguesa inscritas na Constituição da República de 1976.

3 — Os representantes são para todos os efeitos previstos nestes estatutos membros do colectivo dos trabalhadores.

4 — Os representantes devem recorrer a todas as instâncias administrativas e judiciais competentes para fazer respeitar os seus próprios direitos e os interesses dos trabalhadores.

ARTIGO 54.°

(Programa de acção)

1 — Simultaneamente com a eleição, é submetido à votação dos trabalhadores, após prévia discussão em plenário, um programa de acção que, conjuntamente com os princípios e normas destes estatutos, deve ser observado pelos representantes em toda a sua actividade.

2 — O programa de acção contém a orientação geral para o mandato e define as posições que os representantes ficam obrigados a assumir perante os principais problemas da empresa.

3 — A existência do programa de acção não isenta os representantes do dever de submeterem à apreciação da CT ou do plenário as principais questões relacionadas com o exercício das respectivas funções.

4 — Os representantes dos trabalhadores submetem previamente à apreciação do plenário as questões sobre as quais deverão pronunciar-se e, aí, assumem a posição definida pelos trabalhadores.

ARTIGO 55.°

(Ligação ao colectivo dos trabalhadores)

1 — Os representantes reúnem-se mensalmente com a CT, estabelecendo com ela as formas permanentes de informação, apoio recíproco e cooperação.

2 — Os representantes elaboram um relatório anual, que submetem à apreciação do plenário, sobre a actividade desenvolvida durante o respectivo período.

3 — A CT assegura, sempre que necessário, o apoio à actividade dos representantes.

4 — Os representantes, directamente ou através da CT, mantêm os trabalhadores permanentemente informados sobre todos os assuntos relevantes para os direitos e interesses dos trabalhadores.

5 — Os representantes submetem à apreciação da CT ou do plenário as questões relacionadas com o exercício das suas funções.

6 — Os representantes podem ser chamados, em qualquer altura, a dar conta da sua actividade, ou a esclarecer os problemas da empresa, perante o plenário.

7 — Os representantes têm o dever de exercer as suas funções em estreita ligação com o colectivo dos trabalhadores, através da CT.

ARTIGO 56.°

(Responsabilidade dos representantes)

1 — Os representantes que não cumprirem o disposto nestes estatutos ou no programa de acção podem ser censurados pelo plenário e destituídos, a todo o tempo, consoante a gravidade das suas acções ou omissões.

2 — A destituição processa-se nos termos dos artigos.

3 — Em caso de destituição, a CT promove nova eleição no prazo de trinta dias.

TÍTULO II

Regulamento eleitoral e das deliberações por voto secreto

CAPÍTULO I

Eleição da CT

ARTIGO 57.°

(Capacidade eleitoral)

São eleitores e elegíveis os trabalhadores permanentes da empresa definidos no artigo 1.°

ARTIGO 58.°

(Princípios gerais sobre o voto)

1 — O voto é directo e secreto.

2 — É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem temporariamente deslocados do seu local de trabalho por motivo de serviço e dos que estejam em gozo de férias.

ARTIGO 59.°

(Caderno eleitoral)

1 — A CT elabora e mantém permanentemente actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando os trabalhadores pelo nome, categoria profissional, posto de trabalho e data de admissão na empresa.

2 — O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto secreto e está aberto à consulta de todos os interessados.

ARTIGO 60.°

(Comissão eleitoral)

1 — O processo eleitoral é dirigido pelos três elementos da comissão de trabalhadores, um dos quais é presidente, e por um delegado de cada uma das candidaturas.
2 — Os delegados são designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas.

ARTIGO 61.°

(Convocatória da eleição)

1 — O acto eleitoral é convocado com a antecedência mínima de quinze dias sobre a respectiva data.
2 — A convocatória menciona expressamente o dia, local, horário e objectivo da votação.
3 — A convocatória é afixada nos locais usuais para afixação de documentos de interesse para os trabalhadores, e nos locais onde funcionarão mesas de voto, e difundida pelos meios adequados, de modo a garantir a mais ampla publicidade.
4 — Uma cópia da convocatória é remetida pela entidade convocante ao órgão de gestão da empresa, na mesma data em que for tornada pública, por meio de carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo.

ARTIGO 62.°

(Quem pode convocar o acto eleitoral)

1 — O acto eleitoral é convocado pela CT.
2 — O acto eleitoral pode ser convocado por 10 % ou cem trabalhadores permanentes da empresa, caso a CT deixe passar os casos previstos nestes estatutos sem convocar ou promover a eleição.

ARTIGO 63.°

(Candidaturas)

1 — Podem propor listas de candidatura à eleição os trabalhadores inscritos no caderno eleitoral em número mínimo de 10 % ou cem.
2 — Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.
3 — As listas para cada um dos órgãos a eleger devem ser completas, mas não é obrigatória a candidatura a todos os órgãos.
4 — As candidaturas podem identificar-se por uma designação ou lema e por símbolo gráfico ou letra.

ARTIGO 64.°

(Apresentação de candidaturas)

1 — As candidaturas são apresentadas até dez dias antes da data marcada para o acto eleitoral.
2 — A apresentação consiste na entrega da lista à comissão eleitoral, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por todos os candidatos e subscrita, nos termos do artigo 63.°, pelos proponentes.
3 — A comissão eleitoral entrega aos apresentantes um recibo com a data e a hora da apresentação e regista essa mesma data e hora no original recebido.
4 — Todas as candidaturas têm o direito de fiscalizar, no acto da apresentação, toda a documentação recebida pela comissão eleitoral para os efeitos deste artigo.

ARTIGO 65.°

(Rejeição de candidaturas)

1 — A comissão eleitoral deve rejeitar de imediato as candidaturas entregues fora do prazo ou que não venham acompanhadas da documentação exigida no artigo anterior.
2 — A comissão eleitoral dispõe de cinco dias, a contar da data da apresentação, para apreciar a regularidade formal e a conformidade da candidatura com estes estatutos.
3 — As irregularidades e violações a estes estatutos detectadas podem ser supridas pelos proponentes, para o efeito notificados pela comissão eleitoral no prazo de dois dias a contar da respectiva notificação.
4 — As candidaturas que, findo o prazo referido no número anterior, continuarem a apresentar irregularidades e a violar o disposto nestes estatutos são definitivamente rejeitadas por meio de declaração escrita com indicação dos fundamentos, assinada pela comissão eleitoral e entregue aos proponentes.

ARTIGO 66.°

(Aceitação de candidaturas)

1 — Até ao dia anterior à data marcada para o acto eleitoral, a comissão eleitoral publica, por meio de afixação nos locais indicados no n.° 3 do artigo 61.° a aceitação de candidaturas.
2 — As candidaturas aceites são identificadas por meio de letra, que funcionará como sigla, atribuída pela comissão eleitoral a cada uma delas, por ordem cronológica de apresentação, com início na letra A.

ARTIGO 67.°

(Local e horário da votação)

1 — A votação efectua-se no local e durante as horas de trabalho.
2 — A votação inicia-se, pelo menos, trinta minutos antes do começo e termina, pelo menos, sessenta minutos depois do fim do período de funcionamento da empresa.
3 — Os trabalhadores têm o direito de votar durante o período normal de trabalho que lhes seja contratualmente aplicável.

ARTIGO 68.°

(Boletins de voto)

1 — O voto é expresso em boletins de voto de forma rectangular e com as mesmas dimensões para todas as listas, impressos em papel da mesma cor, liso, e não transparente.
2 — Em cada boletim são impressas as designações das candidaturas submetidas a sufrágio, as respectivas siglas e símbolos, se todas as tiverem.
3 — Na linha correspondente a cada candidatura figura um quadrado em branco destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.
4 — A impressão de votos fica a cargo da comissão eleitoral, que assegura o seu fornecimento às mesas de voto na quantidade necessária e suficiente, de modo que a votação possa iniciar-se dentro do horário previsto.
5 — A comissão eleitoral envia, com a antecedência necessária, boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência.

ARTIGO 69.°

(Acto eleitoral)

1 — Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto eleitoral.
2 — Antes do início da votação, o presidente da mesa mostra aos presentes a urna aberta, de modo a certificar que ela não está viciada, findo o que a fecha, procedendo à respectiva selagem com lacre.
3 — Em local afastado da mesa, o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente ao projecto em que vota, dobra o boletim de voto em quatro e entrega-o ao presidente da mesa, que o introduz na urna.
4 — As presenças no acto de votação devem ser registadas em documento próprio, mediante a assinatura do votante, a qual, sendo aquele analfabeto, pode ser substituída por impressão digital, cabendo, nesse caso, ao presidente da mesa registar o nome do votante.
5 — O registo de presenças contém um termo de abertura e um de encerramento, com indicação do número total de páginas, e é assinado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a constituir parte integrante da respectiva acta.

6 — A mesa, acompanhada pelos delegados das candidaturas, pode fazer circular a urna pela área do estabelecimento que lhe esteja atribuída a fim de recolher os votos dos trabalhadores.

7 — Os elementos da mesa votam em último lugar.

ARTIGO 70.°

(Votação por correspondência)

1 — Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral até vinte e quatro horas antes do fecho da votação.

2 — A remessa é feita por carta registada com indicação do nome do remetente dirigida à comissão de trabalhadores da empresa, com a menção «Comissão eleitoral» e só por esta pode ser aberta.

3 — O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim de voto em quatro, introduzindo-o num envelope, que fechará, assinalando-o com os dizeres «Voto por correspondência» e introduzindo-o, por sua vez, no envelope, que enviará pelo correio.

4 — Depois de terem votado os elementos da mesa do local onde funcione a comissão eleitoral, esta procede à abertura do envelope exterior, regista em seguida no registo de presenças o nome do trabalhador com a menção «Voto por correspondência» e, finalmente, entrega o envelope interior ao presidente da mesa de voto, que, abrindo-o, faz de seguida a introdução do boletim na urna.

ARTIGO 71.°

(Valor dos votos)

1 — Considera-se voto em branco o do boletim de voto que não tenha sido objecto de qualquer tipo de marca.

2 — Considera-se voto nulo o do boletim de voto:

a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido da votação ou não tenha sido admitida;

c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

3 — Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do votante.

4 — Considera-se ainda como voto em branco o voto por correspondência quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas ou seja recebido em envelopes que não estejam devidamente fechados.

ARTIGO 72.°

(Abertura das urnas e apuramento)

1 — A abertura da urna e o seu apuramento final tem lugar na mesa local de votação e são públicos.

2 — De tudo o que se passar na mesa de voto é lavrada acta, que, depois de lida em voz alta e aprovada pelos membros da mesa, é por eles assinada no final e rubricada em todas as páginas, fazendo parte integrante dela o registo de presenças.

3 — Uma cópia da acta referida no número anterior é afixada junto do respectivo local de votação, durante o prazo de quinze dias, a contar do apuramento respectivo.

4 — A comissão eleitoral, seguidamente, proclama os eleitos.

ARTIGO 73.°

(Publicidade)

1 — Durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento e da proclamação é afixada a relação dos eleitos e uma cópia da acta de apuramento no local em que a votação se tiver realizado.

2 — Dentro do prazo referido no número anterior, a comissão eleitoral envia ao Ministério da tutela, bem como ao órgão de gestão da empresa, por carta registada com aviso de recepção ou entregue com protocolo, os seguintes elementos:

a) Relação dos eleitos, identificados pelo nome, idade, categoria profissional, posto de trabalho e local de trabalho;

b) Cópia da acta de apuramento.

ARTIGO 74.°

(Recursos para impugnação da eleição)

1 — Qualquer trabalhador com direito a voto tem o direito de impugnar a eleição com fundamento em violação da lei ou destes estatutos.

2 — O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido, por escrito, ao plenário que o aprecia e delibera.

3 — O disposto no número anterior não prejudica o direito de qualquer trabalhador com direito a voto impugnar a eleição, com os fundamentos indicados no n.° 1, perante o representante do Ministério Público da área da sede da empresa.

4 — O requerimento previsto no n.° 3 é escrito, devidamente fundamentado e acompanhado das provas disponíveis, e pode ser apresentado no prazo máximo de quinze dias a contar da publicidade dos resultados da eleição.

5 — O processo segue os trâmites previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 8.° da Lei n.° 46/79.

6 — O trabalhador impugnante pode intentar directamente a acção em tribunal se o representante do Ministério Público o não fizer no prazo de sessenta dias a contar da recepção do requerimento referido no n.° 4.

7 — Só a propositura da acção pelo representante do Ministério Público suspende a eficácia do acto impugnado.

ARTIGO 75.°

(Destituição da CT)

1 — A CT pode ser destituída, a todo o tempo, por deliberação dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — Para a deliberação de destituição exige-se maioria de dois terços dos votantes.

3 — A votação é convocada pela CT a requerimento de, pelo menos, 10 % ou cem trabalhadores permanentes da empresa.

4 — Os requerentes podem convocar directamente a votação, nos termos dos artigos 61.° e 62.°, se a CT o não fizer no prazo máximo de quinze dias a contar da data de recepção do requerimento.

5 — O requerimento previsto no n.° 3 e a convocatória devem conter a indicação sucinta dos fundamentos invocados.

6 — A proposta de destituição é subscrita, no mínimo, por 10 % ou cem trabalhadores permanentes e deve ser fundamentada.

7 — A deliberação é precedida de discussão em plenário, nos termos do artigo 12.°

8 — No mais, aplicam-se à deliberação, com as adaptações necessárias, as regras referentes à eleição da CT.

CAPÍTULO II

Outras deliberações por voto secreto

ARTIGO 76.°

(Eleição e destituição dos representantes dos trabalhadores na comissão de gestão)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.°, os representantes dos trabalhadores na comissão de gestão da empresa são eleitos e destituídos segundo as regras do capítulo I do título II, com as necessárias adaptações.

2 — Para a deliberação de destituição exige-se maioria de dois terços dos votantes.

ARTIGO 77.°

(Alteração dos estatutos)

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 12.°, às deliberações para alteração destes estatutos aplicam-se, com as necessárias adaptações, e segundo o artigo 10.°, n.° 1, da Lei n.° 46/79, as regras do capítulo I do título II.

2 — Para a deliberação prevista no número anterior exige-se maioria de dois terços dos votantes.

ARTIGO 78.°

(Outras deliberações por voto secreto)

As regras constantes do capítulo I do título II aplicam-se, com as necessárias adaptações, a quaisquer outras deliberações que devam ser tomadas por voto secreto.

CAPÍTULO III

Disposições finais

ARTIGO 79.°

(Adaptação do regulamento eleitoral para outras deliberações por voto secreto)

1 — Caso seja necessário, a CT elabora regulamentos específicos para as deliberações por voto secreto previstas no artigo 76.°, adaptando as regras constantes do capítulo I do título II, com observância do disposto na Lei n.° 46/79.

2 — Os regulamentos de adaptação previstos no número anterior são, obrigatoriamente, aprovados pelo plenário.

ARTIGO 80.°

(Entrada em vigor)

1 — Estes estatutos entram em vigor no dia imediato à afixação da acta de apuramento da votação que sobre eles recair.

2 — A eleição da nova CT rege-se pelo disposto nestes estatutos.